

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM LETRAS - ESTUDOS LITERÁRIOS

ANTONIO ALAN DANTAS DE MENESES

O CANGAÇO EM *FOGO MORTO* E EM *OS DESVALIDOS*

BELÉM
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM LETRAS - ESTUDOS LITERÁRIOS

ANTONIO ALAN DANTAS DE MENESES

O CANGAÇO EM *FOGO MORTO* E EM *OS DESVALIDOS*

Dissertação de Mestrado a ser apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^a Dra. Marlí Tereza Furtado

BELÉM
2012

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca do ILC/ UFPA-Belém-PA**

Meneses, Antonio Alan Dantas de, 1982-

O Cangaço em Fogo Morto e em os Desvalidos / Antonio Alan Dantas de
Meneses ; orientadora, Marlí Tereza Furtado. --- 2012.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Belém, 2012.

1. Rego, José Lins do, 1901-1957 – Fogo morto – Crítica e interpretação. 2.
Dantas, Francisco – Desvalidos – Crítica e interpretação. 3. Literatura comparada.
4. Literatura brasileira- Século XX – História e crítica. I. Título.

CDD-22. ed. 869.934

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANTONIO ALAN DANTAS DE MENESES

O CANGAÇO EM FOGO MORTO E EM OS DESVALIDOS

Dissertação de Mestrado a ser apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientadora:
Profa. Dra. Marlí Tereza Furtado

Aprovado em:

Conceito:

Banca Examinadora

Professor: Prof. Dr. José Luís Jobim

Instituição: UFF

Professor: Profa. Dra. Germana Maria Araújo Sales

Instituição: UFPA

Professor: Profa. Dra. Marlí Tereza Furtado

Instituição:UFPA

Tudo quanto te vier a mão para fazer, faze-o conforme as tuas forças, porque na sepultura, para onde tu vais, não há obra, nem indústria, nem ciência, nem sabedoria alguma.

(Eclesiastes, 9:10)

Aos meus pais Francisco e Marli, pelo apoio recebido em toda a trajetória de minha vida acadêmica e por sempre acreditarem em mim.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as bênçãos que tem derramado em minha vida e por permitir que esse trabalho pudesse ser realizado.

Aos meus pais Francisco e Marli, pelo amor e compreensão.

A minha esposa Cibelly, pelo amor e companheirismo de sempre.

As minhas irmãs Amanda, Daniela e Rose, que sempre estiveram do meu lado.

A minha avó Brasilina, que mesmo no Pernambuco não se esquecia de mim em suas orações.

A minha professora Marlí Furtado, que desde a especialização tem sido minha orientadora, pelo apoio e paciência.

Ao meu cunhado Elias, pelas dicas acadêmicas.

Aos meus colegas de mestrado, em especial a Márcia Denise, Patrícia César, Elisandra, Rosa Bentes, Delmira e Alan, companheiros de estudo e amigos.

Aos professores do Mestrado em Estudos Literários, pelas lições que aprendi.

Ao André Nascimento, Eduardo Brito e a Marcela Maués, pela importância de seu trabalho para o curso de Mestrado.

A todos que fazem a Universidade Federal do Pará e que com seu trabalho contribuem para que sonhos como o meu se realizasse.

SUMÁRIO

RESUMO	07
ABSTRACT	08
INTRODUÇÃO	09
1. CANGAÇO: FENÔMENO HISTÓRICO-CULTURAL DO NORDESTE...	15
1.1 Aspectos históricos do cangaço.....	15
1.2 O herói bandido na literatura nordestina.....	24
2. A REPRESENTAÇÃO DO CANGAÇO NO ROMANCE <i>FOGO MORTO</i>...	36
2.1 <i>Fogo Morto</i> : o romance da maturidade de José Lins do Rego.....	36
2.2 O cangaceiro como herói-bandido em <i>Fogo Morto</i>	48
3. A REPRESENTAÇÃO DO CANGAÇO EM <i>OS DESVALIDOS</i>.....	58
3.1 <i>Os Desvalidos</i> : o cangaço em um romance da atualidade.....	58
4. <i>OS DESVALIDOS E FOGO MORTO</i>: UM COTEJO ENTRE AS OBRAS..	75
CONCLUSÃO	83
REFERÊNCIAS	86

RESUMO

O presente estudo visa a estabelecer uma análise comparativa entre dois romances da literatura brasileira do século XX, no que tange à abordagem realizada pelas obras do fenômeno histórico-social do cangaço. As obras escolhidas, *Fogo Morto*, de José Lins do Rego, e *Os Desvalidos*, de Francisco Dantas, representam dois momentos distintos da produção ficcional nordestina. A primeira está inserida na corrente ficcional das décadas de 30 e 40. Décimo romance do escritor paraibano, *Fogo Morto* representa o cangaço na perspectiva do personagem José Amaro, seleiro que se transforma em ajudante do cangaceiro Antônio Silvino. A segunda obra, publicada em 1993, representa uma retomada da ficção regionalista. O romance focaliza o cangaço sob o ponto de vista de Coriolano, personagem que, ao contrário de José Amaro, demonstra ódio implacável pelo cangaço, no romance representado por Lampião. A análise comparativa das obras foi precedida pelo estudo das raízes históricas do cangaço, bem como a caracterização do cangaceiro como ser carregado de dubiedade no imaginário popular nordestino. Com efeito, o cangaceiro ora é representado como herói, ora é encarado como bandido pelo sertanejo, sendo que essa visão contraditória é transportada para a ficção, aparecendo nos dois romances que são analisados neste trabalho. A abordagem histórica do cangaço é realizada a partir de estudos de autores como Rui Facó (1983), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1977) e Luiz Bernardo Pericás (2010). Também foi imprescindível um breve estudo de Câmara Cascudo (2005), que auxilia a compreender a figura do cangaceiro enquanto herói popular regional. Finalmente, como suporte para o estudo comparativo entre *Fogo Morto* e *Os Desvalidos* foram utilizados trabalhos de autores como José Paulo Paes (1995) e Sônia Lúcia Ramalho de Farias (2006), que fornecem elementos importantes para o estabelecimento de relações entre obras de cunho regionalista, produzidas por escritores nordestinos.

PALAVRAS-CHAVE: *Fogo Morto. Os Desvalidos. Cangaço.*

ABSTRACT

This study aims to establish a comparative analysis between novels of the twentieth century Brazilian literature, regarding the approach taken by the works of social and historical phenomenon of the *cangaço*. The works *Fogo Morto* of José Lins do Rego and the *Os Desvalidos* of Francisco Dantas represent two different moments of northeast fictional production. The first work is inserted into the fiction of the '30s and '40s. The *Fogo Morto* consists in the tenth novel of the writer represented by character Jose Amaro, saddler that turns into helper outlaw Antonio Silvino. The second works published in 1993 represents regional fiction. The novel is based in the point of view of character Coriolano that unlike Jose Amaro he demonstrates hatred by *cangaço* represented by Lampião. The comparative analysis of the work was preceded by a historical study of the *cangaço*, as well as, the ambiguous characterization of the “cangaçeiro” presents in the northeast popular imagination. Indeed, the *cangaceiro* is represented as hero and sometimes seen as outlaw. The contradictory point of view appears in the two novels analyzed in this work. The historical approach of the *cangaço* is made from studies of authors such as Facó Rui (1983), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1977) and Luis Bernardo Pericás (2010). It was also essential a brief survey of Camara Cascudo (2005) which helps to understand the *cangaceiro* as a regional folk hero. Finally, for the comparative study between of *Fogo Morto* and *Os Desvalidos* were used works of authors such as José Paulo Paes (1995) and Sonia Lucia Ramalho de Farias (2006), which supply important elements to relation between works of nature regionalist produced by writers from the Northeast.

KEYWORDS: *Fogo Morto. Os Desvalidos. Cangaço*

INTRODUÇÃO

Na primeira metade do século XX, o Brasil assistiu a uma efervescência do chamado romance regionalista, que focalizando os problemas sociais de regiões brasileiras como o Nordeste, trouxe à cena literária nacional escritores como José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Jorge Amado, dentre outros. Temas como a seca, o cangaço e os movimentos messiânicos foram trabalhados pelos escritores do período, imbuídos da necessidade de se construir uma literatura de conotação social e valorizar a importância do Nordeste para a cultura do país. A importância desse período para o romance brasileiro foi imensa, constituindo verdadeiramente um divisor de águas nas letras nacionais.

Havia entre os intelectuais nordestinos da época uma preocupação em colocar o Nordeste no cenário artístico do país. A região atravessava uma longa crise econômica, agravada pela abolição da escravatura no fim do século XIX e a derrocada dos meios tradicionais de produção predominantes na região, como os antigos engenhos de cana-de-açúcar, substituídos gradativamente pelas modernas usinas, a partir do último quartel do século XIX. Some-se a isso o rápido crescimento econômico do Centro-Sul brasileiro, dinamizado pelo processo de industrialização em curso, aliado ao fortalecimento político de estados como Minas Gerais e São Paulo, que não somente estavam entre os mais prósperos do país como também detinham uma grande força política. Esse estado de coisas enfraquecia as elites locais nordestinas e, conseqüentemente, a influência político-econômica do Nordeste no panorama nacional. A região, outrora próspera e que chegou a sediar a capital do Brasil nos tempos da Colônia, afundava em um rápido processo de decadência econômica, agravado ainda pelas duras condições climáticas, marcadas por constantes estiagens.

A classe intelectual da região integrava-se no propósito, pois, de restabelecer a importância histórica do Nordeste para o Brasil. Entre os teóricos que influenciaram os escritores do período encontra-se o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987), autor do Manifesto Regionalista, documento que apresentava as principais ideias do movimento e que contribuiu para estabelecer as bases do regionalismo nordestino. As teses defendidas pelo sociólogo influenciaram a produção literária de vários escritores da época, dentre eles o paraibano José Lins do Rego.

A revalorização do Nordeste passava, dentre outros, pela abordagem de temas relacionados à região, ligados, pois, a seus aspectos físicos e humanos. Obviamente as secas surgiram como um dos assuntos imediatamente evocados nas obras de autores nordestinos,

ocasionando a produção de romances como *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, publicado em 1930, ou ainda *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, de 1938. Outro tema abordado com frequência pelos escritores nordestinos foi uma modalidade de banditismo que se tornou clássica na região: o cangaço.

Além do contexto histórico oportuno para o romance nordestino (vale lembrar que o cangaço somente foi extinto em 1940), a figura do cangaceiro prestava-se a múltiplas análises e abordagens, que ora encaravam-no como herói, um paladino das lutas contra a exploração dos grandes da terra, bem ao gosto de literatos influenciados pelo ideário socialista em voga no Brasil daqueles tempos, ora retratavam o cangaceiro como um ser dominado pelo crime, matando e roubando indistintamente por onde passava. Essa dubiedade do caráter do cangaceiro marca a abordagem que é feita sobre o cangaço em um romance do período, *Fogo Morto*, de José Lins do Rego, publicado em 1943. O mesmo escritor publica uma década depois outro romance também voltado para essa temática e cujo título não podia ser mais oportuno: *Cangaceiros*.

Embora suas raízes remontem aos séculos XVII e XVIII, foi no início do século XX que o cangaço assumiu um papel importante no Nordeste, a partir da formação dos bandos de Antônio Silvino e de Lampião. Esses grupos de homens deixaram de ter sua existência delimitada pelas secas e passaram a atuar por períodos mais longos. Suas ações também passaram a ser mais ousadas, com enfrentamentos cada vez mais severos com as forças policiais, denominadas volantes. Cangaceiros como Lampião e Antônio Silvino não se consideravam bandidos, mas defensores da ordem e dos menos favorecidos. Autodenominavam-se, cada um em seu tempo, “Governador do Sertão”, em clara alusão ao poder que desempenhavam nas estruturas político-sociais nordestinas. Afirmavam sua coragem em enfrentar os ricos coronéis da região, embora dependessem financeiramente destes. As relações com os pobres também não eram completamente pacíficas, pois embora os cangaceiros alimentassem uma imagem de heróis populares e defensores dos oprimidos, não foram poucas as vezes que contra pobres sertanejos cometeram terríveis crimes.

A vida e os crimes dos cangaceiros transpuseram os limites do Nordeste e passaram a ser conhecidos em todo o Brasil, inspirando obras literárias e documentos históricos sobre a vida e as aventuras dos bandos. Inicialmente abordado na oralidade, na forma de pequenas trovas, de que Franklin Távora fez uso na composição de *O Cabeleira*, considerado o primeiro romance que explorou o cangaço como temática, o fenômeno passou a ser explorado

também pelos poetas de cordel¹, que em seus livretos vendidos nas feiras populares do interior do Nordeste, descrevem os amores e lutas de Antônio Silvino, Lampião e Corisco. A partir da década de 1930, contudo, o cangaço ganhou espaço na literatura erudita, sobretudo com o romance regionalista. Além de romances, novelas, peças teatrais e poemas foram escritos sobre a saga dos cangaceiros, reafirmando a importância do fenômeno para a cultura regional. O cangaço ultrapassou os limites do texto escrito e chegou ao cinema, inspirando filmes como *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1963), de Glauber Rocha e *O Cangaceiro*, de Lima Barreto.

Apesar das mais de sete décadas de seu fim, o cangaço ainda desperta interesse tanto no campo historiográfico quanto ficcional. Exemplo desse fato é o romance *Os Desvalidos*, do escritor sergipano Francisco Dantas. Publicado em 1993, o romance focaliza os momentos finais do bando de Lampião, que culminam com o massacre de Angicos, em 1938. Trabalhos históricos sobre o fenômeno são continuamente produzidos, fornecendo novas interpretações acerca do cangaço, como o do pesquisador Luiz Bernardo Pericás.

O presente trabalho analisa comparativamente dois romances que tratam da temática do cangaço: *Fogo Morto* e *Os Desvalidos*. A escolha das obras explica-se pelo diálogo que o romance mais recente estabelece com a obra antecessora, fato este inclusive evidenciado em aspectos da obra como a caracterização dos personagens e a temática. Buscou-se, na medida do possível, concentrar a análise em elementos estéticos e histórico-sociais envolvidos na elaboração das obras. Esse fato justifica, por exemplo, a inserção neste trabalho de um capítulo que trata sobre os aspectos históricos relacionados ao cangaço, entendidos como indispensáveis à análise comparativa.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro, é feita uma abordagem histórica do cangaço, contemplando não somente as motivações para sua origem e extinção, como também seu papel para a cultura regional, com destaque obviamente para a literatura. O capítulo seguinte focaliza o romance *Fogo Morto*, do escritor paraibano José Lins do Rego, com destaque para o personagem Zé Amaro, por suas ligações com o cangaceiro

¹ Extremamente vasta é a produção em cordel que trata sobre o cangaço, continuando a estender-se à medida que outras publicações são lançadas. Para um conhecimento geral do tema cito *Vaqueiros e Cantadores*, de Câmara Cascudo. Nesta obra, o autor pesquisa uma coletânea de trovas sobre vários temas, dentre os quais está incluído o cangaço. ao final da obra, o autor biográfico dos principais cantadores nordestinos, importante subsídio para o leitor interessado na cultura regional. Também merece atenção a obra *O cangaço na poesia brasileira*, em que o autor Carlos Newton Júnior traz uma farta antologia de poemas escritos sobre o cangaço, alguns de extração popular e outros de autores consagrados como Murilo Mendes e João Cabral de Melo Neto.

Antônio Silvino, figura histórica no romance representada por um personagem homônimo. O terceiro capítulo analisa *Os Desvalidos*, do escritor sergipano Francisco J. C. Dantas. Aqui o enfoque está em Coriolano, um seleiro frustrado que demonstra profundo ódio pelo cangaço, embora também se destaque na obra o personagem ficcional representativo de Lampião. No último capítulo é promovido um cotejo entre as obras, verificando-se os pontos convergentes e aqueles que se diferem nos dois romances, sobretudo relacionados à visão que ambos constroem acerca do cangaço e da visão que o sertanejo alimenta sobre este bandido social, na acepção usada por Eric Hobsbawm.

A abordagem histórica realizada neste trabalho está baseada em estudos sobre o banditismo social que vão desde a análise pioneira e ainda válida do historiador britânico Eric Hobsbawm, em sua obra clássica *Bandidos*, passando por estudos desenvolvidos nas décadas de sessenta e setenta no Brasil por pesquisadores e intelectuais como Rui Facó e Maria Isaura Pereira de Queiroz, influenciados pela ideologia marxista que estava bastante evidente no período, chegando finalmente a trabalhos mais recentes, como o elaborado por Luiz Bernardo Pericás. Procura-se sempre confrontar as visões divergentes acerca de determinado aspecto desse complexo fenômeno social, bem como evitar generalizações e juízos preconcebidos sobre o cangaço. O arcabouço teórico fornecidos pela história, contudo, não fica restrito apenas ao primeiro capítulo, mas é retomado sempre que necessário ao longo do trabalho.

O romance *Fogo Morto*, que constitui o eixo fundamental do segundo capítulo, aborda o cangaço sob a ótica de um seleiro de beira de estrada, mestre Zé Amaro. Profundo admirador de Antônio Silvino, Zé Amaro vê no cangaceiro a figura de um protetor dos pobres, um líder corajoso que, na visão do seleiro, não se acovarda diante dos poderosos da terra e defende os mais humildes. No romance o cangaço não constitui o foco central da narrativa, que se debruça sobre a decadência do engenho Santa Fé, cujo proprietário, o coronel Lula de Holanda, é um homem sem habilidade para os negócios, que conduz a propriedade à completa ruína. O engenho Santa Fé constitui na obra, pois, um microcosmo que representa um processo mais amplo de declínio do Nordeste açucareiro dos velhos engenhos, que atinge seu ponto crítico a partir da expansão das usinas. Cangaço e decadência articulam-se no eixo temático de *Fogo Morto* como processos socioeconômicos situados em um período importante da história do Nordeste, correspondente ao final do século XIX e início do XX.

Embora o cangaço esteja historicamente inserido até a primeira metade do século XX, o fenômeno foi abordado por autores de épocas mais recentes que, embora distantes do

período de ocorrência de bandos como o de Lampião e Antônio Silvino, exploraram esse tema tão fértil no campo cultural da região. As abordagens sobre o cangaço também sofreram variações, por conta da figura contraditória do cangaceiro, um homem que mescla as características de um herói e de um bandido, como fica claro em uma das obras capitais sobre o fenômeno, *Bandidos*, de Eric Hobsbawm. Não somente no campo da literatura, mas também no dos estudos históricos, a figura do cangaceiro recebeu novos estudos e uma visão renovada, como na obra do pesquisador Luiz Bernardo Pericás, *Cangaceiros: ensaio de interpretação histórica* (2010), em que o autor analisa vários estudos e obras já produzidos sobre o cangaço para tentar derrubar mitos que, segundo ele, foram construídos sobre cangaceiros como Lampião. A partir de renovados estudos históricos tornou-se possível esclarecer melhor, por exemplo, as relações entre o cangaço e as elites políticas e econômicas da região, bem como refutar concepções tradicionais sobre a figura do cangaceiro, como a sua suposta preocupação com questões sociais.

Na seara das novas abordagens feitas sobre o cangaço pode ser inserido o segundo romance do sergipano Francisco Dantas, *Os Desvalidos*, que focaliza o cangaço na visão do seleiro Coriolano, protagonista da obra. A narrativa é situada no final dos anos 1930, quando Lampião e seu bando são liquidados pelas tropas volantes no sertão sergipano. No romance, Coriolano, um seleiro frustrado, nutre ódio extremo pelo cangaço, representado por Virgulino Ferreira da Silva, o temido Lampião. Assim como na obra de José Lins, em *Os Desvalidos* também paira um ar de decadência, não do engenho de cana-de-açúcar, mas de todos os personagens da obra, de Coriolano a Lampião. O meio físico de ambientação do romance também é distinto daquele que aparece em *Fogo Morto*. Neste, a ação se passa na Zona da Mata, região dos engenhos e do fértil massapé. Naquele, o ambiente é do Sertão, dominado pela pobreza e assolado pela violência dos cangaceiros e das tropas volantes. Por meio d'*Os Desvalidos*, Francisco Dantas mostra que a prosa regionalista, longe de esgotada ou anacrônica, oferece oportunidades de abordagem cada vez maiores, constituindo um rico manancial para aqueles que pretendem explorá-la.

Confrontadas as duas obras verifica-se que estabelecem um importante diálogo. Para José Paulo Paes, o romance de Francisco Dantas, ao retomar temas que estavam presentes em *Fogo Morto* por meio da intertextualidade, não somente promove uma recuperação do texto de José Lins do Rego, mas também o atualiza. A partir do texto consagrado, o escritor sergipano constrói seu romance, que não é meramente uma paródia de *Fogo Morto*, mas possui personalidade própria. O cunho memorialista está presente nas duas obras e as

semelhanças entre ambas ocorrem até na caracterização dos personagens, como aponta Paes em um ensaio intitulado *Gesta e antigesta*. Seguindo uma linha de trabalho que já se delineara em seu primeiro romance, *Coivara da memória*, de 1991, Francisco Dantas elabora uma obra de forte cunho rememorativo, que retrata de forma contundente um Nordeste marcado por profundas transformações sociais e econômicas.

O cotejo entre os dois romances também possibilita perceber a vitalidade do cangaço enquanto tema recorrente na ficção nordestina. Embora o fenômeno tenha sido extinto em fins da década de 30, sua influência na produção cultural do Nordeste ainda é bastante forte. As produções em cordel sobre o cangaço são abundantes na região, além de romances, como o já supracitado de Francisco Dantas. Embora atualmente se possa questionar o verdadeiro papel do cangaceiro na estrutura social nordestina, à luz de novos elementos trazidos pela história, abordados sucintamente ao longo deste trabalho, não se pode, contudo, negar o valioso legado deixado pelo fenômeno para a cultura regional e, por que não, nacional.

1. O CANGAÇO: FENÔMENO HISTÓRICO E CULTURAL DO NORDESTE

1.1 Aspectos históricos do cangaço

A palavra cangaço possui origem controvertida, havendo várias teorias sobre seu surgimento e sentido. Para Maria Isaura Pereira de Queiroz, o vocábulo remete à canga ou cangalha, que corresponderia aos apetrechos que os bandidos nordestinos levavam em suas viagens, como armas e utensílios diversos (QUEIROZ, 1986, p. 15). O vocábulo cangaço aparece com o significado atual, referindo-se aos bandos de homens armados no Nordeste, por volta das décadas de 1830 e 1840 (PERICÁS, 2010, p. 13). Embora o banditismo seja um fenômeno presente em todo o país desde o período colonial, apenas no Nordeste os bandidos foram denominados cangaceiros (QUEIROZ, 1986, p. 15).

Desde o século XVII eram frequentes os relatos da ação de bandos armados promovendo assaltos e saques na região da Zona da Mata nordestina, sobretudo nos atuais estados de Pernambuco e da Bahia, que concentravam a maior parte da população da região. A constituição desses bandos era variada, compreendendo desde negros fugidos, bandeirantes desgarrados de suas missões e holandeses remanescentes das tropas desse país, que lutaram contra os portugueses pela posse da próspera costa nordestina (PERICÁS, 2010, p. 17). Além de saques, constam também entre as ações promovidas por esses bandos estupros e assassinatos. As investidas dessas hordas eram extremamente violentas, ressaltando-se a invasão a Porto Seguro, na Bahia, quando os bandidos saquearam a cidade e estupraram várias mulheres (Idem, p. 17).

No século XVIII uma figura ganha vulto no banditismo do Nordeste. Seu nome é José Gomes, o famigerado Cabeleira, que junto com seu pai, Joaquim Gomes, e o negro Teodósio, espalharam o terror nas vilas e povoados do interior de Pernambuco. De sua vida e feitos pouca coisa foi deixada à posteridade, resumindo-se a esparsos documentos históricos, trovas populares e ao romance *O Cabeleira*, de Franklin Távora, publicado em 1876.

O período em que é publicado *O Cabeleira* é marcado pela proliferação desmedida do banditismo no Nordeste, acentuada pela terrível seca de 1877. Uma observação interessante sobre *O Cabeleira* é que no romance de Franklin Távora os facínoras do bando de José Gomes e de seu pai possuíam apelidos que séculos mais tarde seriam utilizados por cangaceiros de bandos como o de Lampião e de Antônio Silvino. Entre as alcunhas utilizadas pelos homens de Cabeleira registram-se Jararaca, Labareda, Corisco, dentre outros.

Para Carlos Newton Júnior, Cabeleira não pode ser considerado um cangaceiro tal como se conhece hoje, logo a narrativa de Franklin Távora não seria, portanto, o primeiro romance sobre o cangaço (NEWTON JÚNIOR, 2009, p. 17). Para o professor e ensaísta pernambucano, a origem da confusão decorre do fato de haver uma única menção no romance ao termo cangaço (Idem, p. 17). O fato é que, apesar disso, Cabeleira é considerado até hoje o precursor do cangaço no Nordeste, tendo seus feitos sido relatados por vários poetas populares da região, na época de sua atuação e após sua morte.

A vida e os feitos de Cabeleira e de seu bando pouco se assemelham aos de bandos de cangaceiros como o de Antônio Silvino ou Lampião. Na figura do bandido do século XVIII acentua-se a face de um criminoso e não de um bandido social, como os cangaceiros mais recentes ficaram sendo conhecidos. No romance de Távora, não há qualquer menção de Cabeleira ter ajudado sertanejos humildes ou tentado frear abusos de poderosos locais. Pelo contrário, as ações do bando não poupavam pobres ou ricos, sendo marcadas pelo uso da violência e pela crueldade. A imagem que fica do jovem é apenas a de um homem que teve seu destino influenciado de forma maléfica pela maldade humana, sobretudo pela mente ardilosa do pai e que abraçou uma vida de crimes e de dissolução.

Para Luiz Bernardo Pericás, os bandos que surgem nos séculos XVII e XVIII, a exemplo do de Cabeleira, não apresentam organicidade, que só aparece a partir de meados do século XIX². “Ainda não existia uma ‘imagem’ definida do ator ‘cangaceiro’ como figura emblemática e representativa do painel social do Sertão nordestino” (PERICÁS, 2010, p. 17). Esses primeiros bandos tampouco eram duradouros, tendo sua ação quase sempre restrita às secas e epidemias que com frequência abalavam a região, como aponta Maria Isaura Pereira de Queiroz. “Durante as secas formavam-se bandos que saqueavam e pilhavam povoados e fazendas, aproveitando do desespero e da fuga dos habitantes, porém logo que chegavam as chuvas, os habitantes voltavam ao Sertão e os bandos desapareciam” (QUEIROZ, 1966, p. 17).

É interessante ressaltar que a atuação dos primeiros bandos tinha uma duração relativamente definida, obedecendo aos períodos de secas na região, como apontado acima por Maria Isaura Queiroz. Os cangaceiros praticavam seus atos criminosos com o intuito de sobreviver em meio à fome e à seca, saqueando fazendas e pequenas vilas, aproveitando-se do

² Pericás enumera alguns traços que caracterizariam essa organicidade e que, segundo ele, somente surgem a partir do século XIX. Seriam a atuação mais autônoma e menos dependente de fatores climáticos como as secas e a maior mobilidade na região, com deslocamentos por espaços mais extensos. (2010, p. 17)

desespero provocado pelas catástrofes naturais. Passada a seca, contudo, voltavam a trabalhar em seus plantios, abandonando, assim, o crime³. Esse banditismo motivado ou intensificado por fatores naturais foi comum em outros países, vitimados por desastres naturais, como secas, inundações e terremotos.

As causas que levaram ao surgimento do cangaço são várias, não se podendo atribuir a um único fator apenas, sob pena de se simplificar o fenômeno. Afirmar que o cangaço é fruto somente das condições climatológicas do Nordeste, uma das primeiras explicações sobre o surgimento do fenômeno, oblitera os fatores históricos e sociais que contribuíram para que o cangaço se desenvolvesse na região e não em outras partes do país. Pericás afirma que “explicações simplistas, exclusivistas, não conseguem compreender satisfatoriamente o fenômeno, que deve ser discutido a partir de uma realidade multidimensional” (PERICÁS, 2010, p. 19). Obviamente não é o nosso objetivo discutir todos os fatores que contribuíram para a constituição do cangaço. Serão analisados apenas alguns deles, que auxiliam a compreensão dessa modalidade de banditismo que se desenvolveu no Nordeste.

Para o historiador britânico Eric Hobsbawm, o cangaço está associado a crises de natureza econômica ou social. “O banditismo tendia a tornar-se epidêmico em épocas de pauperismo ou de crise econômica” (HOBSBAWM, 2010, p. 42). Não por acaso, o surgimento de Cabeleira, na segunda metade do século XVIII, coincide com uma terrível seca e um surto de varíola que assolaram Pernambuco. Isso também explicaria o surto de banditismo no Nordeste a partir de meados do século XIX, quando a região foi castigada por frequentes e impiedosas secas, como a ocorrida em 1877.

As constantes estiagens destruíam plantações, dizimavam os rebanhos e provocavam a fuga em massa de sertanejos para o litoral e para outras regiões do país, como a Amazônia, sobretudo no período áureo do Ciclo da Borracha, que vai do final do século XIX até a primeira década do século XX. Segundo Rui Facó, apenas no Ceará houve a saída de cerca de quarenta mil pessoas em 1900 (FACÓ, 1983, p. 31). Em 1915, ano de uma das piores secas registradas no estado, saíram pelo porto de Fortaleza quarenta mil homens e mulheres, sendo que trinta mil desses migraram para o Norte (Idem, p. 31). A Amazônia era o principal destino desses migrantes, devido à expectativa de uma vida melhor por meio da exploração da

³ Maria Isaura destaca que houve cangaceiros como João Calangro, que defendia as propriedades de roubos de gado e assaltos durante as secas. O cangaceiro tornou-se “protetor” dos grandes fazendeiros do Cariri cearense durante a seca de 1877, sobrepujando em alguns casos o poder das autoridades locais. Passada a seca, contudo, de aliado tornou-se inimigo dos coronéis da região, por continuar a exigir o tratamento que possuía anteriormente. Escapou da polícia, fugindo clandestinamente para o Piauí. (QUEIROZ, 1977, pp. 63-6)

borracha, que no início do século XX alcançou preços elevados no mercado internacional, principalmente pela sua utilização na crescente indústria automobilística. O sonho de prosperidade nos seringais amazônicos provocou uma intensa migração de nordestinos para a região, muitos deles esperançosos de obtenção de riquezas e futuro regresso ao Nordeste.

Os homens e mulheres que relutavam em abandonar sua terra quase sempre ficavam reduzidos à miséria e a uma companheira inseparável da seca: a fome. Milhares de nordestinos morreram de inanição durante as secas que abalaram a região. Durante as estiagens, as atividades do cangaço intensificavam-se. Para Hobsbawm, o apogeu do banditismo no Nordeste ocorre após a terrível seca de 1877, uma das piores que a região enfrentou, e se estende até 1919, passando pela seca de 1915, também devastadora (HOBSBAWM, 2010, p. 24).

Além das secas, outro fator que contribuiu para o surgimento dos bandos foram desavenças políticas entre importantes famílias nordestinas. Estas contratavam jagunços para defender suas propriedades na época das secas ou contra o ataque de famílias inimigas. Havia ainda embates durante as eleições. Os bandos eram, portanto, subordinados aos interesses de grandes fazendeiros e coronéis, cumprindo suas ordens. Decorre daí a expressão cangaço subordinado, para referir-se a esses bandos. Com o tempo, contudo, esses bandos adquirem um grau de autonomia e passam a agir por conta própria, não mais sob a subordinação dos antigos patrões, constituindo assim o chamado cangaço independente. Essa subordinação dos bandos às ordens dos proprietários das terras era um aspecto muito comum nas relações sociais no Nordeste e sua representação aparece em textos da cultura regional, sobretudo nos poemas de cordel, como o citado abaixo, transcrito por Maria José Londres.

Em São José do Egito
existia um fazendeiro
ruim que só a intriga
bruto, forte e traiçoeiro
sentia o cheiro de sangue
que só onça por carneiro.

Uns 200 “cangaceiros”
nessa fazenda moravam
eles não pagavam foro
muito pouco trabalhavam
serviam de “guarda-costa”
bom ordenado ganhavam (*Apud.* LONDRES, 1983, p. 242)

O vocábulo cangaceiro, que aparece entre aspas na trova acima, refere-se, na verdade, à figura do capanga, outro tipo peculiar no Nordeste. É oportuno estabelecer aqui a distinção entre o cangaceiro e o capanga, visto que muitas vezes os dois termos são utilizados como se fossem sinônimos, sobretudo quando se refere ao cangaço subordinado. Para Facó, o capanga era um criminoso assalariado, que executava as ordens de um coronel em troca de remuneração. Agia muitas vezes como pistoleiro, promovendo o assassinio de desafetos do coronel, bem como protegendo a propriedade do fazendeiro.

Sua dependência econômica e social em relação ao grande proprietário, o avassalamento da economia seminatural (sic), a falta de terras para a pequena propriedade, tornavam-no um semi-servo que deveria obedecer, sem discutir, as ordens do patrão, cumprir todas as suas vontades, executar os crimes mais hediondos por ele ordenados (FACÓ, 1983, p. 64)

O cangaceiro, por sua vez, mantém uma relação de independência em relação aos coronéis, não residindo em sua fazenda ou recebendo salário por seus serviços. O capanga surge antes do cangaceiro e sobrevive ao fim do cangaço sendo relativamente comuns os casos de capangas que ingressaram nos bandos. Essa distinção entre os dois não impede, contudo, que tenha havido inúmeros casos de coronéis e até de autoridades que contrataram cangaceiros para o assassinato de inimigos políticos. O próprio Lampião cometia torturas e matava desafetos políticos de coronéis com quem mantinha aliança.

Retomando a questão do papel das desavenças familiares para a gênese do cangaço, vale ressaltar que a formação dos bandos de Antônio Silvino e de Lampião, os dois maiores cangaceiros do Nordeste, está direta ou indiretamente relacionada a disputas ou rixas envolvendo suas famílias. Curiosamente as rivalidades políticas entre famílias importantes no Nordeste, que antecederam o surgimento do cangaço, sobreviveram ao fim deste, continuando infelizmente a manifestar-se na região.

Eric Hobsbawm também credita o surgimento e a proliferação do banditismo a fatores relacionados à falta de controle do poder central sobre as áreas distantes e esparsamente povoadas, como o Sertão (HOBSBAWM, 2010, p. 30). Um controle mais severo dos instrumentos de coerção pública, como a polícia e a justiça, inibiria, segundo o historiador, o desenvolvimento de modalidades de banditismo como o cangaço. Essa ausência do poder público nas regiões mais afastadas do litoral nordestino fez com que houvesse o estímulo a formas peculiares de punição, como a prática de “fazer justiça com as próprias mãos”. O relaxamento de normas básicas da vida em sociedade, como a condenação do homicídio, em

casos de vingança, por exemplo, produziu uma imagem de justiça baseada na honra pessoal e na valorização da coragem como atributos essenciais para o sertanejo, o que será discutido no decorrer deste trabalho.

Para Rui Facó, a origem do cangaço e dos movimentos messiânicos, dois fenômenos sociais que marcaram o Nordeste nos séculos XIX e XX, está ligada a questões de cunho econômico e social, como o monopólio de terras nas mãos de uma minoria, que privava a grande parcela da população sertaneja, na época predominantemente rural, do acesso à pequena propriedade para subsistência de sua família (FACÓ, 1983, p. 16). Outro fator seria a cruel exploração que os coronéis impunham à massa sertaneja despossuída, que trabalhava nas suas terras em jornadas extenuantes em troca de salários miseráveis⁴. Esses fatores acarretaram, portanto, uma insatisfação crescente entre a população. A saída para muitos sertanejos, segundo Facó, foi entrar para os bandos de cangaceiros ou seguir algum dos vários beatos e monges que andavam pelos sertões atraindo centenas de fiéis, como aconteceu em Canudos e Pedra Bonita.

Não se pode, obviamente, pensar que todo sertanejo explorado se dispusesse a empunhar armas e seguir um dos inúmeros bandos de cangaceiros. Com efeito, a quantidade de cangaceiros que havia na região sempre foi proporcionalmente muito pequena em relação ao restante da população, mesmo em épocas de auge do cangaço, como no início do século XX. A maior parte dos sertanejos preferia, em meio às adversidades enfrentadas no Sertão, migrar para as áreas úmidas do litoral nordestino ou para outras regiões, como a Amazônia e o Sudeste brasileiro. Os que relutavam em abandonar a região, resistindo à seca e à fome, dificilmente entravam para o crime, como assevera o historiador britânico: “pois cumpre lembrar que, se a resistência a tais atos de opressão é o ponto de partida característico da carreira de um ladrão ‘nobre’, para cada camponês que resiste há dezenas e dezenas que aceitam a injustiça” (HOBSBAWM, 2010, p. 59).

Hobsbawm, ao analisar dados numéricos relativos à proporção de bandidos em diversos países, aponta que, mesmo em regiões endêmicas para o banditismo, como o sul da Itália em fins do século XIX, a proporção de bandidos em relação à população total era bastante inexpressiva (Idem, p. 40). A mesma estatística não sofre consideráveis mudanças

⁴ Para Facó, o tratamento recebido pelos trabalhadores sertanejos de seus patrões não era sequer o de seres humanos livres, mas o de escravos. “O conceito de ser humano em relação a ele [o trabalhador rural sertanejo] não era válido para o grande proprietário. A classe dos pobres do campo se achava à margem da sociedade constituída. Não tinha terra, nem outros bens, não tinha direitos, não tinha sequer deveres – além daqueles de servir ao senhor” (1983, p. 36)

quando se analisa a China e a Colômbia, por exemplo, que também sofreram surtos de banditismo. Assim, pode-se concluir que o banditismo, mesmo em épocas críticas, envolvia quase sempre uma pequena parcela da população, não traduzindo, portanto, uma opção de atividade da maioria das pessoas.

O cangaço e os movimentos messiânicos possuem outro ponto em comum, além de se manifestarem em épocas próximas, como aponta o mesmo Hobsbawm: “O sertão do Nordeste brasileiro, região clássica dos cangaceiros, era também a dos *beatos*, os líderes messiânicos rurais” (2010, p. 49, grifo do autor). Para o historiador britânico, os ideais que norteavam a luta dos cangaceiros não eram muito diferentes daqueles defendidos pelos beatos, como a defesa da justiça social e o fim da exploração do pobre pelo rico. Isso aproximava os dois fenômenos, a ponto de cangaceiros como Lampião serem ardorosos defensores de líderes religiosos como o padre Cícero de Juazeiro, considerado um santo pelo “rei do cangaço”. Aliás, a troca de favores entre o sacerdote cearense e o cangaceiro chegava ao ponto de Lampião respeitar o Cariri cearense, evitando saquear cidades da região, além de não praticar atos de violência nas casas em que encontrava o retrato de padre Cícero. Esse respeito que o cangaceiro devotava ao padre Cícero não escapou à literatura de cordel, como pode ser percebido na trova abaixo, recolhida por Câmara Cascudo.

Lampeão desde esse dia
 Jurou vingar-se também
 Dizendo: - foi inimigo
 Mato, não pergunto a quem...
 Dizendo “Nesse mundo só respeito
 O Padim Cicho e mais ninguém”. (CASCUDO, 2009, p. 168)

Para Billy Jaynes Chandler, “o cangaço era um fenômeno exclusivamente do sertão” (CHANDLER, 1981, p. 16). Os movimentos messiânicos, por sua vez, embora majoritariamente presentes no Nordeste brasileiro, também se manifestaram em outras regiões do país.

O cangaço, tal como concebido atualmente, começa a ser esboçado em meados do século XIX, sobretudo no período que coincide com a publicação d’*O Cabeleira*, como já abordado anteriormente. Essa forma de banditismo reinará no Nordeste entre 1890 a 1940, período em que surgem os principais chefes cangaceiros, que receberam cada um em seu tempo o epíteto de “rei do cangaço”: Manoel Baptista de Alencar, conhecido como Antônio Silvino, que reinou no cangaço até sua prisão em 1918; Virgulino Ferreira, vulgo Lampião,

que comandou um bando de cangaceiros até sua morte, em 1938, em Angicos, no estado de Sergipe. Maria Isaura Pereira de Queiroz destaca ainda a figura de Cristiano Gomes da Silva Cleto, o afamado Corisco. Chefe de um dos bandos de Lampião, o cangaceiro não estava com Lampião na chacina de 1938 e deu continuidade ao cangaço até sua morte, em 1940. Assim, a morte de Corisco coincide, portanto, com a extinção definitiva do fenômeno.

No período do cangaço independente, as secas deixaram de ser uma das principais motivações para a formação dos bandos. Com efeito, os agrupamentos de cangaceiros não se desfaziam no período de chuvas ou quando sobrevinham períodos de prosperidade econômica. Aliás, para os bandos de cangaceiros, que viviam de furtos e extorsões, quanto maior a riqueza e prosperidade de um local, melhores eram as possibilidades de lucro. Assim, o cangaço transformou-se em uma profissão, um ofício, que oferecia, inclusive, ganhos maiores que a maior parte das ocupações do Sertão, fato inclusive gabado por cangaceiros⁵.

Muitos cangaceiros conseguiram obter um patrimônio considerável com o correr dos anos na atividade. O espólio encontrado com Corisco incluía dois quilos de ouro e trezentos contos de réis, uma verdadeira fortuna para a época (PERICÁS, 2010, p. 53). Lampião, apesar da vida errante pelo interior do Nordeste, chegou a possuir uma próspera fazenda de gado na Bahia. No estado de Sergipe, era proprietário de cerca de cem cabeças de gado na fazenda Canabrava. O caso de José Baiano, um dos homens de confiança de Lampião, é impressionante. Ao longo dos anos de roubos e extorsões, o cangaceiro conseguiu acumular algo em torno de setecentos contos de réis (Idem, p. 53). Esse terrível bandido, que tinha o costume de marcar com ferro em brasa o rosto de mulheres, foi certamente um dos cangaceiros mais ricos no século XX. Os exemplos citados por Pericás refutam com propriedade a visão do cangaceiro como um homem humilde, desapegado dos bens materiais e ligado às massas pobres. A fortuna de José Baiano fazia frente à de muitos coronéis abastados do Nordeste.

Com efeito, frente aos baixos salários pagos aos trabalhadores nas propriedades rurais do Nordeste ou mesmo ao soldo recebido pelos soldados de polícia que perseguiram os bandidos, depreende-se que o cangaceiro dispunha de um padrão de vida invejável para a região. Muitos jovens encaravam o cangaço também como uma forma de garantir prestígio social, além propriamente do fator econômico. Não foi por acaso que em uma entrevista

⁵ Pericás cita um episódio em que o cangaceiro Luiz Macário indaga ao oficial das tropas volantes Optato Gueiros, um dos mais ardorosos perseguidores de Lampião, quanto era seu salário. Quando o militar responde que eram 95 réis, Lampião interpelou: “Muito pouco. É melhor ser cangaceiro mesmo” (PERICÁS, 2010, p. 56)

Lampião teria dito: “Estou me dando bem no cangaço e não pretendo abandoná-lo. Não sei se vou passar a vida toda nele. Preciso *trabalhar* ainda uns três anos... depois talvez me torne negociante” (*Apud.* PERICÁS, 2010, p. 56, grifo do autor).

Vários são os fatores que levaram ao fim o cangaço⁶. Para o historiador britânico Eric Hobsbawm, a modernização seria o principal deles. “Num sentido mais lato, a ‘modernização’ priva qualquer banditismo, inclusive o social, das condições nas quais floresce” (HOBSBAWM, 2009, p. 38). Essa modernização estaria evidenciada na melhoria dos transportes e das comunicações, que favoreceriam a integração do Sertão ao litoral e Zona da Mata nordestina e a intensificação da presença do Estado em regiões mais afastadas. Isso talvez explique por que foram comuns os atos criminosos perpetrados pelos cangaceiros contra empresas e funcionários que trabalhavam na construção de rodovias e estradas de ferro no Nordeste, como em um episódio ocorrido em 18 de outubro de 1929, quando Lampião e seu bando massacraram nove trabalhadores que construía a rodovia que ligava Juazeiro a Santo Antônio da Glória, temerosos de que a rodovia, que passaria pelo Raso da Catarina, região inóspita da Bahia que servia de esconderijo para os bandidos, facilitasse o acesso das tropas volantes (PERICÁS, 2010, pp. 37-8).

Luiz Bernardo Pericás concorda com Hobsbawm em relação ao papel da modernização para o fim do cangaço, mas acrescenta outro elemento para tentar explicar a extinção do fenômeno. Para o pesquisador, a morte de Lampião, em 1938, foi decisiva para desestimular a formação de novos bandos e mesmo desestabilizar os que já existiam. Com efeito, a figura de Lampião era uma espécie de modelo, um referencial para o cangaço, um líder que aliava a astúcia ao poder de chefia. Com a morte do bandido, não havia outro que assumisse seu lugar, que reunisse as qualidades do “Rei do cangaço” (PERICÁS, 2010, p. 193). Uma evidência da influência que Virgulino exercia sobre os demais bandos está no fato de que vários cangaceiros entregaram-se espontaneamente às forças volantes após a morte de Lampião. Em 1940, com a morte de Cristiano Gomes, o conhecido Corisco, encerrava-se oficialmente a saga do cangaço.

O cangaço foi amplamente abordado pela literatura no Nordeste, desde os cantadores de feira e poetas da literatura de cordel às formas consagradas pelo cânone, como o romance. Desde o século XVIII, com os poetas que cantavam as aventuras de Cabeleira, passando por

⁶ Maria Isaura Pereira de Queiroz, por exemplo, afirma que o processo de industrialização, que sofre um impulso com a Segunda Guerra Mundial, aliado ao surgimento de novas frentes agrícolas no norte do Paraná, gerou empregos que desestimularam a opção pelo banditismo no Nordeste (QUEIROZ, 1977, p. 203).

Franklin Távora, no século XIX e chegando à ficção regionalista do século XX, são inúmeras as manifestações literárias que tiveram como temática o cangaço. Ora encarado como herói, ora como bandido, o cangaceiro está presente em romances de escritores nordestinos da década de 1930, como José Lins do Rego, e de autores da ficção contemporânea, como Francisco Dantas. Isso atesta que, passados setenta anos da extinção oficial do cangaço, o tema ainda desperta admiração e se constitui como fonte de inspiração para escritores e poetas.

Vale ressaltar ainda que, além da literatura, outras formas artísticas também abordaram o cangaço, como a música e o cinema, o que afirma a importância do fenômeno para a cultura nordestina e nacional. “O fato é que o cangaço, ainda assim, conseguiu penetrar no imaginário social nacional e permaneceu presente de maneira significativa na cultura brasileira contemporânea. Foi, decerto, um dos mais importantes fenômenos sociais deste país” (PERICÁS, 2010, p. 194). Criticado por uns, admirado por outros, o cangaço incorporou-se incontestavelmente ao patrimônio cultural do Nordeste, constituindo-se o cangaceiro indubitavelmente um dos tipos característicos da região.

1.2 O herói bandido na literatura nordestina

O cangaço forneceu uma espécie peculiar de herói para o Sertão nordestino, o chamado herói bandido. Essa caracterização paradoxal deve-se ao papel que o cangaceiro desempenhou junto ao sertanejo, mesclando elementos positivos, como a coragem, a outros de caráter negativo, como a violência. O fenômeno, que foi abordado inicialmente na oralidade e, mais tarde, incorporado à chamada literatura de cordel, exerceu uma profunda admiração no sertanejo, que via no cangaceiro um exemplo de coragem e valentia. Câmara Cascudo afirma que “o sertanejo não admira o criminoso, mas o homem valente” (CASCUDO, 2009, p. 166). O cangaceiro representa para o sertanejo, portanto, um modelo de herói, não somente pela coragem em enfrentar as tropas policiais, muitas vezes em ampla desvantagem numérica, mas também por não se subordinar às imposições das classes privilegiadas e do governo.

O termo bandido, segundo Hobsbawm, provém do italiano *bandito*, que significa alguém que foi posto fora da lei, alheio à ordem estabelecida (HOBSBAWM, 2010, p. 26). O cangaceiro era visto dessa forma pelo sertanejo, ou seja, como um indivíduo que não obedecia às leis, mas que criava seu próprio código de conduta. O Estado não tinha poderes sobre o cangaceiro, que não se curvava aos governantes ou aos poderosos da terra. Essa suposta

independência do cangaceiro em relação ao Estado e aos poderosos locais contribuiu para aumentar a admiração da população sertaneja pelo cangaço, que era visto como uma forma de resistência. Em uma região dominada pelo coronelismo e pelas oligarquias, que detinham o poder político e econômico, o cangaceiro era visto como alguém que não se submetia aos desmandos dos grandes e que estava disposto a ajudar os mais pobres.

Antônio Silvino e Lampião não foram os únicos chefes de bandos que atuaram no Nordeste no começo do século XX. Havia dezenas de outros bandos na região no período áureo do cangaço. Somente entre os anos de 1919 e 1927, considerado crítico na ocorrência do cangaço, havia 54 bandos em atividade no Nordeste (PERICÁS, 2010, p. 18). Entretanto a maior parte desses cangaceiros não teve o prestígio alcançado pelos dois chefes supracitados. É oportuno ressaltar, contudo, que os cangaceiros não eram vistos da mesma forma pelo sertanejo, chegando Antônio Silvino a gozar de melhor imagem junto à população em relação a Lampião. “Dos dois bandidos mais célebres, Silvino ganhou fama de ‘ladão nobre’ em vida, e jornalistas e outros reforçaram esse mito para contrastá-lo com a reputação grande, mas não benévola de Lampião, seu sucessor como ‘rei do cangaço’” (HOBBSAWM, 2010, p. 191). Jesuíno Brilhante, que liderou um bando de cangaceiros no século XIX, também gozava de boa reputação junto à população pela fama de distribuir víveres aos flagelados da seca de 1877.

O cangaço sempre esteve associado a uma vida de aventuras e perigos, que alimentou a imaginação do sertanejo e lançou uma aura de heroísmo aos bandos e a seus membros⁷. Essa imaginação encontrava expressão nas formas populares de cultura, que passaram a contar e a cantar as façanhas desses bandidos. O primeiro bandido a ter sua vida cantada pelos trovadores nordestinos foi Cabeleira, na segunda metade do século XVIII. Cem anos depois, essa poesia cantada sobre o famigerado bandido serviria de base para a produção do romance homônimo, escrito por Franklin Távora com base em documentos históricos do século XVIII e cantigas feitas sobre o bandido, muitas delas citadas pelo autor ao longo da narrativa, como a transcrita abaixo.

Fecha a porta, gente,
Cabeleira aí vem,
Matando mulheres,

⁷ O cangaço, para Maria Isaura Pereira de Queiroz, substituiu no imaginário popular nordestino as aventuras dos heróis medievais, como Carlos Magno e os Doze Pares de França. Essas histórias, trazidas ainda na época do Brasil Colônia, popularizaram-se no Nordeste por meio da oralidade e da literatura de cordel (QUEIROZ, 1977, p. 213).

Meninos também. (TÁVORA, 1973, p. 32)

Obviamente se a vida de Cabeleira, assim como de qualquer cangaceiro, fosse contada unicamente a partir de seus crimes, não se prestaria à admiração, mas à execração pública. A solução para o problema foi criar uma justificativa moral que explicasse o comportamento do cangaceiro, colocando-o como vítima e não como algoz. O cangaceiro seria, portanto, um sujeito que sofreu uma afronta terrível, uma perda familiar irreparável ou foi condicionado por fatores vários, que fugiam de seu controle e que o levaram a abraçar a vida do crime. Há, portanto, uma espécie de “escudo ético”, terminologia criada por Frederico Pernambucano de Melo e citada por Pericás (2010, p. 39), a proteger a imagem do cangaceiro, retirando-lhe, ainda que parcialmente, a sua natureza de bandido. Esse “escudo ético” é importante ainda para diferenciar o cangaceiro do bandido comum, como o ladrão ou o assassino, que não dispõem da simpatia do sertanejo.

É interessante observar que esta justificativa também é encontrada em bandidos de outros países. Assim, Pancho Villa, por exemplo, um dos mais célebres bandidos do México, ingressou na vida de crimes para vingar a honra de uma irmã que fora violada por um rico fazendeiro da região (HOBSBAWM, 2010, p. 69). A entrada do bandido nobre no crime ocorre não por vontade própria, mas em decorrência de fatores externos, contra os quais precisa lutar: “o ladrão nobre inicia sua carreira de marginalidade não pelo crime, mas como vítima de injustiça” (Idem, p. 68)

Antônio Silvino e Lampião ingressaram no cangaço para vingar a morte do pai⁸; Cabeleira nasceu com boa índole, porém a influência maléfica do pai o levou a corromper-se. Em *O Cabeleira*, Franklin Távora assim justifica a conduta criminosa do personagem. “Entra neste número o protagonista da presente narrativa, o qual se celebrizou na carreira do crime, menos por maldade natural, do que pela crassa ignorância que em seu tempo agrilhoava os bons instintos e deixava soltas as paixões canibais” (TÁVORA, 1973, p. 31). Nota-se no trecho citado a influência do determinismo social, bastante em voga no século XIX. Por outro lado, ao apontar a influência do pai como determinante para o comportamento do protagonista, o narrador ameniza parcialmente o caráter criminoso do personagem, que foi condicionado pelo pai a abraçar a vida de crimes, sendo, portanto, vítima do meio social em que fora criado.

⁸ A antropóloga Luitgarde Cavalcanti discorda da afirmação de que Lampião tenha ingressado no cangaço por ocasião do assassinato de seu pai. Para ela, a vida de crimes de Virgulino Ferreira da Silva teve início em 1916, cinco anos antes da morte do pai. (Apud. ALDÉ, 2011, p. 20)

É interessante observar ainda que no romance de Franklin Távora o protagonista reconhece os erros que cometeu e a vida dissoluta que viveu até o presente, arrependendo-se dos seus crimes. “-- Morro arrependido dos meus erros. Quando caí no poder da justiça, meu braço era já incapaz de matar, porque eu já tinha entrado no caminho do bem” (Idem, p. 191). Essa contrição promove o resgate do bandido à condição humana, a ponto de haver no romance lamento público e consternação pelo enforcamento do bandido, ao mesmo tempo em que o narrador considera Cabeleira vítima de sua ignorância e do meio em que vive.

Como decorrência direta da questão moral, havia a honra. É importante ressaltar que esta era um elemento de suma importância dentro das relações sociais do Sertão, seja a honra pessoal ou da família. Sua afronta, portanto, deveria ser rigorosamente vingada, constituindo-se desmoralização a atitude de resignar-se ou demonstrar conformismo perante uma afronta. Dessa forma, o sertanejo identifica-se com o cangaceiro, por considerar que ele está fazendo cumprir o “código de honra” do Sertão. Visto pelo prisma deste “código”, matar o assassino do pai ou o homem que deflorou uma moça da família, não seria um crime, mas quase um dever do filho, que deveria zelar pela honra de sua casa. Isso valia ainda para crimes contra o patrimônio familiar, como o roubo de gado, ou contra a integridade física de algum membro da família. Nota-se uma justificção moral baseada na honra em trova recolhida por Câmara Cascudo, na qual é narrado o ingresso de Antônio Silvino na vida de crimes, que o acompanharia até sua prisão, em 1918.

Eu tinha quatorze anos,
Quando mataram meu pai.
Eu mandei dizer ao cabra:
Se apronte que você vai...
Se esconda até no inferno
De lá mesmo você sai... (CASCUDO, 2005, p. 168)

Razão semelhante explicaria também o ingresso de Lampião no cangaço. Na trova abaixo, o poeta exalta a coragem de Virgulino Ferreira de empunhar o rifle e, junto com seus irmãos, ingressar no cangaço para vingar o assassinato do pai. Repare que, ao envolver a honra familiar (um pai assassinado e a certeza de impunidade por parte da Justiça, já que o autor do crime era integrante da polícia), o cordel procura demonstrar a grandeza de espírito do cangaceiro, que luta por uma causa nobre, diferenciando-o, por exemplo, do ladrão ou assassino comum, que são considerados abjetos pelo sertanejo.

Assim como sucedeu
 ao grande Antônio Silvino
 sucedeu da mesma forma
 com Lampeão Virgolino,
 que abraçou o cangaço
 forçado pelo destino

Por que no ano de Vinte
 seu pai fora assassinado
 da rua da Mata Grande
 duas léguas arredado...
 Sendo a força de Polícia
 Autora deste atentado... (Idem, p. 168)

A valorização da honra e valentia pelo sertanejo é decorrente de vários fatores sociais e históricos. Com efeito, o avanço da colonização do litoral para o Sertão, motivado principalmente pela expansão da pecuária, levou a um constante enfrentamento de obstáculos naturais, como as condições climáticas adversas, os animais selvagens e o ataque de índios. Essa situação, aliada a um maior distanciamento das instâncias que poderiam disciplinar o sertanejo, valorizou sobremaneira o homem arrojado e destemido, que se dispunha a enfrentar perigos e tinha a coragem como uma de suas principais características.

Como o nordestino, ao se distanciar do litoral, não sofreu o disciplinamento da proximidade do patrão e da ação coerciva do poder público, é compreensível, que o arrojo pessoal, o aventurismo e um acentuado gosto por soluções violentas aflorassem no homem sob tais condicionamentos (SIQUEIRA, 2009, p. 157)

O modelo de homem que o Sertão valorizava, marcado pela coragem e pelo senso de justiça foi tomado pelo cangaceiro. Essas particularidades históricas ajudam a entender por que o cangaço foi um fenômeno restrito ao Nordeste, não aparecendo em outras regiões do país. Tomar como causas para o surgimento do cangaço questões sociais como a presença do latifúndio e a exploração do pobre pelo rico por si só é insuficiente para explicar corretamente o surgimento do fenômeno, pois são elementos presentes em todo o país, ao passo que o cangaço foi tipicamente nordestino.

A expansão para o Sertão ocasionou também o aumento da distância entre o litoral e os novos núcleos de povoamento. Isso criou impedimentos à atividade da Administração e favoreceu o exercício da justiça pessoal, já mencionado anteriormente. As questões não eram resolvidas pela polícia ou pela Justiça, mas decididas à bala. A violência constituía uma regra

para o sertanejo, seja aplicada contra os índios ou para pôr fim às desavenças, como já foi apontado por Hobsbawm e citado na primeira parte deste capítulo.

Maria Isaura Pereira Queiroz, em uma análise sociológica do fenômeno do cangaço, identifica três tipos de banditismo. O primeiro seria o social, que teria em Robin Hood uma de suas figuras emblemáticas e que se caracterizaria pela prática de roubos contra pessoas ricas e posterior distribuição do produto do crime aos pobres; o segundo seria o banditismo vingador, no qual o sujeito abraça a vida de crime a fim de perpetrar uma vingança, quase sempre por motivo de morte; o terceiro seria o banditismo puro e simples, que compreenderia os bandidos comuns, como os ladrões⁹. (QUEIROZ, 1977, p. 205)

Há uma tendência entre parcela da população sertaneja, reforçada pelo imaginário popular, de considerar o cangaceiro como integrante da primeira espécie apontada. O cangaceiro aparece, portanto, como defensor dos pobres e necessitados, tomando dos ricos para distribuir aos menos favorecidos, ou seja, comporta-se como um justiceiro social. É importante ressaltar que essa atitude dos bandos decorria menos da preocupação com as questões sociais de massas de sertanejos desfavorecidos que da necessidade que os cangaceiros possuíam de obter apoio e simpatia populares. Também havia o interesse em se diferenciar do bandido comum, ainda quando o cangaceiro praticasse atos semelhantes aos dele.

Em verdade os cangaceiros geralmente reuniam características próprias das duas outras formas de banditismo. Já foi abordado que a vingança era uma das motivações para a entrada no cangaço. Além disso, são inúmeros os relatos de roubos e extorsões praticados por cangaceiros em suas investidas, bem como a prática de crimes como estupros, torturas e execuções, sendo que as ações variavam muito de acordo com o bando. A entrada para o cangaço não ocorria somente por questões de vingança, sendo que muitos desses malfeitores encaravam o cangaço como forma de obter riquezas ou prestígio social, também já citado anteriormente. Para muitos sertanejos o cangaço era considerado uma profissão rentável e prestigiada, que compensava os perigos e dificuldades que lhe eram característicos.

O cangaceiro esforçava-se por parecer bom e justo perante os olhos da população. Isso não era involuntário ou fruto de uma bondade natural por parte do bandido, mas traduzia uma estratégia de sobrevivência. Se não contasse com o apoio e simpatia de uma parcela da

⁹ Maria Isaura Pereira de Queiroz afirma que a diferença entre o banditismo social e vingador está em quem é considerado inimigo pelo bandido: no primeiro, o que define o inimigo é a classe socioeconômica a que pertence; no segundo, são os laços de parentesco ou de amizade (QUEIROZ, 1977, p. 206)

população sertaneja, provavelmente o cangaço teria sua existência abreviada. Atitudes como distribuir dinheiro ou o produto dos saques à população eram uma forma, portanto, de os cangaceiros conquistarem a simpatia dos sertanejos, que viam os bandidos como heróis.

Em relação aos pobres em geral, os bandos costumavam dar uma parte de seus “ganhos”, quase sempre a de menor valor, a título de agrado, para demonstrar uma suposta preocupação com sertanejo humilde. Nessa atitude, contudo, havia uma explicação racional e menos romântica. O cangaceiro atirava para o povo os níqueis, que pesavam em seus embornais e poderiam atrapalhar nas suas fugas, ficando consigo as notas maiores. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se livravam de um peso extra, os cangaceiros construíam uma imagem positiva junto ao sertanejo.

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz, o comportamento do cangaceiro apresentava, nesse aspecto, semelhança com o dos coronéis, que também possuíam uma política de favorecimento dos seus protegidos. Outro ponto destacado pela pesquisadora é que os chefes do cangaço favoreciam apenas aqueles em quem possuíam algum tipo de interesse. Não se tratava de auxiliar os pobres indistintamente, pois os sertanejos que porventura auxiliassem a polícia, ainda que fossem pobres, eram severamente punidos (QUEIROZ, 1986, p. 65).

Hobsbawm afirma que os bandidos sociais não queriam rever a ordem social estabelecida, marcada pela estrita divisão de classes. Objetivavam corrigir as injustiças pela imposição de limites nas relações entre pobres e ricos, patrão e empregados e não pela dissolução dos mecanismos de exploração¹⁰. Na prática, as relações mantinham-se dentro da esfera de dominação do rico sobre o pobre.

Hobsbawm afirma que o banditismo social não se constituiu com fins revolucionários, tampouco pretendia modificar a ordem social estabelecida ou promover a igualdade entre as classes (HOBBSAWM, 2010, pp. 45-6). Por outro lado, deve-se lembrar a rede de alianças entre chefes como Antônio Silvino e Lampião com personalidades influentes da política nordestina, que criava compromissos mútuos entre cangaceiros e a elite. Apenas para ficar em dois exemplos, Pericás afirma que havia profunda amizade entre Lampião e o Governador do Sergipe, Eronildes de Carvalho, inclusive ressaltando que este chegou a criar impedimentos à ação das tropas policiais sergipanas que perseguiram o bandido no estado (Idem, p. 36). Por

¹⁰ Pericás cita o caso de Jesuíno Brilhante, cangaceiro que dispunha, como já foi abordado, de melhor reputação do que seus sucessores Antônio Silvino e Lampião. Esse fato não impediu, contudo, que o chefe cangaceiro possuísse escravos e frequentasse a casa de conceituadas famílias de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Dificilmente se poderia esperar, portanto, que o cangaceiro entrasse em choque com interesses dos grandes proprietários, já que ele estava integrado a esse grupo. (PERICÁS, 2010, p. 51)

sua vez, seu antecessor, o paraibano Antônio Silvino “era amigo íntimo de vários chefes políticos, senhores de engenho e ‘coronéis’, convivia com autoridades judiciais e até mesmo chegava a jogar bilhar com promotores públicos (Idem, p. 33).

Pericás defende a tese de que os cangaceiros não lutavam pelos pobres e marginalizados porque a ordem das coisas era favorável aos privilégios e benesses almejados pelos bandidos. Embora a relação entre os bandidos e os coronéis fosse conflitante em alguns pontos, o autor deixa claro que os cangaceiros estavam mais próximos dos grandes proprietários rurais e chefes políticos da região do que da população em geral. Daí a crença errada de se pensar que o cangaço lutava pela transformação do modelo social ou econômico que vigorava no Nordeste. “O que se pode afirmar é que os cangaceiros não lutavam, *deliberadamente*, para a manutenção ou para a mudança de *nenhuma* ordem política. Eles lutavam, isso sim, para defender seus *próprios* interesses” (Idem, p. 187, grifos do autor).

O mesmo Pericás critica Hobsbawm, que em *Bandidos*, ao tratar do banditismo social, utiliza como exemplo no Brasil a figura de Lampião. O pesquisador brasileiro afirma que Jesuíno Brilhante, que chefiou um bando de cangaceiros no século XIX e ficou conhecido por socorrer sertanejos com víveres durante a seca de 1877, seria um exemplo mais apropriado para o modelo de bandido social proposto pelo historiador britânico (PERICÁS, 2010, p. 25). Embora contraditório em determinados aspectos, o fato é que nenhum outro cangaceiro conseguiu alcançar a fama que Lampião conquistou em seus quase vinte anos de cangaço.

Maria Isaura Pereira de Queiroz, ao comparar as figuras de Lampião e de padre Cícero Romão Batista, defende uma opinião semelhante à de Pericás¹¹. Para a pesquisadora paulista, a luta de Lampião não era em favor do povo pobre e oprimido do Nordeste, mas pela manutenção de seus privilégios. “Lampião lutou para si mesmo e em defesa do seu grupo, a fim de sobreviverem e serem poderosos” (QUEIROZ, 1986, p. 14). Com base nessa tese, percebem-se os interesses que estavam detrás do cangaço e a complexidade do fenômeno, um dos mais importantes da história recente do Nordeste brasileiro e que tão profundas marcas deixou no imaginário do homem nordestino.

É oportuno ressaltar que os grandes chefes cangaceiros, ao contrário do que a opinião popular muitas vezes acredita, não eram pobres. Antônio Silvino e Jesuíno Brilhante descendiam de importantes famílias da Paraíba, que dispunham de grande poder econômico e

¹¹ A mesma autora, em sua obra *Cangaceiros* afirma que “transformar este [o cangaceiro] fora-da-lei num agitador social talvez seja um exagero de interpretação”, considerando os cangaceiros como indivíduos “sem-teto, (...) vivendo no dia-a-dia e ao Deus-dará” (QUEIROZ, 1977, p. 18).

político (PERICÁS, 2010, p. 33). A família de Lampião, embora não fosse rica, desfrutava de uma condição social superior à da maioria dos sertanejos, possuindo uma propriedade com variedade de criações e produzia artigos de couro (Idem, p. 34). Outra crença errada sobre o cangaço é a de que os cangaceiros eram todos analfabetos. Pericás cita até mesmo o caso de um cangaceiro, Ulisses Liberato, que não somente havia tido uma instrução acima do padrão para o Nordeste, como também dominava noções de inglês e latim (Idem, pp. 34-5).

Os chefes cangaceiros, como pode ser depreendido pelas observações apontadas por Pericás, eram provenientes de estratos sociais relativamente elevados dentro da estrutura social do Nordeste. Seria difícil supor, portanto, que lutassem a favor de uma classe social a qual não pertencessem. A imagem do bandido solidário com os pobres, para Pericás, não condiz com a verdade. O cangaço não foi um fenômeno que buscou alterar o quadro social da região, marcado por gritantes desigualdades sociais e absurda concentração de terras nas mãos de uma minoria privilegiada. Os cangaceiros, na verdade, lutavam por seus próprios interesses e, se porventura, se dispunham a conceder algum auxílio aos pobres, o faziam com outras intenções, que não a preocupação com o próximo. Vale citar as palavras de Miguel Feitosa, concedidas em um depoimento: “Lampião dava a vida para estar entre ‘coronéis’. Vivia de coronel em coronel” (*Apud.* PERICÁS, 2010, p. 36). O “Rei do cangaço” preferia estar entre os grandes coronéis da região, que o ajudavam financeiramente, que perder seu tempo com os sertanejos despossuídos que povoavam o vasto interior da região e para quem Virgulino Ferreira era um herói, um modelo de elevadas qualidades morais.

É necessário ainda ressaltar que o cangaço não era admirado por todos os sertanejos. Muitos temiam os cangaceiros, considerados violentos e cruéis com suas vítimas, espalhando o medo por todo o sertão, como pode ser depreendido pela trova citada abaixo. Dessa forma, fica evidente que, embora muitos sertanejos auxiliassem ou apenas admirassem o cangaceiro, havia aqueles que o temiam, que viam o cangaço como uma ameaça. Não se pode esquecer ainda que sertanejos auxiliavam os cangaceiros mais pelo medo que propriamente por vontade própria. Quem recusasse conceder préstimos aos cangaceiros era considerado aliado das volantes, portanto inimigo dos bandidos, sendo severamente punido.

É um tormento horroroso
essa tal situação,
da gente não poder mais
viajar pelo sertão
para encontrar no caminho
indo cair direitinho

nas unhas de Lampião. (*Apud.* ALDÉ, 2011, p. 18)

Como o cangaço foi um fenômeno que se estendeu por um longo período de tempo, é natural que o aspecto e o comportamento dos cangaceiros sofressem mudanças com o passar dos anos. Os bandos que atuaram na década de 1930, por exemplo, eram bem distintos dos cangaceiros do século XIX. A indumentária modificou-se, bem como as armas e técnicas de luta, aprimoradas para acompanhar a modernização das tropas volantes. Com a popularização do cinema em algumas cidades do Nordeste, muitos cangaceiros passaram a adotar um visual parecido ao dos *cowboys* dos filmes de faroeste. O uso do lenço de seda e perfumes caros por cangaceiros como Lampião data deste período, como enfatiza ironicamente Câmara Cascudo¹².

O cangaceiro conhece armas automáticas moderníssimas. Gosta de meias de seda, perfumes. Alguns têm as unhas polidas... Quase todos usam meneios de “cowboy”, chapelão desabado, revólveres laterais, lenço no pescoço. (...) Ninguém usa aqui no Nordeste. Se enrolar lenço no pescoço é porque está doente. (*Idem*, p. 12)

É curiosa também a adoção de epítetos pelos grandes chefes cangaceiros, como “Rei do cangaço” e “Governador do Sertão”. Além disso, Lampião e Antônio Silvino ostentavam antes do nome a patente militar de capitão. Havia, inclusive, uma hierarquia dentro dos bandos, nos moldes das forças policiais. Para o sertanejo, o cangaceiro era o governante do Sertão, rivalizando-se em importância com as demais autoridades e tendo plenos poderes sobre a região. Essa idealização da imagem do cangaceiro acabou por transformá-lo em um símbolo para a população. A admiração pelo chefe chegava por vezes ao delírio, como na trova a seguir, sobre Antônio Silvino.

Admira todo o mundo
Quando eu passo em um lugar.
Os matos afastam os ramos,
Deixa o vento de soprar,
Se perfilam os passarinhos,
Os montes dizem aos caminhos:
- Deixai Silvino passar!... (*Ibidem*, p. 169)

¹² Em relação à comparação entre o cangaceiro e o cowboy norte-americano, Maria Isaura Queiroz, em *Os Cangaceiros*, afirma que enquanto este constitui “um elemento estabilizador e conservador por excelência da estrutura socioeconômica vigente”, aquele se opõe ao modelo em voga, criticando a ordem social estabelecida (QUEIROZ, 1977, pp. 212-3)

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz o cangaceiro constituiu-se em símbolo nacional, em oposição à crescente influência estrangeira decorrente da imigração. O cangaceiro exercia o papel de elemento característico da nação, que fora desempenhado no século XIX pelo índio. “Generosidade, lealdade coragem, independência, desprendimento foram as virtudes que o distinguiram, opondo-se à ganância, à falsidade, à subserviência, à avareza dos estrangeiros” (QUEIROZ, 1977, p. 211). A primeira utilização do cangaceiro como símbolo nacional ocorre a partir da década de 50, sobretudo com a instituição da “Ordem do Cangaço”, honraria idealizada pelo jornalista e empresário Assis Chateaubriand para homenagear pessoas que se destacassem em relação ao seu empenho pela pátria (Idem, p. 208).

Hobsbawm, citando Maria Isaura Queiroz, afirma que o processo de conversão do cangaceiro em símbolo nacional tem início nas décadas de 60 e 70 e foi acompanhado por ideias que colocavam o cangaceiro como um nacionalista, alguém que lutava pela justiça social e contra a opressão, e que morreu esmagado pelo avanço perverso do capital, sobretudo estrangeiro. Essa visão era inclusive partilhada por intelectuais de influência marxista, que nos anos 1930 consideravam erroneamente os cangaceiros como revolucionários, paladinos da luta socialista contra as elites e o capitalismo.

Para Hobsbawm, ocorreu um fenômeno em relação ao cangaço chamado de idealização seletiva. Esta consistiria basicamente em uma atitude de reter do cangaço apenas os aspectos positivos e promover uma espécie de apagamento dos traços negativos. Esse processo permitiria, portanto, colocar em segundo plano os crimes cometidos pelos cangaceiros e valorizar suas boas ações. “Naturalmente, quanto mais o público estivesse afastado – no tempo e no espaço – de um bandido célebre mais fácil era concentrar-se em seus aspectos positivos e passar por cima dos negativos” (HOBBSAWM, 2010, p. 181)

Assim, segundo a visão do historiador britânico, a admiração pelo bandido social cresceria com o passar do tempo, à medida que seus crimes fossem sendo gradativamente apagados pelo tempo. Para ele, quem admirava o cangaceiro não havia estado em contato propriamente com os bandos, mas ouvido as muitas histórias contadas sobre as peripécias dos cangaceiros.

Essa opinião é partilhada por Pericás, para quem a admiração pelo cangaceiro era predominante entre pessoas que não tiveram qualquer contato com os bandoleiros. O bandido ficava sendo conhecido pelas lendas e histórias contadas sobre sua vida, muitas delas

fantasiosas, do que propriamente pelos seus atos. Houvesse tido algum contato, segundo o pesquisador, a opinião seria diversa.

Mas é bom lembrar que grande parte desses admiradores nunca teve contato com o salteador. Eles o conheceram por meio de relatos de segunda mão, já distorcidos e borrados pelo tempo. Muitos dos que o conheceram pessoalmente tinham, decerto, uma opinião bastante diferente (PERICÁS, 2010, p. 40)

A despeito das divergências sobre o caráter dos cangaceiros, o fato é que o fenômeno constitui atualmente importante elemento da cultura regional. Um dos aspectos característicos do cangaceiro, a indumentária, constitui-se também como um signo distintivo, dotado de valor simbólico. Com efeito, a roupa de couro e o chapéu em meia lua são até hoje uma das marcas do cangaço. Para Hobsbawm, o cangaceiro adota uma imagem própria para distingui-lo dos demais sertanejos, criando, assim, uma identificação peculiar e específica, “isto porque, como em todas as sociedades tradicionais e de lenta transformação, até mesmo o grupo fluido dos pobres inconformistas se formaliza e se faz reconhecer através de sinais exteriores” (HOBSBAWM, 2010, p. 60).

2. A REPRESENTAÇÃO DO CANGAÇO NO ROMANCE *FOGO MORTO*

2.1 *Fogo Morto*: o romance da maturidade de José Lins do Rego

Publicado em 1943, *Fogo Morto* é considerado por muitos críticos literários a obra-prima de José Lins do Rego e “uma das mais representativas não só da ficção dos anos 30 como de todo o Modernismo” (MOISÉS, 1996, p. 197). O romance é visto pelo crítico José Aderaldo Castelo como uma síntese da produção ficcional do escritor paraibano, sobretudo dos romances que constituem o chamado Ciclo da cana-de-açúcar: “é verdadeiramente um trabalho de síntese do que o romancista em grande parte já havia feito nos romances anteriores” (*Apud* MOISÉS, 1996, p. 198).

Fogo Morto está inserido no chamado romance do Nordeste, uma corrente literária que nas décadas de 30 e 40 foi marcada pela temática regionalista. Os romances produzidos nesse período estavam voltados para o Nordeste, sua paisagem e seus tipos humanos característicos. Era o chamado regionalismo nordestino, que durante duas décadas influenciou a produção literária brasileira e fez com que escritores como Graciliano Ramos e Jorge Amado, ultrapassando as fronteiras da região, alcançassem expressão nacional.

Em primeiro lugar, cumpre ressaltar que quando se fala em regionalismo nordestino não se está, obviamente, considerando que nas décadas de 30 e 40 houve apenas escritores de vulto provenientes dessa região. A ficção regionalista que é delineada a partir de 1930 foi um movimento que marcou presença nos diversos rincões deste país. Não se podem esquecer escritores de outras regiões do Brasil que também produziram romances regionalistas nesse período, como o gaúcho Érico Veríssimo ou o paraense Abguar Bastos, que demonstram que o fenômeno teve amplitude nacional.

Por outro lado, o romance de 30 é geralmente associado a uma obra de caráter social, que visa à discussão de problemas que afetam um determinado grupo de pessoas, estando vinculada a uma região específica. Esta visão oblitera uma vertente do romance produzida no período que também foi muito importante: o romance intimista ou psicológico. Voltado para a discussão de problemas relacionados aos conflitos humanos de caráter mais subjetivo e psicológico, tinha como ambientação mais comum o núcleo urbano. Esta modalidade da ficção de 30 teve entre seus cultores mais conhecidos nomes como Lúcio Cardoso e Octávio de Faria. Em *Uma história do romance de 30*, Luís Bueno critica a visão de alguns estudiosos como Hildebrando Dacanal, que em seu livro *O romance de 30*, segundo Bueno, concede

pouca atenção ao romance intimista para focalizar basicamente sua atenção no romance regionalista (BUENO, 2006, p. 37).

Antonio Candido concorda que houve por parte do romance de 30 uma preocupação com questões de ordem social e política, enxergando no regionalismo da época uma passagem da consciência de país novo para a consciência de país subdesenvolvido. Há, pois, uma desmistificação do ideário que enxergava no Brasil apenas os aspectos exóticos e desenhava um país promissor, de ricas paisagens, de que o Romantismo foi, sem dúvida, a mais clara expressão. Em seu lugar, emerge uma concepção de país marcado por graves problemas sociais e largas disparidades regionais.¹³

[a prosa regionalista de 30] abandona, então, a amenidade e *curiosidade*, pressentindo ou percebendo o que havia de mascaramento no encanto pitoresco, ou no cavalheirismo ornamental, com que antes se abordava o homem rústico. Não é falso dizer que, sob este aspecto, o romance adquiriu uma força desmistificadora que precede a tomada de consciência dos economistas e políticos. (CANDIDO, 1989, p. 142, grifos do autor)

O regionalismo que se desenhou na produção ficcional nordestina a partir de 1930 teve uma profunda relação com o pensamento do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre. O autor de *Casa grande e senzala* (1933) influenciou decisivamente o pensamento da intelectualidade nordestina sobre a importância de se elaborar uma literatura voltada para os problemas locais, que focalizasse a região em seus aspectos sociais e culturais. O projeto regionalista de Freyre é bastante semelhante ao do escritor paraibano José Lins do Rego, como aponta Sônia Lúcia Ramalho Farias.

Num e noutro, a explicitação do conceito de região e de regionalismo se dá tendo por base o resgate dos valores e das manifestações culturais populares do Nordeste, entendidos como depositários de um poder criador autêntico e genuinamente brasileiro, constituindo-se, assim, como elementos fundamentais na procura das origens, ou seja, da decantada identidade nacional. (FARIAS, 2006, p. 48)

A valorização do elemento popular e característico da região configura-se, segundo a autora, como uma diretriz básica do movimento regionalista no Nordeste. Ao recuperar traços da cultura regional, efetivando sua inserção na produção ficcional, o escritor nordestino

¹³ Antonio Candido considera o regionalismo no Brasil dividido em duas etapas: a primeira irrompe no Romantismo e possui como autores característicos nomes como José de Alencar; a segunda etapa desenvolve-se entre os anos 1920 e 1950. (CANDIDO, 1989, p. 157)

promove, portanto, uma valorização do Nordeste, que atravessava profunda crise econômica, em contraponto ao avanço industrial do Centro-Sul brasileiro. O regionalismo estaria, dessa forma, a serviço das elites locais, interessadas em preservar seu poder econômico e político, abalado pela crise na economia canavieira e algodoeira: “a percepção do processo de perda da oligarquia rural engendra a recuperação dos valores regionais” (FARIAS, 2006, p. 54). A inserção do romance regionalista nordestino no cenário literário nacional atende, segundo Sônia Farias, a uma necessidade premente das classes intelectuais da região de promover uma revalorização do Nordeste, além da

defesa dos interesses de um segmento da classe dominante brasileira que, ante a iminência de perda de seu espaço, estabelece um *front* ideológico – ‘o dos regionalistas’ – ‘de reação contra as forças em vias de aprofundarem o controle de organização daquele espaço’ (FARIAS, 2006, pp. 32-3)

Essa atitude das elites nordestinas de recuperar elementos característicos da região, como forma de autoafirmação da importância do Nordeste para o país, parte também da consciência da intelectualidade regional de que havia uma clara divisão entre o Norte (aqui no sentido que engloba o Nordeste) e o Sul do Brasil, tanto do ponto de vista político-econômico quanto do cultural. Essa ideia da divisão do país em duas regiões está presente no projeto regionalista de Lins do Rego e de Gilberto Freyre. “Conseqüentemente, em ambos os autores, a concepção de regionalismo implica, tanto em nível cultural e artístico, como em nível político, uma polarização entre o espaço do Nordeste e o espaço do Centro-Sul do país” (FARIAS, 2006, p. 49).

Deve-se ressaltar que essa distinção entre Norte e Sul do Brasil, sobretudo no que concerne aos aspectos culturais, possui suas raízes no século XIX. Alguns dos pressupostos dessa segmentação do país em duas regiões política e culturalmente distintas estão contidos no prefácio do romance *O Cabeleira*, de Franklin Távora. O escritor cearense defende que o Norte do país assumira uma postura mais atuante nas letras nacionais, afirmando inclusive que nesta região e não no Sul do Brasil “abundam os elementos para a formação de uma literatura propriamente brasileira, filha da terra.” (TÁVORA, 1973, p. 27)

Távora reconhece com tristeza o pouco caso dos intelectuais do Norte do país em construir o que o escritor denomina “edifício literário dessa parte do Império” (Idem, p. 27). Preconiza, contudo, em um tom quase profético, o importante papel a ser desempenhado pelo

romance regional, mais que a poesia ou outro gênero literário, capaz de “figurar com brilho e bizarria inexcedível”. (Idem, p. 27)

Em José Lins do Rego, além desta oposição Norte/Sul, há outra que está presente em seus romances: a oposição Sertão/Zona da Mata. Os romances do escritor paraibano são marcados por estarem basicamente focados em uma destas regiões, com claro predomínio da segunda. Com efeito, de toda a produção em romance de José Lins, apenas duas obras são ambientadas no Sertão: *Pedra Bonita* (1936) e *Cangaceiros* (1953), que constituem o chamado Ciclo do misticismo e do cangaço. Os cinco primeiros romances do escritor, que constituem o Ciclo da cana-de-açúcar, são ambientados na Zona da Mata nordestina, palco de sua infância e presença marcante em sua obra.

A propósito da classificação das obras de José Lins do Rego em dois ciclos distintos, é oportuno ressaltar a visão de Luís Bueno¹⁴, para quem a iniciativa de dividir os romances do escritor paraibano em ciclos ficcionais não ocorreu de forma explícita, como algo que já estivesse preconizado na gênese da produção romanesca de José Lins. Bueno afirma inclusive que os ciclos estão mais ligados a uma estratégia da Livraria José Olympio, que publicava as obras de José Lins do Rego, do que propriamente a um desejo pessoal do escritor (BUENO, 2006, pp. 42-3).

O romance *Fogo Morto* (1943) marca o retorno de José Lins do Rego aos engenhos, após uma série de obras geograficamente situadas em outras regiões do Nordeste, como *Pedra Bonita* e *Riacho Doce*, ou até mesmo fora da região, como *Água-mãe*, que tem como cenário o Rio de Janeiro. O romance dialoga profundamente com obras que pertenceram ao já citado Ciclo da cana-açúcar, em especial com o primeiro romance do escritor, *Menino de Engenho*, publicado em 1932. A obra reúne ainda características que a tornam um elo entre os dois ciclos ficcionais de José Lins. Apesar de ter o mesmo cenário dos romances do Ciclo da cana-de-açúcar, a Zona da Mata e seus engenhos e plantações de cana, a obra retoma elementos pertencentes ao segundo ciclo, como a referência ao cangaço.

Em *Fogo Morto* estão presentes vários personagens presentes nos primeiros romances de José Lins do Rego. Figuras como José Paulino, Lula de Holanda e José Amaro aparecem de forma marcante ou apenas em citações breves em obras do Ciclo da cana-de-açúcar. Em *Menino de engenho*, por exemplo, há uma citação do combalido e decadente engenho Santa

¹⁴ Bueno cita Laurence Hallewell, que em sua obra *O livro no Brasil*, afirma que a ideia de atribuir a denominação Ciclo da cana-de-açúcar aos romances iniciais de José Lins do Rego partiu da esposa do editor José Olympio, que publicava os livros do escritor paraibano. (BUENO, 2006, p. 42)

Fé, que assumirá em *Fogo Morto* importância capital. O pequeno engenho, governado por um proprietário sem perícia para os negócios, representa para o personagem Carlinhos, neto do coronel José Paulino, a imagem da ruína, oposta à do vizinho e próspero engenho Santa Rosa, de propriedade de seu avô.

Coitado do Santa Fé! Já o conheci de fogo morto. E nada é mais triste do que um engenho de fogo morto. Uma desolação de fim de vida, de ruína, que dá à paisagem rural uma melancolia de cemitério abandonado. Na bagaceira, crescendo, o mata-pasto de cobrir gente, o melão entrando pelas fornalhas, os moradores fugindo para outros engenhos...” (REGO, 1984, p. 121)

É também em *Menino de engenho* que surge pela primeira vez menção ao temido cangaceiro Antônio Silvino, por meio das impressões que o lendário bandido provoca no protagonista do romance. Este, acostumado às histórias contadas sobre as aventuras do cangaceiro, revela-se decepcionado com o homem que em uma noite faz uma visita de cortesia ao avô do personagem. “Alta noite foi-se com o seu bando. Para mim tinha perdido um bocado do prestígio. Eu o fazia outro, arrogante e impetuoso, e aquela fala bamba viera desmanchar em mim a figura de herói” (Idem, p. 63).

Embora as ligações entre *Fogo Morto* e os primeiros romances de José Lins do Rego sejam evidentes, Alfredo Bosi considera *Fogo Morto* um “fecho e superação do Ciclo da cana-de-açúcar” (1994, p. 399), ou seja, recupera um traço importante das primeiras obras do escritor, qual seja a referência à Zona da Mata paraibana e ao engenho, mas rompe, ainda que parcialmente, aquela feição memorialista que marcou as obras do Ciclo.

Bosi considera ainda que nas obras iniciais de José Lins do Rego, há uma “conaturalidade (sic) entre o homem e o meio” (Idem, p. 400), ou seja, uma perfeita harmonia na relação entre o homem e o ambiente do engenho. Trabalhadores e senhor de engenho convivem em cumplicidade e respeito, sendo que o conflito de ordem social praticamente não transparece na narrativa, como pode ser observado no excerto transcrito a seguir, retirado do primeiro romance do escritor. “Outros homens, de aspecto humilde, ficavam na outra extremidade, comendo calados. (...) Eram os oficiais carpinas e pedreiros, que também se serviam com o senhor de engenho, nessa boa e humana camaradagem do repasto”. (REGO, 1984, p. 54). Percebe-se pelo trecho uma maior proximidade nas relações entre o senhor de engenho e seus empregados, que se manifesta na atitude destes de partilharem da mesa do rico proprietário.

Essa suposta harmonia a permear as relações sociais no ambiente do engenho, “uma constante nos romances de engenho de José Lins, só relativizada em *Fogo Morto*” (BUENO, 2006, p. 141), indicando a ausência de conflito entre ricos e pobres, patrão e empregados, fez com que José Lins do Rego fosse visto de forma inferiorizada em relação a outros escritores de maior engajamento político e em cujas obras a crítica social tornava-se mais acerba. O mesmo Bosi, analisando o escritor paraibano em comparação com Graciliano Ramos, reconhece um maior engajamento deste, motivado provavelmente por sua orientação socialista. “Este [José Lins do Rego] se entregava, complacente, ao desfilar das aparências e recordações; Graciliano via em cada personagem a face angulosa da opressão e da dor.” (1994, p. 400).

Em *Fogo Morto*, o romancista supera essa falta de conflito caracterizadora de sua obra inicial por meio de personagens que são marcados pela luta contra uma ordem social e econômica adversas e em oposição à decadência que impera em suas vidas. O seleiro José Amaro tem uma profissão que se encontra em pleno declínio, sufocada pelo avanço da industrialização que esmaga a produção artesanal; o capitão Vitorino, embora descenda de família conceituada na região, resente-se de sua falta de reconhecimento e de sua pobreza; o coronel Lula de Holanda é dono de um engenho falido e leva uma vida marcada pelo isolamento, temido pela esposa e odiado pela filha. Ou seja, o conflito é marcante no romance, atestando, por conseguinte, uma maturidade do ficcionista.

Fogo Morto está formalmente dividido em três partes, com unidades relativamente independentes entre si, lembrando a estrutura da novela. Essa divisão não é tampouco gratuita ou involuntária. Com efeito, cada parte do romance promove um maior enfoque em um determinado personagem. Assim, a primeira tem como centro o seleiro José Amaro; a segunda ressalta o engenho Santa Fé, focalizando desde o nascimento do engenho nas mãos hábeis do Capitão Tomás Cabral até chegar ao atual proprietário Lula de Holanda, sem a mesma argúcia para os negócios que o sogro; a terceira e última parte, por sua vez, retoma a primeira e promove o desfecho para os personagens da narrativa, destacando, contudo a figura do capitão Vitorino Carneiro da Cunha, o Papa-Rabo, uma figura quixotesca do romance.

Um ponto que auxilia a compreensão do porquê dessa divisão é o fato de que a primeira parte concentra-se no presente, a segunda faz um retorno ao passado, com o intuito de narrar o nascimento e queda do engenho Santa Fé, enquanto a terceira promove uma recuperação e desfecho da primeira parte. Há uma estrutura circular na organização da narrativa. Passado e presente dialogam como um jogo de forças dentro do qual o destino dos

personagens é traçado. A segunda parte, por exemplo, ajuda a compreender o real tamanho da decadência do Santa Fé, pois há a contraposição entre o passado glorioso do engenho nos tempos do capitão Tomás Cabral de Melo, e o presente triste da pequena propriedade nas mãos de Lula de Holanda. Essa oposição está magistralmente expressa no excerto do romance, em que o narrador coloca lado a lado o passado e o presente do engenho, acentuando, desta forma, a decadência sofrida pelo engenho. “O carro parou na porta, e a lua iluminava os números do portão: 1850. Era a força do capitão Tomás. 1850. Tempo de fartura, de força. Entraram, e o cheiro de mofo da sala de visitas era um bafo de morte” (REGO, 2008, p. 266).

Massaud Moisés aponta que a segunda parte do romance, ao focalizar o coronel Lula de Holanda e o engenho Santa Fé, coloca a decadência como o centro temático do romance, confirmando a observação feita sobre o caráter de declínio e ruína que permeia o romance. “O caso do Coronel Lula pondo-se no centro do tríptico, atrai para si o núcleo da obra, como bem expressa o título, sinal icônico da decadência do Santa Fé” (MOISÉS, 1996, p. 197).¹⁵ Assim não somente em relação à temática, mas também no aspecto propriamente formal, estrutural, a decadência ocupa papel central no romance.

Antônio Candido já havia percebido a complexidade dos personagens criados por José Lins do Rego em *Fogo Morto* ao afirmar que o romance “é, sobretudo, um livro de personagens. Falar dele é falar destes” (CANDIDO, 1992, p. 67). O espaço físico não se sobrepõe ao drama do seleiro de beira de estrada ou do senhor de engenho arruinado, nem tampouco às maluquices do capitão Vitorino. O aspecto humano é colocado, pois, em primeiro plano na narrativa e o romance caminha para a análise dos dramas e angústias de seus personagens.

Candido afirma ainda que uma das principais características dos personagens de José Lins é a decadência. “Os seus heróis são de decadência e de transição, tipos desorganizados pelo choque entre um passado e um presente divorciado do futuro” (Idem, p. 61). Realmente o romance é percorrido por um clima de ruína e degradação, que permeia a vida dos três personagens que constituem os eixos da narrativa. Mestre José Amaro é um seleiro pobre que de seu não tem sequer a moradia; Lula de Holanda, apesar de seu aspecto aristocrático durante seus passeios de cabriolé ou nas missas aos domingos, não passa de um senhor de engenho

¹⁵ Heloísa Toller Gomes afirma que *Fogo Morto* contém os três tipos de senhor de terras representativos na ficção: o ascendente, representado pelo Capitão Tomás Cabral de Melo; o próspero, no romance ilustrado pelo coronel José Paulino; por fim o decadente, de que o coronel Lula de Holanda é o representante. (GOMES, 1981, p. 68)

falido, que vive à custa das moedas de ouro deixadas pelo sogro e das galinhas criadas por sua mulher; Vitorino leva uma vida miserável, perambulando no lombo de uma burra velha, cheia de chagas, vítima da pilhéria das pessoas.

A decadência de que trata o romance não se restringe ao nível dos personagens, mas está inscrita em um processo de maior amplitude. Com efeito, a transição do engenho para a usina produziu a derrocada de modelos vigentes no Nordeste há séculos, ocasionando a decadência econômica de várias famílias de senhores de engenho que não se adaptaram ao novo ritmo da produção. A decadência econômica da economia canavieira já havia sido notada em romances anteriores do escritor, como *Bangüê* e *Usina*, ambos integrantes do Ciclo da cana-de-açúcar. Contudo esse processo assume papel central em *Fogo Morto*, pairando na obra certo tom de melancolia, um lamento pelo presente de decadência em oposição a um passado de glória e fartura, oposição esta que encontra no engenho Santa Fé sua mais elaborada expressão.

Coadunando com o pensamento de Candido, Massaud Moisés identifica no romancista paraibano uma atmosfera depressiva, carregada para sua obra. “José Lins do Rego deixa-se vencer pela depressão, pelo nervosismo, pela decadência: visão negativista do mundo, reduz a existência a um perene desterro num vale de lágrimas” (1996, p. 195). O lamento de uma região que assiste a uma transição irreversível assume um caráter trágico com o coronel Lula de Holanda, senhor de engenho agora falido, que representa a “nobreza arruinada, a decadente aristocracia rural” (Idem, p. 35).

O clima de ruína que perpassa o romance atinge diretamente uma classe bem conhecida pelo escritor. Com efeito, a imagem do senhor de engenho acompanha José Lins do Rego desde sua infância, passada no engenho de seu avô. A ascensão da usina no cenário da região acentua o processo de declínio dos senhores de engenho, que vinha se desenrolando desde meados do século XIX, como aponta Rui Facó, em seus *Cangaceiros e fanáticos*: “A classe dos senhores de engenho passa a plano secundário; sobrevive ainda, mas à sombra da usina, em situação agônica, que duraria muitos decênios” (FACÓ, 1983, p. 20)

O ambiente de decadência e degradação no romance está presente, sobretudo, na trajetória de dois de seus personagens: José Amaro e Lula de Holanda. Ambos possuem uma vida familiar desgraçada: suas mulheres, apesar de viverem em casa, parecem seres distantes, que fogem de sua presença; suas filhas veem chegar o fim da juventude sem perspectiva de casamento. “Na casa de ambos campeia a loucura e o ambiente é de tragédia” (CANDIDO, 1992, p.65). Como afirmado por Candido, a demência é um traço comum entre os

personagens femininos do romance, além de ser uma constante na produção ficcional do escritor. D. Olívia, cunhada do coronel Lula de Holanda, enlouquece, vagando na casa-grande do Santa Fé como um fantasma. Marta, filha do mestre José Amaro, é também acometida de loucura, sendo internada em um sanatório do Recife.

Nesse ponto é oportuna a análise que Heloísa Toller Gomes faz acerca do papel das mulheres em *Fogo Morto*. Para ela, a mulher “nos é frequentemente mostrada do ponto de vista masculino, sendo, além disso, o homem quem determina seu destino e sua posição social” (GOMES, 1981, p. 81). Isso fica evidente na afirmação de poder de personagens masculinos do romance como Zé Amaro, quando afirma, em diálogo com o pintor Laurentino, que “nesta casa mando eu. (...) Isto é casa de homem. (REGO, 2008, p. 52)

Mesmo em situações em que a mulher adquire uma relativa autonomia, como é o caso da esposa do coronel Lula de Holanda, que sustenta o engenho falido com suas galinhas e ovos, não é suficiente para reverter sua dependência social e subordinação ao marido. A atitude de Amélia é mantida velada, em sigilo, sob pena de desmoralização do homem, que naturalmente é o provedor da família. Dessa forma, a mulher assume em *Fogo Morto* claramente um papel de submissão ao homem, desprovida de liberdade e que vive à sombra do marido. Sua situação é, pois, “a de ser passivo e impotente em uma sociedade repressiva, qualquer que seja a *posição* que ocupe no corpo social” (GOMES, 1981, p. 82 - grifo da autora).

À degradação familiar soma-se a degradação pessoal. Mestre José Amaro é espancado na prisão pelos soldados do Tenente Maurício. Vitorino é agredido por Antônio Silvino, quando este invade o Santa Fé, além de sofrer violência física por parte de soldados da polícia, sob as ordens do Tenente Maurício. Até o coronel Lula de Holanda é insultado pelo cangaceiro por ocasião da investida do bando no engenho Santa Fé. Neste episódio em particular, respeitadas as especificidades, repete-se a situação ocorrida vários anos antes com o sogro do coronel Lula de Holanda, o capitão Tomás Cabral de Melo, que fora ultrajado por um sertanejo ao cobrar um escravo fugido e não teve alguém que pudesse vingar a afronta. A honra pessoal, a integridade física dos personagens, elemento muito valorizado no Sertão, é desrespeitada, trazendo consequências para os personagens. Lula de Holanda, após o ataque realizado por Antônio Silvino e a agressão recebida, fecha-se cada vez mais em seu isolamento e mestre José Amaro, envergonhado do ultraje que sofrera na prisão, decide tirar a própria vida.

No caso específico do mestre José Amaro, é oportuna visão de Luís Bueno, para quem o personagem de *Fogo Morto* sofre pela angústia de viver em uma terra que não é sua e pela dolorosa condição de ter de abandonar o Santa Fé, por imposição do proprietário do engenho. Com efeito, para o estudioso, um traço fundamental do romance de José Lins é a ligação do homem com a terra, elo que, ao ser rompido, pode trazer consequências trágicas, como ocorreu com o velho seleiro. “O homem ligado à terra se mata por ter de deixá-la. E a terra morre nas mãos de quem não lhe pertence.” (BUENO, 2006, p. 469).

A clara fixação no tema da decadência em *Fogo Morto* está diretamente relacionada a uma figura marcante na produção ficcional das décadas de 30 e 40: o herói fracassado. Este, com efeito, foi bastante proeminente nos romances dos escritores do período, tanto os regionalistas quanto os intimistas. Para Mário de Andrade, o próprio José Lins foi o introdutor do fracassado no romance de 30, por meio do personagem Carlos de Melo, do *Ciclo da cana-de-açúcar* (ANDRADE, 2002, p. 213). Além de Carlos, outro personagem do escritor paraibano considerado fracassado dentro dos romances do referido *Ciclo* é Ricardo, protagonista do romance *O moleque Ricardo*.

O fato é que mesmo após o fim do *Ciclo da cana-de-açúcar* continuam presentes nos romances de José Lins os fracassados, demonstrando claramente uma tendência que atravessa toda a sua obra. Entretanto em *Fogo Morto* essa peculiaridade atinge o seu auge, pois não há apenas um, mas três personagens que têm sua vida marcada pelo fracasso. Com efeito, mestre José Amaro, Lula de Holanda e Vitorino Carneiro da Cunha incorporam essa faceta de fracassado no romance de 1943, embora se possa admitir que em graus distintos de fracasso, como será apontado adiante.

A figura emblemática do fracasso em *Fogo Morto* é, sem dúvida, a do coronel Lula de Holanda. Este representa o homem sem fibra, fraco, que não consegue administrar o engenho Santa Fé, que assumiu ainda próspero, mas o deixou afundar no marasmo. Lula de Holanda encarna, portanto, a perfeita descrição do fracassado, do homem condenado à ruína, presença constante nas obras de escritores das décadas de 1930 e 1940.

Nesse ponto é oportuna a fala de Mário de Andrade sobre o fracassado no romance nacional. Com efeito, o poeta e crítico paulista não via com bons olhos essa figura tão recorrente nas letras nacionais, por associá-la a indivíduos fracos, sem forças para lutar e que se entregavam ao sofrimento e à decadência. Para o autor de *Paulicéia Desvairada*, Luís, protagonista do romance *Angústia*, de Graciliano Ramos, representava o modelo de herói fracassado dos romances da época.

O que se está fixando, não é o fracasso proveniente das forças em luta, mas a descrição do ser incapacitado para viver, o indivíduo desfibrado, incompetente, que não opõe força pessoal nenhuma, nenhum elemento de caráter, contra as forças da vida, mas antes se entrega sem quê nem porquê à sua própria insolução. (*Apud.* Bueno, 2006, p. 75)

Em meio ao fracasso dos dois personagens, Vitorino Carneiro da Cunha constitui uma exceção. O Papa-Rabo, antes achincalhado pelos moleques e sujeito à pilhéria de todos, é alçado à admiração pública pela enérgica posição demonstrada no episódio da invasão do engenho Santa Fé e principalmente após sua ferrenha resistência às arbitrariedades cometidas pelas forças policiais chefiadas pelo Tenente Maurício, que espalhava o terror no Sertão em sua perseguição obstinada a Antônio Silvino. “É o único que enfrenta os mandões, castiga os prepotentes, defende os oprimidos. A sua candura e a sua coragem fazem dele um campeão. O único homem da Várzea com sentimento e consciência das necessidades sociais” (Idem, pp. 65-6)

A loucura em Vitorino, longe de representar um obstáculo, uma limitação, demonstra ser uma espécie de qualidade. A coragem desmedida de Vitorino em enfrentar o poderoso Antônio Silvino ou o Tenente Maurício é atribuída mais a uma ingenuidade quase infantil, uma falta de senso do perigo, que propriamente a uma inesperada valentia. Essa loucura e as suas atitudes, dignas de um herói picaresco, carrearão sua vitória, sua sonhada posição de destaque entre o povo da Várzea e o reconhecimento de sua esposa, Adriana. “Mas Vitorino não precisava de ninguém. Ele era homem para aguentar os perigos. Bem que o filho acreditava no pai. Pela primeira vez, em sua vida, ela via a grandeza de Vitorino Carneiro da Cunha” (REGO, 2008, p. 390).

Ressalte-se que Vitorino possui características específicas que o diferenciam dos demais personagens do romance, notadamente daqueles que constituem o núcleo da obra. Não possui terras como os senhores de engenho da região, mas possui dois elementos que o colocam em uma posição de relativa vantagem sobre a maioria da população: além de ser branco, fato que ganha relevo no contexto da narrativa, é parente do poderoso coronel José Paulino. Decorre daí em parte sua desabusada coragem em enfrentar tanto autoridades policiais quanto cangaceiros, tomando para si a liberdade de “transitar livremente entre dominantes e dominados, ignorando a rigidez das linhas divisórias entre as posições sociais” (GOMES, 1981, p. 144).

Como se vê, a decadência marca e modela o romance, atravessando seres dos mais diversos estratos sociais, unidos pelo fracasso e desilusão, vítimas de um processo de transformações sociais e econômicas por que passa o Nordeste, como assevera Antônio Carlos Villaça, “*Fogo Morto* é um imenso painel da sociedade rural do Nordeste, na transição da economia pré-capitalista.” (VILLAÇA, 2008, p. 39).

O Nordeste que surge em *Fogo Morto* revela a pobreza e a desilusão de um povo, que vê o seu passado ruir ante uma nova ordem de coisas. O lamento do seleiro José Amaro perante um ofício que declina rapidamente é um indício desse processo, que vai moldando uma nova estrutura social e econômica na região. O coronel Lula de Holanda, em seu isolamento de tudo e de todos, representa fielmente a resistência às transformações que vão minando as velhas estruturas que sustentaram a oligarquia açucareira nordestina por séculos. Não havia mais lugar para engenhos banguês na Zona da Mata, e quem não se modernizasse era engolido pela poderosa usina e seu insaciável apetite por terras ou condenado a ser um engenho miúdo e inexpressivo, como o Santa Fé.

Para Antonio Candido, José Lins do Rego demonstra em sua obra a consciência do papel das injustiças sociais e da espoliação econômica para a pobreza e marginalização do homem sertanejo, em vez de justificar a condição social de cada um pelo destino individual (1989, p. 160). Essa consciência efetiva-se, com efeito, em *Fogo Morto*, por meio de personagens como José Amaro ou Vitorino Carneiro da Cunha, que denunciam a exploração dos coronéis em relação aos sertanejos pobres. Constituem-se como vozes que se levantam em meio à letargia da massa de pobres e desvalidos, a denunciar os males da terra e dos poderosos, procurando formas de resistência. Estas são as mais variadas, indo desde a crença nos beatos que percorriam o Sertão arrebanhando multidões, ou empunhando um rifle nas fileiras do cangaço ou ainda, quando não queriam aderir aos ideais religiosos ou não podiam fazer-se nas armas, oferecendo seus préstimos aos chefes cangaceiros e atuando como coiteiros dos cangaceiros, como no caso de mestre José Amaro, de *Fogo Morto*.

Cumprido ressaltar na obra de José Lins do Rego um traço fundamental: a recorrência constante às manifestações culturais ditas populares. A oralidade está presente desde sua produção inicial, como indício dessa influência sofrida pelo escritor e admitida por ele próprio em seu livro de crônicas intitulado *Poesia e Vida*, de 1945. “Quando imagino os meus romances, tomo sempre como roteiro e modo de orientação o dizer as coisas como elas me surgem na memória, com o jeito e as maneiras simples dos cegos poetas” (*Apud.* REGO, 2008, p. 34).

Não é apenas formalmente que se verifica a influência dessa cultura de extração popular em José Lins. Com efeito, comparecem em *Fogo Morto* tipos e situações narrativas que remetem claramente ao Nordeste e suas tradições populares. O seleiro, o senhor de engenho e, principalmente, o cangaceiro são figuras que tipificam um período histórico da região, trazendo ao leitor elementos locais, inseridos em um contexto sócio-econômico específico. São representativas de um momento importante na história da região, marcado por transformações de ordem social e econômica.

Ao trazer para seus romances a figura do cangaceiro, o escritor promove a valorização desse elemento local, afirmando, destarte, a identidade regional, com seus problemas e peculiaridades. Cumpre ressaltar que o cangaceiro não é apenas um personagem da complexa e intrincada estrutura social da região, mas também é um elemento importante da cultura nordestina. Daí a inserção dele na prosa regionalista a partir de 1930 constituir-se, portanto, em afirmação de uma identidade regional, como afirma Alfredo Bosi: “Valorizando-se estética e moralmente as tradições populares, carregava-se água para o moinho das identidades regionais e no limite, da identidade nacional” (BOSI, 2002, p. 260).

Finalmente não se pode obliterar a conotação social que perpassa a abordagem de temas como o cangaço e o misticismo na obra do escritor paraibano. Esses dois fenômenos constituem, como já foi abordado anteriormente, formas importantes de contestação encontradas pelo sertanejo ante a conjuntura sócio-econômica de injustiças e desigualdades que imperava (e infelizmente ainda impera) na região. Por meio de romances como *Pedra Bonita* e *Cangaceiros*, que formam o Ciclo do misticismo e do cangaço, e de *Fogo Morto*, o romancista volta-se para os problemas e as angústias do nordestino, criando uma obra caracterizada pela preocupação social e sintonizada com os problemas de seu tempo.

2.2 O cangaceiro como herói-bandido em *Fogo Morto*

O cangaço aparece em *Fogo Morto* de uma forma distinta como surge em *Pedra Bonita* e *Cangaceiros*. Nestes, o fenômeno desempenha papel central na narrativa, sendo que no romance de 1936, o cangaço aparece ao lado de outro importante fenômeno social da região, já mencionado anteriormente, o messianismo. No romance de 1943, o enfoque está na decadência do engenho Santa Fé, que explica, inclusive, o título da obra. O cangaço pontilha a primeira e a última parte do romance, relacionado basicamente ao seleiro José Amaro, ao lado

de personagens secundários da obra, como o cego Torquato, o aguardenteiro Alípio e o mascate Pascoal Italiano.

Há, entretanto, um ponto em comum entre a abordagem do cangaço nas três obras citadas: a duplicidade da figura do cangaceiro. Este representa valores distintos, não se comportando da mesma forma durante o transcurso da narrativa, em uma evidente postura ambígua, como apontada por Sônia Ramalho: “Deflagrada por essa perspectiva abrangente, a figura do cangaceiro ultrapassa o esquema reducionista ordem/ desordem, civilização/ barbárie, bem/mal para desempenhar no universo romanesco de José Lins papéis e funções sociais ainda opostos, mas não mutuamente excludentes” (FARIAS, 2006, p. 191).

Dessa forma, a imagem do cangaceiro é marcada por uma constante oposição em *Fogo Morto*, ora se comportando como herói, ora sendo encarado como bandido. A primeira face de Antônio Silvino manifesta-se na idealização de sua figura por mestre José Amaro. Em seus devaneios, o seleiro vê no cangaceiro a imagem de herói, de um homem que poderia trazer a justiça para o sertanejo perseguido e explorado pelos ricos. “O mestre estremeceu com a palavra do homem. O nome de Antônio Silvino exercia sobre ele um poder mágico. Era o seu vingador, a sua força indomável, acima de todos, fazendo medo aos grandes” (REGO, 2008, p. 114).

Entretanto não é apenas como herói que Antônio Silvino é retratado no romance. A outra face do cangaceiro, a de bandido, fica evidente, por exemplo, no assalto ao engenho Santa Fé. Neste episódio, o cangaceiro invade a casa-grande do engenho em busca de um suposto dinheiro que o coronel Lula de Holanda escondia na residência. Usando de truculência, o cangaceiro comporta-se como um bandido comum, um ladrão, agredindo o senhor de engenho e destruindo o piano de cauda da casa-grande, último resquício da prosperidade dos tempos do Capitão Tomás Cabral, em busca de uma suposta fortuna que Lula de Holanda guardava em sua residência. Vitorino Carneiro recrimina a ação do cangaceiro, para ele não condizente com a alardeada figura do cangaceiro. “Capitão Antônio Silvino, o senhor sempre foi da estima do povo. Mas deste jeito se desgraça. Atacar um engenho como este do coronel Lula, é mesmo que dar surra em cego” (Idem, p. 364).

Heloísa Toller Gomes credita a fama e admiração do cangaceiro junto à população pobre à necessidade premente desta de justiça, vítima como era da truculência dos senhores de terras e da inoperância das autoridades, incapazes de frear os abusos dos coronéis e, muitas vezes, até coniventes com eles. Reconhece, porém, a incapacidade dos cangaceiros de promover mudanças na engrenagem social vigente no Nordeste.

O cangaceiro surge em FM [*Fogo Morto*] como válvula de escape da população pobre, que transfere para ele seu anseio de poder e justiça. Parte dessa população, portanto, o vê como justiceiro e eventual libertador dos pobres, em lugar de perceber que, pelo contrário, é fruto e parte integrante da própria crise social (GOMES, 1981, p. 144)

Essa mescla de elementos positivos e negativos no comportamento do bandido social, na acepção adotada por Hobsbawm para referir-se ao cangaceiro, não é prerrogativa dos cangaceiros, mas se estendeu aos mais diversos bandidos em várias partes do mundo. É importante salientar o comentário do escritor Yahar Kemal, para quem “os bandidos vivem de amor e de medo. Inspirar apenas amor é fraqueza. Quando inspiram apenas medo, são odiados e não têm quem os ajude” (apud. HOBSBAWM, 2010, p. 91). Os cangaceiros precisavam saber balancear a generosidade e auxílio aos sertanejos com o caráter enérgico e por vezes truculento de bandidos. A verdade é que os resultados obtidos eram os mais diversos possíveis. Assim, enquanto Jesuíno Brilhante e Antônio Silvino ficaram mais conhecidos pela liberalidade de seus favores junto aos mais pobres, Lampião ganhou fama de truculento e autoritário.

Virgulino Ferreira foi certamente o cangaceiro que alcançou maior renome entre todos os bandidos. Entretanto o cangaceiro pernambucano foi também a figura que reuniu de forma mais marcante os elementos positivos e negativos característicos do cangaço. Essa dualidade em Lampião foi expressa em cantigas, como a que segue abaixo.

Ele matava de brincadeira,
Por pura perversidade,
E alimentava os famintos
Com amor e caridade (Apud. HOBSBAWM, 2010, p. 86)

Na cantiga citada acima, percebem-se as duas faces do bandido: a de assassino frio e cruel e a de suposto protetor dos pobres. Como já abordado anteriormente, os cangaceiros procuravam manter uma boa imagem junto à população com o fito de obter apoio. Entretanto não deixavam de cometer seus atos criminosos, algumas vezes contra a própria população que lhes oferecera apoio. Assim, o cangaceiro tornava-se uma figura contraditória, amado por uns e odiado por outros. Na mesma proporção que cresciam seus admiradores e protetores, crescia também a de seus inimigos, dispostos a tudo para pôr as mãos nos facínoras.

Em um ambiente marcado pela violência desmedida e no qual as pendengas eram resolvidas à bala, é esperado que a face negativa do bandido predominasse sobre a positiva. Para Hobsbawm, “causar terror e ser impiedoso é um atributo mais importante para esse bandido do que ser amigo dos pobres” (Idem, p. 89). Se perdesse o temor que infundia na população o cangaceiro se sentiria fragilizado e, portanto, tornar-se-ia presa fácil para as volantes. Por outro lado, ainda segundo Hobsbawm, uma das características do bandido “nobre”, ou seja, daquele que se dispunha granjear a aceitação da população, era a violência contida. Bandidos cruéis ou que matavam indiscriminadamente eram considerados abjetos pelo povo, verdadeiros párias da sociedade.

Retomando o episódio da invasão do engenho Santa Fé, há que se ressaltar a intervenção do coronel José Paulino, que apazigua os ânimos do cangaceiro, restabelecendo a ordem na propriedade de Lula de Holanda. É oportuno ressaltar o prestígio de que dispõe o proprietário do engenho Santa Rosa, a ponto de ser obedecido pelo temido cangaceiro. A força do coronel José Paulino estava em sua riqueza, da qual advinha, entre outros, a sua liderança política na região. Outro ponto a ressaltar é que a intervenção do coronel não se traduz como um ato desinteressado, decorrente de preocupação humanitária do rico senhor de engenho com seu vizinho. Ao frear a sanha do cangaceiro, José Paulino protege não a figura do coronel Lula de Holanda, mas a dos senhores de engenho, a quem o proprietário do Santa Fé, ainda que falido, pertencia. Assim, defendendo os senhores de engenho da Várzea, José Paulino defendia, por conseguinte, também seus interesses.

A ambiguidade de que o cangaceiro é portador nos romances de José Lins advém em parte do próprio papel social desempenhado pelo bandido. Se, por um lado, o cangaceiro depende da proteção e do dinheiro dos ricos coronéis com quem possui amizade, por outro, o cangaceiro também não pode dispensar a colaboração dos sertanejos humildes, que o tratam como um herói. A figura do bandido é permeada, portanto, de aspectos contraditórios. Considerar o cangaceiro um inimigo dos poderosos coronéis do Nordeste seria, como já ficou provado pelas observações feitas anteriormente por Pericás, de uma ingenuidade incomensurável. Por outro lado, considerá-lo como um sujeito que despertasse admiração em todos os sertanejos pobres também não é verdade. A complexidade do papel social que o cangaceiro possuía no Nordeste acarretava uma intrincada rede de relações entre o facínora e os demais segmentos da população nordestina, de forma que não se podem generalizar determinados estereótipos criados sobre o cangaceiro, como, por exemplo, a imagem de herói construída sobre ele.

Comprova a afirmação acima o desfecho da saga de Antônio Silvino no banditismo. Apesar de dispor de melhor reputação que Lampião, isto não impediu que o cangaceiro tivesse como um de seus mais ardorosos perseguidores um pequeno comerciante a quem o bandido, após saquear seu estabelecimento, deixou reduzido à miséria. Inconformado com seu destino, o comerciante ingressou na polícia e conduziu uma busca desenfreada pelo cangaceiro que culminaria com a captura do bandido em 1918. (QUEIROZ, 1977, pp. 79-80)

O ataque à cidade de Pilar é sintomático para abordar a relação entre o cangaceiro e os pobres e ricos, dentro do contexto do romance. A invasão à casa do prefeito da cidade, o próspero comendador Napoleão, demonstra o terror que o cangaceiro incutia nos ricos que ousavam denunciá-lo à polícia. Antônio Silvino deixava claro que não tolerava traição, seja de quem fosse. “Podem encher a barriga. Este ladrão que fugiu, me mandou denunciar ao governo. Agora estou dando um ensino neste cachorro.” (REGO, 2008, p. 300).

Na passagem do romance que narra o saque ao armazém do comendador Napoleão, Antônio Silvino faz questão de que sua atitude seja conhecida por todos, assim como acontecia com outros cangaceiros, como Lampião. Ao ordenar o saque à loja do rico comerciante e posterior distribuição das mercadorias, Antônio Silvino não somente estava “dando um ensino” naqueles que porventura ousassem traí-lo ou denunciá-lo à polícia, como também construía uma boa imagem junto à população pobre da vila, que sofria a exploração dos poderosos da terra.

Nesse mesmo trecho da obra, o cangaceiro atira para o povo da cidade dois caixões cheios de níquel, além de distribuir as mercadorias do armazém do prefeito. Antônio Silvino deixava clara a sua intenção de agradar a população, um modo de agir que também seria adotado por Lampião. “Quando distribuía dinheiro ou os produtos de suas pilhagens, Lampião fazia questão que seu gesto fosse público, visto por todos. Queria construir a imagem de um indivíduo caridoso, de um homem bom” (PERICÁS, 2010, p. 39). Essa atitude de roubar do rico para dar aos pobres, típica de um herói lendário como o Robin Hood, contribuía para acentuar a imagem heroica do cangaceiro. “A madrugada chegou para um Pilar desperto, com os pobres com as mercadorias do rico da terra, como uma fartura que viesse do céu. O capitão Antônio Silvino sabia agradar. Todos o tinham na conta de pai dos pobres” (Idem, p. 300).

É claro que tirar dos ricos para dar aos pobres trazia consequências inevitáveis. Assim, no romance, após a saída dos cangaceiros do Pilar, as tropas policiais invadiram a cidade, tomando dos pobres as mercadorias roubadas do armazém do Comendador Napoleão. A

polícia preocupava-se mais em restabelecer as posses do rico do que combater efetivamente os cangaceiros. Como sempre, os pobres sofriam os abusos e arbitrariedades das volantes.

Chegara uma tropa para castigar o povo que ficara com as mercadorias do comendador. O delegado José Medeiros estava prendendo gente sem parar. O cipó-de-boi ia cantar no lombo do povo. Todos pagariam. A justiça do governo era sempre assim, daquele jeito. Todos pagariam (REGO, 2008, p. 304)

Em *Fogo Morto* o enfoque no cangaço ocorre, como já abordado anteriormente, por meio do personagem José Amaro, para quem Antônio Silvino é um herói admirado e temido. Mestre José Amaro, como é conhecido na região, é um seleiro que mora com a mulher, Sinhá, e a única filha, Marta, nas terras do engenho Santa Fé. A propriedade, pertencente ao coronel Lula de Holanda, foi outrora um próspero e produtivo engenho nos tempos de seu antigo dono, capitão Tomás Cabral de Melo, sogro do coronel Lula, mas agora é um pequeno feudo, cercado pelas terras do imponente engenho Santa Rosa. O velho seleiro veio ainda criança para as terras do engenho por ocasião de um crime cometido pelo pai, de quem herdara a profissão. “Aqui moro para mais de trinta anos. Vim para aqui com o meu pai que chegou corrido de Goiana. Coisa de um crime que ele me nunca me contou. O velho não contava nada. Foi coisa de morte, esteve no júri.” (REGO, 2008, p. 52)

Com espírito arredio e irritadiço, incomoda mestre Zé Amaro a sua condição de morar de favor nas terras de um senhor de engenho que não tem preparo para lidar com a propriedade, além da prepotência dos grandes fazendeiros, especialmente o coronel José Paulino, proprietário do engenho Santa Rosa, por uma descompostura. “- Vai trabalhar para o velho José Paulino? É bom homem, mas eu lhe digo: estas mãos que o senhor vê nunca cortaram sola para ele. Tem a sua riqueza, e fique com ela. Não sou criado de ninguém. Gritou comigo, não vai.” (Idem, p. 49)

A honra possui um papel importante para o sertanejo, como ficou demonstrado no primeiro capítulo. A sua afronta, para ele, não pode ficar sem resposta. Como já apontado anteriormente, por motivos ligados à honra, seja pessoal ou da família, ingressaram no cangaço os maiores chefes de bandos. O seleiro admira aquele que está disposto a “lavar a honra”, fazendo justiça com suas próprias mãos. Para o sertanejo, o assassinato por motivos de honra não era crime, mas um dever que cabia a quem sofrera a afronta, daí o fato de muitos sertanejos creditarem como justas e nobres as razões que levaram homens como Antônio

Silvino a ingressarem no cangaço. Por motivos ligados à honra muitos sertanejos não somente aderiam ao cangaço, como às vezes se tornavam informantes dos cangaceiros, alertando os bandidos sobre a aproximação e o paradeiro das volantes, como ocorreu com o amigo de Zé Amaro, o aguardenteiro Alípio, que usava de sua profissão para passar informações privilegiadas ao bando de Antônio Silvino.

Bicho homem, este Alípio. Avalie que quase menino se espalhou na feira do Ingá que foi aquela desgraça. Gosto de homem assim. Ele fora com o pai vender milho verde na vila e o cabo do destacamento achou de desfazer do velho. Foi aquela desgraça. Alípio fez na faca, espalhou a feira. O cabo ficou para um canto de bofe de fora, e um soldado que se meteu a besta não ficou para contar a história (Idem, p. 55).

Em outra passagem do romance a honra aparece como algo inviolável para o homem do Sertão. Segundo o “código de honra” do sertanejo, aquele que sofresse uma desfeita e não se vingasse, estaria desmoralizado. Esse fato está presente quando o capitão Tomás Cabral de Melo, na busca de um negro fugido, é destrutado por parte de um homem de condição social inferior à dele, o que acaba por levá-lo a uma profunda depressão. “E além de tudo, onde um filho para vingar o pai ofendido, onde um homem de sua gente que pudesse desagrá-lo, como ele bem queria que fosse? Havia um genro, muito bom homem, um mole, um leseira.” (Idem, p. 236)

Outro fator que auxilia a compreender por que o cangaceiro desempenhava atração para mestre José Amaro encontra-se na visão deste sobre as instituições públicas e o aparato estatal como um todo. Mestre Zé Amaro não confia nas autoridades. Para o seleiro, quem realmente mandava no Sertão eram os coronéis, que eram donos das terras e detinham os poderes político e econômico na região. As autoridades estariam, portanto, subordinadas aos interesses desses coronéis, o que aumentava ainda mais o abandono e a exploração do sertanejo. “Este Ambrósio é um banana. Queria ser delegado nesta terra, um dia só. Mostrava como se metia gente na cadeia. Senhor de engenho, na minha mão, não falava de cima para baixo” (Idem, p. 57).

Essa forma pessimista de encarar as autoridades é fruto de uma consciência acerca da espoliação econômica e das injustiças sociais, de que se falou acima. Explorados pelas oligarquias que dominavam a economia e a política regionais, os sertanejos viam no cangaceiro uma forma de sublevação, de contestação da cruel e opressiva estrutura social, marcada por profundas desigualdades, que imperava no Nordeste. As demais instituições,

incluindo a polícia, representavam a continuidade e perpetuação dos interesses das classes dominantes, contribuindo para piorar a situação do sertanejo.

Não se pode esquecer ainda que o cangaceiro representava para muitos sertanejos uma imagem idealizada, um modelo a ser seguido. O sertanejo via a si próprio naquele bandido, que percorria o sertão lutando contra as forças policiais e sendo temido e respeitado pelos poderosos da terra. Em síntese, o cangaceiro fazia algo que muitos sertanejos, se tivessem a coragem e a valentia dos membros do bando, também fariam.

Antônio Silvino representa para o seleiro alguém que pode frear os abusos cometidos pelos grandes proprietários de terras contra o sertanejo pobre. Aquele homem, segundo mestre José Amaro, era maior que todos os grandes proprietários e estes se curvavam diante da presença do cangaceiro paraibano. A caracterização do bandido surge, portanto, como um defensor do pobre, um vingador, a quem todos temiam.

Para Heloísa Toller Gomes, ao aliar-se ao cangaceiro, incomodando, desta forma, o coronel Lula de Holanda, o seleiro rompe o pacto que implicitamente possuía com o senhor de terras (a quem devia o respeito por morar em sua propriedade sem pagar foro), passando a estabelecer um novo pacto, desta vez com o cangaceiro. Esse rompimento é motivado, segundo ela, pela conscientização de marginalização do seleiro, que “substitui o anterior respeito votado ao senhor de terras por um sentimento de revolta, que o leva à solidariedade ao banditismo. De uma maneira simplória, delega ao cangaço o poder de solucionar seus problemas” (GOMES, 1981, p. 101)

A admiração de José Amaro pelo cangaceiro crescia à medida que as atrocidades cometidas pela polícia avultavam. Duras eram as penas impostas àqueles suspeitos de acobertarem ou simplesmente receberem cangaceiros em sua propriedade. Vale ressaltar que isso valia geralmente para os pequenos da terra, pois os coronéis, que comumente abrigavam bandos de cangaceiros em suas terras, fornecendo-lhes alimento e munição, nada sofriam. Para as autoridades, quando um coronel abrigava um cangaceiro em suas terras, o fazia por receio de sofrer represálias por parte dos bandidos, não sofrendo qualquer tipo de repressão das volantes. Já o pobre, quando fornecia qualquer tipo de ajuda aos cangaceiros, o fazia por admiração, o que era inadmissível. No romance, o bicheiro Salvador, o mascate Pascoal Italiano e o cego Torquato são submetidos a torturas e maus-tratos por seu suposto envolvimento com o bando de Antônio Silvino. O próprio José Amaro, na parte final do romance, é preso e espancado na cadeia, sob a acusação de auxiliar o bando de cangaceiros.

Poderia indagar-se, contudo, o seguinte: se, como já abordado, os cangaceiros cometiam atrocidades em certa medida semelhantes às praticadas pelas tropas volantes que os perseguiram, por que o sertanejo tendia a admirar a imagem dos primeiros e temer sobremaneira os últimos?

Uma possível explicação estaria no fato de que as tropas volantes representavam o Estado, o poder institucionalizado, que deveria proteger e amparar o cidadão. Ao torturar, prender ou espancar o sertanejo, as tropas volantes desmascaravam a crueldade do governo, que esmagava o povo pobre e sofrido. Essa postura das tropas policiais levava o sertanejo a admirar os cangaceiros, ainda que estes praticassem atos muitas vezes semelhantes aos das volantes.

O cangaceiro representava para o seleiro alguém que distribuía a justiça e corrigia os erros, sejam os perpetrados pelos ricos ou pelos pobres. “O bandido é visto como um agente de justiça, um restaurador da moralidade” (HOBSBAWM, 2010, p. 71). Antônio Silvino desagrava a exploração dos poderosos sobre os fracos, promovendo, assim, a equidade nas relações sociais no Sertão. É interessante observar que os cangaceiros, de modo geral, atribuíam para si esse papel, sendo muitas vezes vistos como defensores dos valores tradicionais.

O simples fato de poder colaborar com o bando de cangaceiros já é suficiente para encher os brios do humilde seleiro. Sente-se importante, já não é aquele seleiro de beira de estrada, fazendo selas e arreios para pobres como ele. Trabalha para um homem importante, maior que o coronel José Paulino, a quem devota profunda aversão.

O homem se foi, e na casa do mestre José Amaro ficou o terror na sua mulher, e uma sinistra alegria no coração do seleiro. Ele matava galinha e dava ao capitão Antônio Silvino que mandava em toda a cambada de senhores de engenho. (...) O velho José Paulino dera um banquete ao capitão Antônio Silvino. Disseram até que a filha do grande servira a mesa, como se fosse ama dos cangaceiros. (Ibidem, pp.131-2)

É possível perceber pelo trecho acima que a figura de Antônio Silvino representava para o seleiro alguém superior aos coronéis, como José Paulino, que recebia o cangaceiro na casa-grande com honras e servia-o respeitosamente. Mestre José Amaro sentia-se importante por poder ser útil a uma pessoa tão prestigiada e temida. Esse sentimento de valorização compensava a frustração pelo ofício decadente e pela sua pobreza, restaurando o orgulho, ferido por sua condição de pobreza e pela profissão decadente.

Por outro lado, o romance também mostra Antonio Silvino na prática de seus crimes, abusando da violência, como no episódio do saque à vila do Pilar. É oportuno ressaltar que, do mesmo modo que havia pessoas que admirassem e defendessem a figura do cangaceiro, o fato é que o personagem homônimo de Antonio Silvino possuía uma dubiedade de caráter, que transparece, por exemplo, no seu relacionamento com os coronéis e sua subserviência em agradá-los, como já ficou demonstrado em observações realizadas anteriormente.

Retomando Heloísa Toller, é oportuno destacar que a ligação de Zé Amaro com o chefe cangaceiro, longe de quebrar a cadeia de dependência do pobre para com o rico, apenas transfere a figura do dominador. “Contudo a rebeldia de Amaro o leva a outro tipo de dominação: poderá continuar na casa que julga ser sua, enquanto for submisso às ordens do cangaceiro” (GOMES, 1981, p. 102). Assim, efetivamente, o seleiro continua sendo subordinado a alguém, visto que se falhar perante o temido Antonio Silvino poderá ser severamente punido. “E a nova dependência veio trazer efeitos reversos: acelera a desagregação de sua vida familiar e, quando foi torturado pela polícia volante, completou-se um quadro de humilhações que ia além de suas forças de resistência” (ABDALA JR. 2009, p. 13). A consciência da inevitabilidade dessa dependência será capital para o trágico desfecho do romance. Ao ser libertado da cadeia, não pela intervenção do cangaceiro, mas pelo auxílio do coronel José Paulino, a quem devotava profundo ódio, o seleiro percebe que nem mesmo o cangaço seria a saída para pobres como ele, pois continuava “mero brinquedo de forças maiores” (idem, p. 102). A única saída que se apresenta é, pois, a própria morte, por meio do suicídio.

À guisa de conclusão, é mister ressaltar que os personagens do romance são, em sua maioria, evocados em romances anteriores, o que demonstra uma tradição, uma veia narrativa, que percorre a produção ficcional de José Lins do Rego. Por outro lado, o romance integrou-se certamente na galeria das grandes obras da literatura brasileira do século XX não somente por criar tipos inesquecíveis como Vitorino Papa-Rabo, como indubitavelmente por seu poder de concisão e equilíbrio, reflexo da maturidade de um escritor que, segundo Massaud Moisés, precisou dispersar-se em várias obras para chegar àquela que lhe granjearia “o renome e o espaço privilegiado nas letras brasileiras deste século”. (1996, p. 199)

3. A REPRESENTAÇÃO DO CANGAÇO EM *OS DESVALIDOS*

3.1 *OS DESVALIDOS*: O CANGAÇO EM UM ROMANCE DA ATUALIDADE

Os Desvalidos, do sergipano Francisco Dantas, foi publicado em 1993, sendo o segundo romance do escritor. A estreia literária de Dantas no romance deu-se em 1991, com *Coivara da memória*, obra recebida com entusiasmo pela crítica. *Os Desvalidos* preserva o cunho memorialista presente na primeira obra do escritor, apresentando como personagem principal Coriolano, um seleiro corcunda que coleciona insucessos e alimenta um ódio extremo pelo cangaceiro Lampião.

Em primeiro lugar, cumpre ressaltar que o romance de Francisco Dantas retoma um importante filão da produção literária nordestina: a ficção regionalista, que encontra raízes e referências nos romances produzidos nas décadas de 30 e 40. Essa retomada da fase áurea da ficção nordestina por parte do escritor sergipano, contudo, foi algumas vezes mal interpretada. Questionou-se, por exemplo, o fato de um romance da década de 1990 focalizar um tema, o cangaço, que foi matéria de obras escritas há pelo menos meio século. José Paulo Paes, em ensaio intitulado *No rescaldo de Fogo Morto*, aponta dois motivos para um possível anacronismo do primeiro romance do escritor, *Coivara da memória*, que, resguardadas as especificidades das obras, podem ser aplicados a *Os Desvalidos*.

O primeiro deles seria a ambientação da obra. Com efeito, a ação n' *Os Desvalidos* se passa “numa dessas cidadezinhas indefinidas do Nordeste” (PAES, 1995, p. 47), palco incomum para a ficção recente, voltada de uma forma geral para os conflitos das grandes cidades. O segundo elemento a denunciar esse suposto anacronismo seria a linguagem utilizada por Francisco Dantas na elaboração de seu romance. “O forte travo regional da linguagem de Francisco J. C. Dantas vai em sentido contrário ao do cada vez mais acelerado apagamento das diferenças operado pelos meios de comunicação de massa nos falares brasileiros¹⁶ (Idem, p. 47).

Paes apresenta um elemento a desmitificar o anacronismo d' *Os Desvalidos*. Para ele, trata-se de uma narrativa datada, que evoca, portanto, personagens e ações pretéritos, sejam reais ou fictícios. Historicamente, *Os Desvalidos* se passa no final da década de 1930, mais

¹⁶ Em relação à linguagem dos romances de Francisco J. C. Dantas, Paes trata de afastar qualquer semelhança com a escrita rica em neologismos de Guimarães Rosa. Para Paes, o que há em comum entre os dois escritores é a convicção nas possibilidades promissoras de explorar o regionalismo na prosa literária, quando muitos escritores acreditavam em seu esgotamento. (PAES, 1995, p. 47)

especificamente em um período próximo ao ano de 1938, quando ocorre o massacre de Angicos, em Sergipe, que resulta na morte de Lampião.

Alfredo Bosi acrescenta outro elemento para a defesa do romancista sergipano, baseando sua análise em elementos de natureza estética, como pode ser depreendido abaixo.

Na rede de uma cultura plural como a que vivemos, é a qualidade estética do texto que ainda deve importar como primeiro critério de inclusão no vasto mundo da narrativa; só depois, e em um matizado segundo plano, é que interessam o assunto ou a visibilidade dos seus referentes (BOSI, 1994, p. 438).

As observações levantadas por Bosi são importantes quando se reflete sobre a atemporalidade de determinados temas. Obviamente as circunstâncias que estão por trás da abordagem do cangaço em um romance da atualidade são bem distintas daquelas que aparecem em obras contemporâneas ao fenômeno. Entretanto, como afirmado pelo professor e crítico paulista, os referentes ou o assunto do romance não podem constituir o principal critério de julgamento de uma obra artística, em detrimento do fator primordial que deve nortear a avaliação de um romance, conto ou poema: o estético. Além desse fato, é oportuno ressaltar a visão de José Edílson de Amorim, para quem

a vertente regionalista da literatura brasileira não é uma manifestação linear e evolutiva. (...) Temas vão e voltam no tempo: o que se imaginava superado de repente reaparece, enriquecido pelo questionamento às vezes; empobrecido pela mera repetição em outras ocasiões. (AMORIM, 2008, p. 19)

Como complemento às ideias apresentadas por Paes e Bosi, que refutam o caráter anacrônico da prosa de Francisco J.C Dantas, vale ressaltar o ponto de vista de Antonio Candido, para quem “a realidade econômica do subdesenvolvimento mantém a dimensão regional como objeto vivo, a despeito da dimensão urbana ser cada vez mais atuante” (1989, p. 159). A crescente urbanização do país, sobretudo a partir do surto de industrialização após a década de 1950, não conseguiu reverter as profundas desigualdades sociais que afligem a maioria da população brasileira. O abandono do campo em direção às cidades produziu em muitos casos a proliferação de bolsões de pobreza manifestados nas inúmeras favelas e cortiços que dominam a paisagem das grandes metrópoles. Por outro lado, a vida daqueles que permaneceram no campo também não apresentou sensíveis melhoras, sobretudo quando

se destaca a elevada concentração de latifúndios no país, sério entrave ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Como já abordado anteriormente, *Os Desvalidos* é profundamente marcado pela ligação com a memória. O protagonista do romance, Coriolano, rememora fatos transcorridos em sua vida, sobretudo seus insucessos nos negócios e os dois encontros com o bando de Lampião, que marcaram profundamente o personagem. Essa referência ao personagem histórico, entretanto, não é gratuita. A obra apresenta uma constante retomada do discurso histórico construído sobre o famigerado cangaceiro, promovendo uma releitura daquele que é chamado o “Rei do cangaço”.

A história enquanto ciência possui seus métodos e técnicas de estudo e pesquisa que a diferenciam das outras ciências e também das manifestações artísticas, dentre elas a literatura. Entretanto, tanto a história quanto a literatura debruçam-se, cada qual de sua forma, sobre materiais por vezes semelhantes, daí os constantes cruzamentos das duas áreas e o fato de que historiadores utilizem textos literários em suas pesquisas e vice-versa. A partir da década de 1960, a filosofia da história passou a considerar o texto histórico como um discurso, algo construído pelo homem, o que o aproximava, portanto do texto literário. Deve-se ressaltar que essa aproximação é relativa, pois não se trata do texto literário em geral, mas especificamente da narrativa. O mesmo processo não se verifica, por exemplo, com a lírica.

Um acontecimento histórico como a morte de Lampião e Maria Bonita pode ser analisado tanto pela história quanto pela literatura. Percebe-se, assim, que as duas áreas podem possuir objetos semelhantes. A distinção entre as duas reside, dentre outros, na linguagem. Essa ferramenta indispensável à expressão do pensamento possui natureza ficcional na literatura, ao passo que na história é marcada pela objetividade e realismo que o rigor científico exige. Berthold Zilly afirma que a história, na construção de seu discurso, apoia-se em fontes que podem ser verificadas, atestadas. A literatura, em seu discurso ficcional, dispensa a veracidade e autenticidade das fontes que utiliza. (ZILLY, 2001, p. 39)

Não se pode esquecer que a literatura, ainda quando utiliza o material histórico, não perde sua autonomia. O texto literário possui liberdade em seu processo de criação, quando se debruça sobre a realidade social ou quando procede à investigação psicológica. A interpretação do texto literário não pode estar atrelada, portanto, exclusivamente a outras áreas do conhecimento¹⁷.

¹⁷ Cabe aqui citar Luiz Costa Lima, para quem “O discurso literário não é um mero reflexo ou mera organização segunda de uma realidade previamente dada, mas sim um discurso que, articulado à base material da sociedade,

A criação literária traz como condição necessária uma carga de liberdade que a torna independente sob muitos aspectos, de tal maneira que a explicação dos seus produtos é encontrada sobretudo neles mesmos. Como conjunto de obras de arte a literatura se caracteriza por essa liberdade extraordinária que transcende as nossas servidões. (CANDIDO, 1989, p. 163)

Essa liberdade da literatura não impede, contudo, que esta seja tributária de ciências como a história, a psicanálise e a sociologia, apenas para ficar em três exemplos. Com efeito, na elaboração do texto literário pode-se perceber a presença do discurso de outras áreas do conhecimento humano, de forma que a análise da obra literária não pode prescindir da observação dessas influências. “Mas na medida em que é um sistema de produtos que são também instrumentos de comunicação entre os homens, possui tantas ligações com a vida social, que vale a pena estudar a correspondência e a interação entre ambas” (Idem, p. 163).

Não se pode esperar, entretanto, que a literatura e seus produtos sirvam de comprovação ou afirmação do discurso da história ou de qualquer forma de conhecimento, sob pena de comprometer o caráter artístico da obra literária. Dessa forma, o saber apropriado pelo texto literário é re-significado, reelaborado pelo trabalho artístico do ficcionista, com a liberdade que é peculiar à tarefa do escritor. “É já um saber enformado, refratado, pela linguagem propriamente literária, pela sistemática utilização da metáfora: é o saber modelado pela fantasia, transfigurado num contexto novo” (MOISÉS, 2007, p. 166).

O texto literário recria a realidade, percebendo-se nele uma visão de mundo que reflete a experiência social e histórica que está no contexto no qual a obra está inserida. Na verdade, o escritor, utilizando a imaginação e a intuição, procura captar os aspectos da realidade, investigando e analisando suas vicissitudes históricas, sociais e políticas e, desse modo, “englobar a variedade infinita do Universo, ou seja, do mundo concreto e do mundo dos conceitos, idéias e pensamentos, num sistema unificado” (Idem, p. 167)

No romance de Francisco Dantas percebe-se facilmente o entrecruzamento dos discursos da literatura e da história por meio da mescla de personagens ficcionais com históricos. Fatos reais, como a trágica morte de Lampião, são contados com riqueza de detalhes, reportando-se, aliás, a personagens e locais reais, o que reforça a presença do discurso historiográfico na construção da narrativa. O romance, contudo, não reafirma esse discurso, fartamente exposto e comentado nos manuais de história do Brasil, mas reelabora-o,

constitui, entretanto, um *espaço* próprio, que não se pode confundir com outros espaços” (apud. FARIAS, 2006, p. 25).

realizando, desta forma, uma releitura da história. Esse fato está delineado no trecho a seguir do romance, quando se dá o primeiro encontro de Coriolano com o bando de Lampião.

Foram apenas três dias escondido nessas brenhas, com aquelas peças de couro suspirando em suas mãos, latejando a miséria de seus donos — mas onde Coriolano aprendeu, com as vistas, com o corpo e com as ouças, algumas coisas que os livros nunca se prestam a contar (...) Aquela gente lhe pareceu tão desinfeliz, tão carecida das necessidades mais rudimentares e indispensáveis a qualquer vivente, que por um momento ele se sentiu uma criatura sortuda e bem aprovionada, apesar de só ter certo de seu o diabo da cacunda.” (DANTAS, 1996, p. 111)

O trecho citado mostra ao leitor uma face de Lampião que, decerto, não é comumente encontrada nos livros de história. O chefe cangaceiro e seu bando aparecem não em suas lutas encarniçadas contra as tropas volantes, que ganham muitas vezes no cordel um tom de maior grandeza e heroísmo, mas nas privações do cotidiano de homens (e de algumas mulheres), que não tinham paradeiro certo e erravam pelos sertões em confronto constante com as forças policiais. A falta de água e de alimentos e o sufocante calor do Sertão nordestino destoavam daquela visão romântica que foi sendo gradativamente construída sobre o cangaço. Com efeito, a vida do cangaceiro era marcada por privações e perigos, sendo explorada por cantigas, como a citada abaixo, sobre o cangaceiro Antônio Silvino.

Já ensinei aos meus cabras
a comer de mês a mês,
beber água por semestre,
dormir no ano uma vez...
atirar em um soldado
e derrubar dezesseis. (CASCUDO, 1978, p. 376)

José Paulo Paes, em ensaio intitulado *Gesta e antigesta*, afirma que no romance de Francisco Dantas a figura de Lampião não é caracterizada como herói ou bandido, ao contrário da maioria das representações feitas pela literatura sobre o cangaceiro. A imagem que aparece de Lampião no romance é a de um homem comum, que teme pela vida de Maria Bonita e que sofre saudades. Por meio de um procedimento formal, é acentuado o caráter humano de Virgulino. “Por via de um longo monólogo interior de Lampião, temos a certa altura vislumbres da sua distorcida e dolorosa humanidade” (PAES, 1999, p. 60).

O romance recupera alguns fatos históricos relacionados a Lampião, concedendo “voz” ao famigerado bandido que, assim, conta a sua história segundo a sua versão. Essa

situação provoca comumente um choque entre os discursos histórico e literário, como pode ser observado no trecho abaixo, em que o personagem homônimo do temido cangaceiro refuta a versão oficial contada sobre o malogrado ataque à cidade de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte, em 1927. No trecho, o personagem Lampião conta sua versão para o fato, claramente incompatível com o que foi escrito sobre este que foi um dos episódios mais dramáticos da vida de crimes do “Rei do cangaço”.

Desta investida gorada pelo calor de bom sentimento, o povo conta o que quer, cada um fazendo por mais me esculhambar. Até no papel se bota vadiagem e se estampa potoca! Está aí como me cobram vingança! Decerto que saiu desfeito, levando os embornais de couro, que queria estufados, completamente encolhidos e vazios. Mas dizer que correu da macacada com medo do enfrentamento, é puro comento acovardado de quem não lhe pode abater os lanços da coragem (DANTAS, 1996, p. 180)

Não escapa do olhar crítico do personagem os folhetos de cordel, que ajudaram a propagar o mito de Lampião. O cangaceiro ressentia-se de ser lembrado mais pelos combates e crimes que perpetrara que pelas boas ações que praticou em relação aos menos afortunados. Para ele, muitos crimes atribuídos a sua pessoa foram, na verdade, cometidos por outros, uma afirmação que já havia sido feita pelo seu antecessor Antônio Silvino ao jornalista Múcio Leão, que o visitou na Penitenciária do Recife, em 1925 (QUEIROZ, 1977, p. 81). O cangaceiro concluiu lembrando feitos que realizou em benefício de outrem, que, segundo ele, ficaram relegados ao esquecimento.

Cadê que não espalham por aí que já dei muito donativo, ajudei obra pia, enchi cofre de igreja, a caixa das almas, dei caixão de caridade, e encomendei muita capela de missas pela alma dos defuntos cangaceiros? Por que não se conta nos livrinhos de feira que já vinguei muita honra de moça donzela? (DANTAS, 1996, p. 181)

Francisco Dantas deixa evidente na obra que, apesar de seus crimes e de sua vida errante, os cangaceiros são sertanejos submetidos a privações, necessidades, ou seja, também são desvalidos. Distantes da terra natal, de seus parentes, sob o risco iminente de morte nos enfrentamentos com as volantes, os cangaceiros encobriam pela penúria a que muitas vezes se submetiam. “Êta povo descurado de coisa de manança e passadio! Dava até pena! E nem se sabe como alimentava o miolo da coragem! Até a água barrenta era contada como se fosse dinheiro, com um cabra tomando conta duns atilhos de cabaças enfiadas num lote de bocapios” (Idem, p.104).

Lampião aparece no romance não como o bandido sanguinário que durante cerca de vinte anos espalhou o medo pelo Sertão. O autor apresenta outra face do cangaceiro, a de um homem preocupado com a mulher, Maria Bonita, e saudoso dos três irmãos que o acompanharam durante anos na vida do cangaço e foram sucessivamente assassinados.

Coitado de mano Antônio, perseguido e enganado em seu dinheiro... e dos outros irmãos que também já se foram sem um só aceno de partida, sem um só gemido atravessado, brigando na mais limpa lealdade! Ah... Livino! Nome de arcanjo, morto atirado que me encheu as mãos de sangue e a vida de mais desgosto no ano de vinte e cinco! E Ezequiel, meu Deus, que homem desassombrado! Estraçalhado a bala de fuzil no meio da seca de trinta e dois (Idem, p. 152)

O cangaceiro confessa sua desconfiança em relação aos coronéis. Aliás, a relação entre o cangaço e o coronelismo era muito complexa, pois embora dependessem financeiramente dos coronéis, como já apontado no primeiro capítulo, os cangaceiros muitas vezes entravam em choque com os interesses dos grandes proprietários da região, o que gerou disputas e inimizades entre ambos. No romance, Lampião atribui aos coronéis a falta de paz em sua vida, além de confessar ter sido traído por alguns deles.

Traição é bicha de olho grande! O primeiro coronel que me fez perder a crença nessa raça refalsada que se esconde atrás do dinheiro foi a serpente choca do João Nogueira. Depois foi a vez de Zé Pereira da Princesa, que se fazendo de cordato sócio, passou a mão em mais de cem contos de réis do mano Antônio Ferreira. (Idem, p. 151)

A companheira de lutas e infortúnios, Maria Bonita, também enternecia o coração do famigerado cangaceiro. Para alguns pesquisadores do cangaço, o ingresso de Maria Bonita no bando de Lampião, por volta de 1930, abrandou a sanha dos cangaceiros pela prática de crimes bárbaros e coibiu os estupros (PERICÁS, 2010, p. 46). O bando de Lampião foi o primeiro a admitir mulheres em seu grupo¹⁸. Os bandos anteriores não aceitavam a presença de mulheres, alegando que elas eram frágeis e atrapalhavam os homens em momentos cruciais, como nos confrontos com as volantes ou nas fugas. O fato é que Maria Bonita, que o cangaceiro conheceu em Penedo, Alagoas, decididamente “prende” o chefe cangaceiro, que

¹⁸ Antônio Silvino casou-se com Juventina Maria da Conceição (Tita) quando vivia no cangaço. Entretanto, como a maioria dos cangaceiros, não permitia que a esposa o acompanhasse em suas andanças, visitando-a nos intervalos de suas lutas (QUEIROZ, 1986, p. 43).

se desfazia em cuidados pela esposa, além de abrir o caminho para que outras mulheres fossem aceitas no bando¹⁹.

Sem dizer aonde ia, e sem nada de seus planos anunciar, Virgulino partiu do coito da Taiçoca do modo mais cabreiro e mais severo, mal disfarçando na cara amarrada o doído incômodo de deixar Maria Bonita sem o seu amparo, logo agora com a barriga bem redonda em dias de parir (DANTAS, 1996, p. 147)

O padre Cícero²⁰ é outra figura histórica de que o romance de Francisco Dantas promove uma releitura. O sacerdote do interior cearense, famoso desde fins do século XIX por haver supostamente realizado milagres na região do Cariri, era proeminente na política local, mantendo relações amistosas com os “coronéis” e comerciantes de Juazeiro do Norte, sendo considerado um santo pela população da cidade. Além disso, segundo Pericás, Cícero Romão Batista era um dos mais prósperos proprietários de terras da região, “possuía trinta sítios, dezesseis prédios, um quarteirão e uma avenida de casas, cinco fazendas com gado e benfeitorias, assim como uma mina de cobre” (PERICÁS, 2010, p. 28).

No romance, Dantas insinua uma suposta rusga entre Lampião e padre Cícero, em decorrência do convite que o líder religioso fizera a Lampião para combater a Coluna Prestes²¹. Embora profundamente respeitoso com o sacerdote, de quem se dizia afilhado, o cangaceiro demonstra insatisfação com a concessão da patente militar de capitão obtida por intermédio de padre Cícero, que não o livrara da perseguição das volantes.²²

É deveras... um santo daquele, tão gabado pelo povo... e em vez de pedir que me endireitasse, veio com esta encomenda do satanás, igualzinho aos coronéis com quem tratei, que me reservavam o bocado mais fedido. E

¹⁹ Para Pericás, a presença de Maria Bonita no bando reduziu a violência e a impetuosidade dos homens. Vale lembrar que após a entrada de Maria Bonita, outros cangaceiros também trouxeram mulheres para o bando, como Moita Brava e Corisco (PERICÁS, 2010, p. 46-7)

²⁰ Cícero Romão Batista nasceu em 1844, na vila do Crato, estado do Ceará. Ordenou-se presbítero em 1870. Foi designado capelão para uma igreja no então povoado de Juazeiro, no Cariri cearense. Neste local, durante uma missa celebrada pelo padre, a beata Maria de Araújo, ao receber a hóstia consagrada, devolveu-a cheia de sangue. O fato foi considerado um milagre e o sacerdote transformou-se em uma liderança religiosa e política da região. Padre Cícero morreu em 1934, aos noventa anos de idade. (BARROSO, 1962, pp. 378-85)

²¹ A Coluna Prestes foi uma marcha organizada entre os anos de 1925 e 1927 pelo militar gaúcho Luís Carlos Prestes (1898-1990) que, reunindo 1500 homens, percorreu treze estados brasileiros defendendo reformas políticas e sociais e se manifestando contrariamente ao governo do presidente Artur Bernardes. O movimento foi dissolvido em fevereiro de 1927 e os e seus líderes exilaram-se na Bolívia. (PILAGALLO, 2002, pp. 37-40)

²² Em troca de combater os revoltosos liderados por Prestes, Lampião recebeu a patente de capitão e a promessa de perdão de seus crimes. Descobriu, contudo, que havia sido logrado: o documento que concedia a patente era falso e não tinha valor legal algum. Entretanto, a partir daquele momento Lampião passou a exigir que o chamassem de capitão (QUEIROZ, 1986, p. 52).

depois... ainda consta que o santo me chamou de menino doido – e ainda mais pelas costas! (DANTAS, 1996, p. 158).

O seleiro Coriolano, assim como mestre José Amaro de *Fogo Morto*, é um homem frustrado, que se ressentido de sua pobreza. Carrega um terrível defeito físico e leva uma existência de insucessos e fracassos. O seu ofício é decadente e sequer lhe garante uma sobrevivência digna. Antes de aprender o fabrico de objetos de couro com o renomado mestre Isaías, chegou a ter uma curta prosperidade com a botica herdada do tio. Sem perícia para modernizar o negócio e preso a uma promessa feita ao tio, viu a botica ir à falência, sufocada pelo avanço dos remédios industrializados. Ainda tentou fabricar bombom de mel de abelha, mas novamente “deu com os burros n’água”. Passou a acreditar que não tinha vocação para o comércio e decidiu-se a aprender o ofício de seleiro. Sem clientela para selas e arreios, transformou-se em tamanqueiro. Para ele, contudo, fabricar tamancos e outros objetos de couro significava descer de sua condição, perder o respeito adquirido pelos anos de botica, com nome feito em Rio-das-Paridas.

Entra na tenda cambaleando, dá um bom-dia minguido de focinho soprando o chão, e um gosto suicida aí lhe turva a tenção. Baixara de situação, é certo; ia sangrar a soberba no bico da sovela – mas não vergou o pescoço para a canga! Continuou arranhento mesmo roto, entesando o pescoço pra fora da cacunda toda vez que via algum grandola (Idem, p. 32).

Mesmo a situação de penúria em que se encontrava não era capaz de tirar de Coriolano o orgulho, o brio, que lhe vinha do passado próspero. Para ele, o povo de Rio-das-Paridas era soberbo, pois quando estava estabelecido no ofício de boticário todos eram amigos, mas agora na sua pobreza somente Cantílio, o barbeiro da pequena vila, ainda tinha amizade com ele. A história do barbeiro, que assim como Coriolano também não é de Rio-das-Paridas e vive em uma situação tão miserável quanto à do seleiro, assemelha-se em muitos pontos à de Coriolano: ambos vieram de fora, tiveram alguma prosperidade na vila e achavam-se agora reduzidos à completa penúria. Eram confrades, portanto, das misérias e privações.

Você não devia ter vindo cá, Coriolano. Já lhe bati nesse ponto. Isto aqui acabou-se. É um buraco! Não cabe gente decente como nós. (...) rapo barba, aparo cabelo, entendo de sangria, sei fazer punção... e de que me valeu tão boa ficha, se esse tufo de sabença redundou em nada? (Idem, p. 82).

Retomando o personagem Cantílio, percebe-se que o romancista utiliza o desabafo do barbeiro fracassado da pequena vila para mostrar que as dificuldades para o sertanejo são muitas e independem se ele é do campo ou da cidade, se tem estudo ou se é analfabeto. Todos são desvalidos, marginalizados pela sociedade, que os encara como sujeitos desprovidos de valor. O homem vale por aquilo que possui e não pelo que é. Ao fracassar em seus negócios, Coriolano não perdeu somente dinheiro. Perdeu também a honra e o respeito do povo, que agora encontra um motivo para atirar em seu rosto o fracasso e sua falta de inteligência. “O certo mesmo é que a pobreza é sempre perdedora! De sorte que é até feio se dizer, mas essa igualitária e penosa condição bem que agrada a ele, Coriolano, uma vez que, perdida no meio das outras, a sua indignação escorrega despercebida” (DANTAS, 1996, p. 52). Para o seleiro, há o “conforto” de ver que aqueles que estão a sua volta não dispõem de melhor situação que a sua, pois, com exceção de Janjão Devoto, dono de próspero ponto comercial em Rio-das-Paridas, os demais habitantes da vila não contam com empregos e oportunidades de melhoria.

A situação de penúria que acometia o sertanejo agravava-se no período das secas. A produção agrícola declinava, o gado morria, milhares de pessoas abandonavam o sertão. Nem mesmo os cangaceiros escapavam aos males advindos das secas. Com a estiagem, muitas propriedades arruinavam, fazendeiros perdiam suas posses, e o cangaceiro, que dependia do “auxílio” desses proprietários, ficava sem recursos. Muitos nordestinos abandonavam a Sertão, rumando para locais úmidos do litoral ou para regiões como a Amazônia, que no início do século XX vivia o *boom* da borracha.

A seca não era, porém, o único motivo que empurrava o sertanejo de sua terra natal. A falta de empregos ou de terra e as condições de trabalho duras do sertão também contribuíam para o êxodo de sertanejos, que muitas vezes dirigiam-se a regiões dentro do próprio Nordeste. No romance, os irmãos mais velhos de Coriolano, cansados da vida de humilhações junto ao pai, fogem de casa em direção à Bahia, que no período vivia o auge da produção de cacau. O próprio Coriolano, também fatigado dos trabalhos da enxada e dos gritos do pai, fuge de casa, abandonando o Aribé em direção à casa do tio-avô, em Rio-das-Paridas, onde se estabelecerá como boticário e alcançará uma rápida prosperidade.

No período áureo do cangaço, que correspondeu à época de atuação dos maiores chefes cangaceiros, Antônio Silvino e Lampião, o sertanejo viu a sua situação agravar-se ainda mais, dado o avanço da ação das tropas volantes. Coiteiros ou simplesmente suspeitos de oferecer algum tipo de préstimo aos bandos sofriram terríveis torturas e maus-tratos para

revelar o paradeiro dos cangaceiros. Igual destino era reservado àqueles que estavam do lado das tropas volantes, quando caíam nas mãos dos bandidos.

O bando de Lampião e a volante do governo agora deram pra esta zona do Aribé. Enquanto se perseguem e se chacinam em porfiadas e sangrentas brigas, vão também esfolando a região, a saque, morte e desonra, metendo o pau na pobreza desvalida. Furam olhos, arrancam unhas, deceparam quibas e a metade da língua. A muque, arrebanhado, sofre o pacato paisano, torturado na mão de um e de outro pra falar o que não sabe, e pelo silêncio punido como espião e coiteiro do inimigo (Idem, p. 125).

O homem sertanejo, já calejado da seca e da exploração dos coronéis, ressentido ainda a crueldade das volantes e dos cangaceiros. Por serem financiadas pelo governo, as tropas representavam o Estado, que colaborava para agravar o sofrimento das massas sertanejas. Vale ressaltar que as volantes, nas ações contra os espias e coiteiros de cangaceiros, não somente espancavam e torturavam como também pilhavam os parques haveres por onde passavam.

E por isso mesmo mais abandonados aos mata-cachorros da tropa volante, que ganham a vida a soldo oficial, numa esquisita caçada feita em nome do governo, cumprindo ordens severas e bem acatadas de enterrar vivo qualquer suspeito coiteiro, e de cortar a cabeça de todos os cangaceiros, igualmente temidos matadores (Idem, pp. 126-7).

A vida dos soldados das volantes, a exemplo do sertanejo paisano ou cangaceiro, também não era fácil. Além do perigo de morrer nos constantes confrontos com os cangaceiros, os soldados eram submetidos a jornadas extenuantes e recebiam baixos salários. Muitas vezes caminhavam durante vários dias pela caatinga, sob sol forte e com pouca água e comida. Alguns deles, provenientes do litoral e desacostumados com o clima quente do sertão, não resistiam por muito tempo e saíam das tropas. O armamento dos soldados também representava um problema, já que geralmente os cangaceiros dispunham de armamento mais moderno e grande quantidade de munição. Sobre as condições de trabalho das tropas volantes, é importante o comentário citado abaixo, de Luiz Bernardo Pericás.

As volantes podiam ficar quatro, cinco ou até seis dias procurando um inimigo baleado, sem tempo sequer para fazer uma refeição regular, só se alimentando do que traziam nos bornais: carne assada, farinha e rapadura. Em geral só comiam uma vez por dia, de tarde ou no começo da noite (PERICÁS, 2010, p. 91).

Para muitos sertanejos havia somente duas opções a escolher: ser soldado de volante ou cangaceiro. A falta de trabalho na região, aliada à grande concentração de terras nas mãos de uma minoria, tornava difícil a vida no Sertão. Ser soldado ou cangaceiro era visto, portanto, como um meio de sobrevivência, muitas vezes mais rentável que lavrar a terra ou criar animais, ocupações que, como já foi comentado, eram seriamente prejudicadas pelas secas. “Mais do que meio de vida, meio de prover a subsistência, o cangaceirismo prolifera no Nordeste, sobretudo nas épocas das grandes secas” (FACÓ, 1983, p. 67).

Entretanto a opção pela vida no cangaço não ocorria somente por questões econômicas. Agressões e desonras perpetradas pela polícia ou por coronéis eram motivos comuns para sertanejos buscarem o cangaço, como já abordado anteriormente. Havia ainda razões de foro íntimo, que impeliavam pessoas das mais diversas origens a ingressar no cangaço. No romance, o fato ocorre com uma das personagens, Maria Melona.

Casada com Filipe, tio de Coriolano, Maria Melona demonstra um caráter firme, de mulher decidida, um contraponto ao comportamento tímido e arredo de seu marido. Fiel às obrigações do matrimônio, a personagem recusa as investidas de homens que, aproveitando as constantes ausências do marido, punham à prova sua fidelidade. Vítima de calúnias, Maria Melona é abandonada pelo marido e toma uma decisão que mudaria o curso de sua vida: ingressa no cangaço se fazendo passar por homem e integra o bando de Lampião, adotando a alcunha de Zé Queixada.

O cangaço conseguiu sobreviver durante um longo período graças aos acordos que os bandos promoviam com os coronéis e outras personalidades importantes da política local, os quais garantiam aos malfeitores dinheiro, armas e munição. De outra forma, os bandos estariam completamente isolados e seriam facilmente liquidados. Dessa forma, os cangaceiros negociavam sua proteção e garantiam não atacar as propriedades de seus aliados, recebendo em troca aquilo que precisavam para a manutenção de seus bandos.

Sua melhor atitude consistia em manter certo grau de autonomia e, sem jamais comprometer-se inteiramente com nenhum lado, negociar com quem estivesse disposto a pagar o preço mais alto por seu apoio, ou seja, com aqueles que não fossem capazes de atingir seus objetivos sem esse apoio (HOBSBAWM, 2010, p. 31)

Os cangaceiros não admitiam ser chamados ladrões. Alegavam que apenas solicitavam “auxílio” aos comerciantes e fazendeiros da região, que o concediam por “espontânea”

vontade. Esse auxílio na verdade se tratava de uma extorsão disfarçada, que os cangaceiros solicitavam para suas atividades, como pode ser depreendido no excerto abaixo.

E, tomando da ocasião, também ia pedir que lhe arranjasse uns cinco contos de réis, arrecadados ali mesmo entre os vizinhos da região, só para a boa manutenção do cangaço, que gente limpa compra pra pagar, e a carestia com este governo sem barbeta não é sopa não, nem a cabroeira pode brigar sem boa munição e sem o passadio de algum de-comer (DANTAS, 1996, p. 148)

Nota-se uma ironia na fala de Lampião, aqui em discurso indireto livre, quando o cangaceiro considera-se “gente limpa” e que “compra pra pagar”, criticando o governo. Há uma clara inversão de valores e o cangaço procura identificar-se com o povo pobre do Sertão, afirmando a honestidade do cangaceiro, que, assim como o sertanejo paisano, tem o seu nome em grande valia e faz questão de comprar e pagar, ainda que no caso do cangaceiro o dinheiro para o pagamento venha da extorsão dos ricos e remediados.

O cangaceiro dependia financeiramente do coronel e era comum a troca de favores entre os dois. Comumente, Lampião era chamado por algum grande proprietário para “resolver” algum imbróglio com outro fazendeiro ou chefe político. Esse relacionamento com os potentados do Sertão, contudo, nem sempre era pacífico ou amigável. Foram comuns choques de interesses entre cangaceiros e coronéis, sobretudo decorrentes de ações realizadas pelos bandos que desagradaram aos fazendeiros. Assim, Lampião teve entre os coronéis não somente aliados, mas também muitos inimigos importantes, que incentivavam e por vezes até financiavam ações policiais para perseguição do “Rei do Cangaço”.

Os coronéis eram figuras importantes nas relações sociais do Sertão. Para a população pobre ter a proteção de um coronel significava muito. O fazendeiro mandava prender ou soltar, decidia em quem os seus protegidos votariam nas eleições e cedia um pedaço de chão para que o lavrador pudesse plantar sua roça. No sertão, quem não tivesse um coronel para livrá-lo estava perdido. Se cometesse um crime e fosse ao júri, suas chances de absolvição eram quase nulas. Se sofresse uma afronta, não teria um grande para livrá-lo da cadeia se decidisse “lavar a honra”. Enfim, para o sertanejo o coronel representava proteção e auxílio, sobretudo em lugares onde as instituições que deveriam promover a justiça muitas vezes deixavam a desejar em sua imparcialidade e rigor.

Entrar em choque ou desafiar um coronel poderia trazer consequências trágicas para o sertanejo. Os grandes proprietários, como vimos, possuíam numerosos homens armados a sua disposição, que não titubeavam em cumprir as ordens do patrão. Espancamentos, torturas,

tratamento vexatório e humilhante eram alguns dos castigos que os coronéis infligiam a quem fosse seu inimigo. Muitos sertanejos entraram nas fileiras do cangaço para vingar afrontas sofridas por ordem de coronéis.

No romance de Francisco Dantas, o personagem Zerramo, amigo de Coriolano, fugiu de sua terra para não ser morto por um coronel, que queria vingar-se da morte do irmão, assassinado por Zerramo por ter desonrado sua irmã. Como esses chefes políticos tinham grande influência, dispunham de homens e munição para perseguir e matar quem cruzasse pelo seu caminho. Assim, aquele que tivesse desentendimentos com eles muitas vezes era obrigado a abandonar a família e suas posses para escapar da vingança.

Nesse entremeio dos idos, depois de bem acordado entre si, já de amizade revalidada no compadrio, Coriolano ouviria de Zerramo, em tom de muita reserva, que ele mudara do nome verdadeiro de João de Coné, como era bem conhecido em Limoeiro de Pernambuco, só por medo do coronel Agripino que o perseguia pra vingar a morte do irmão, um sujeitinho afoito e desaforado, que achou de arrancar os tampos da única irmã dele, João de Coné, e ainda se pegou a gabar dela que era dona gostosa, em roda de conversa onde chegava (Idem, p. 164)

Para Zerramo, o homem da casa, a afronta de ter sua irmã violada não poderia ficar impune. Como já falado anteriormente, o “código de honra” sertanejo impunha o dever do revide, sem o qual o sujeito afrontado estaria fatalmente condenado à desmoralização pública. Sem a justiça para obrigar o casamento, restou a Zerramo o único recurso: o assassinato do agressor.

Desmareado com o vexame e a vergonha que liam na tampa de sua cara, João de Coné foi impando... impando... até o fel papocar; e de tanto se recruzar indo daqui e dali a remexer a cabeça, não deu com outra saída mais merecedora, senão retalhar o pai-de-chiqueiro a golpeadas de facão. (Idem, p. 165)

As opiniões sobre o cangaço eram divergentes entre os sertanejos. Havia aqueles que enalteciam qualidades dos cangaceiros, procurando encontrar neles exemplos de moralidade, bondade e atenção para com os pobres. Para outros, contudo, o cangaceiro não passava de um bandido cruel, que contribuía para aumentar a insegurança e o sofrimento do sertanejo. Devido a essa dualidade presente na figura do cangaceiro, conviviam relatos de ações positivas do bando ao lado de menção a crimes cometidos pelos grupos.

Também o povo, quando fala de Lampião, acrescenta demais, Coriolano. Cangaceiro também é gente, também tem coração. E muitas vezes até esparrama em certas bondades. Diz o povo que Jesuíno Brilhante socorria a pobreza com uma canada de moedas. E Antônio Silvino, que já chegou depois de o mundo piorar muito, cansou de dar dote a moça desencabeçada. E ainda cobrava do emprenhador, a bico de punhal, a sua vingança de rei! Teve criatura que enricou. E se diz que Lampião mesmo só bole com quem tem posses; só gosta de dinheiro avultado (Idem, p. 175).

A admiração pelo cangaceiro ficava patente, sobretudo, na poesia oral do sertanejo. Os versos dos cantadores celebravam as aventuras de Lampião, a quem consideravam um herói. A morte de Lampião foi cantada em versos, que lamentam o infortúnio do destemido cangaceiro, como na trova a seguir, do poeta Alexandre Zabelê.

A viola tá chorando,
Tá chorando com rezão,
Soluçando de sodade,
Gemendo de compaixão,
Degolaram Virgulino,
Acabou-se Lampião (*Apud. QUEIROZ, 1977, p. 125*)

A visão do sertanejo sobre o cangaceiro não era, contudo, apenas de admiração e exaltação. Da mesma forma que alguns consideravam Lampião um herói, também havia aqueles que devotavam ao “Rei do cangaço” profundo ódio. No romance, Coriolano refuta as histórias contadas sobre a suposta generosidade de Lampião, afirmando que essas não passavam de invenções do povo, coisas de quem não conhecia o bandido. O trauma deixado pelo segundo encontro do sequeiro com o bando de Lampião, que resultou no assassinato do amigo Zerramo, deixou em Coriolano um sentimento misto de medo e de terror pelo cangaço.

Deste Lampião, que um dia me levou pra um buraco, todo o bem que botam é poetagem! É léria de imaginamento! Na verdade é um malvadão do satanás. Raspa osso de canela a ponta de punhal. Se me pegar de novo, vou ser fritado e cozido. (...) Depois que a volante do governo lhe matou o irmão Livino, no ano de vinte e cinco, diz que o peste cego se azedou e nunca mais teve pena de nenhum vivente (DANTAS, 1996, pp. 175-6).

Para Luiz Bernardo Pericás, a admiração pelo cangaceiro ocorria geralmente entre pessoas que jamais conheceram os bandos. Para o pesquisador, a imagem criada sobre o cangaço era proveniente principalmente da literatura de cordel, do que propriamente pelo contato com Lampião ou qualquer líder de bando.

É verdade que a “lenda” de Lampião, e de outros cangaceiros, cresceu ao longo dos anos. O “espantalho” foi muitíssimo admirado. Mas é bom lembrar que *grande* parte destes admiradores *nunca* teve contato com o salteador. Eles o conheceram por meio de relatos de segunda mão, já distorcidos e borrados pelo tempo. Muitos dos que o conheceram pessoalmente tinham, decerto, uma opinião bastante diferente (PERICÁS, 2010, p. 40, grifos do autor)

Os caminhos de Coriolano e Lampião cruzaram-se duas vezes. No primeiro encontro, com Coriolano recém-estabelecido no ofício de seleiro, deu-se também o reencontro com Maria Melona, separada de Filipe por um boato contado pelo próprio sobrinho. Para o seleiro, ver aquela figura, tão temida e comentada pelo povo, era motivo de orgulho. Estivera ao lado do “Rei do Cangaço”, o capitão em quem toda a polícia do Sertão queria pôr as mãos.

Agora tinha meios, agora tinha fama: Coriolano ombreara com Lampião! Ia se deliciar com as façanhas que contaria aos despeitados, com o medo que meteria neles todos, impando em fumaças de grandeza! Joaquim Perna-de-Vela e Codorá de sinhá Constança iam ver o que é um homem (DANTAS, 1996, p. 113).

O segundo encontro com o bando de Lampião, como abordado acima, é trágico. Coriolano, estabelecido em sua estalagem do Aribé juntamente com Filipe e Zerramo, depara-se com o “espantalho”. Desse encontro resultou a morte de Zerramo, que corajosamente tentou defender Filipe dos maus tratos do bandido, e o sumiço do tio de Coriolano, salvo por Maria Melona, refeita no cangaço com o nome de Saitica. Esse episódio produziu no seleiro o ódio pelo “Rei do cangaço” e forçaria a fuga de sua querida estalagem, agora um lugar de sombras e de sofrimento.

Dessa forma, pode-se perceber que o destino de Coriolano está indissolúvelmente ligado ao de Lampião. O drama do seleiro remendão, fugitivo do cangaceiro temido, permeia o segundo romance de Francisco Dantas. Aliás, ambos são fugitivos, embora por motivos bem diferentes. Coriolano lutará até o fim da narrativa não somente contra sua extrema pobreza, da qual se envergonha ao relembrar os bons tempos de boticário, como também contra o medo que tem de Lampião. A lembrança do assassinio de Zerramo, seu amigo dileto, pelos homens de Virgulino, aliado ao desterro forçado a que foi obrigado após o segundo encontro com o cangaceiro, constituem fantasmas que atormentam a mente do seleiro, alimentando o ódio e a angústia de Coriolano. Nesse clima de frustração e desventura do protagonista, Francisco Dantas une os destinos do seleiro e do chefe do cangaço, aparentemente tão diversos, mas desvalidos como o são os demais personagens do romance.

Por meio da oposição entre a trajetória de vida de Lampião e Coriolano, Francisco J. C Dantas estabelece uma importante ligação. Embora aparentemente sem qualquer convergência, o destino dos personagens está irremediavelmente ligado. A morte de Lampião, que marca o início da narrativa, oferece para o seleiro a possibilidade de voltar à terra querida, abandonando aquela miséria e falta de perspectivas que encontrava na vila de Rio-das-Paridas. Cruzam-se, dessa forma, os destinos do valente cangaceiro e do frágil seleiro, que durante a vida trilharam caminhos opostos, mas que são, assim como os demais personagens do romance, simples desvalidos.

4. OS DESVALIDOS E FOGO MORTO: UM COTEJO ENTRE AS OBRAS

José Paulo Paes, em artigo intitulado *No rescaldo do Fogo Morto*, reconhece o diálogo que Francisco Dantas estabelece com a obra de José Lins do Rego já no romance inicial do escritor sergipano, *Coivara da memória*. Pelo menos três romances de José Lins do Rego são retomados dialogicamente por Francisco Dantas em *Coivara da memória* (PAES, 1995, p. 49), o que comprova efetivamente uma tendência que, partindo do romance inicial, alcançará *Os Desvalidos*, dois anos mais tarde²³. O tema da decadência dos senhores de engenho, por exemplo, que constitui papel importante em *Fogo Morto*, por meio da figura do coronel Lula de Holanda, também aparece em *Coivara da Memória*, em que o avô do protagonista, em uma atitude que lembra o tom melancólico que permeia a narrativa de José Lins, se vê “finalmente forçado a apagar os fogos do seu já então agonizante engenho Murituba” (Idem, p. 49).

Alfredo Bosi, em *Literatura e resistência*, também reconhece pontos nodais de contato entre *Fogo Morto* e *Os Desvalidos*, sobretudo em relação à abordagem do cangaço, presente em mais de uma obra de José Lins do Rego. Para Bosi, as estratégias utilizadas pelos romancistas são parecidas, pois ambos demonstram forte ligação entre o texto literário e a oralidade, ou seja, na obra de José Lins e Francisco Dantas há uma presença marcante da cultura de estrato popular, dos canceiros de feira e dos poetas de cordel.

O regionalismo do sergipano Francisco Dantas, em *Coivara da memória* e em *Os desvalidos*, trabalha certos registros de estilo bastante diferentes dos modos de expressão que pontuaram os romances do engenho e do cangaço de José Lins do Rego, embora ambos sejam escavadores da memória popular e da sua condição de oralidade. (BOSI, 2002, p. 258)

Luiz Gonzaga Marchezan, em artigo intitulado *Os feitos dos desacreditados em Fogo Morto e Os Desvalidos*, aponta várias semelhanças entre os dois romances, afirmando que a obra de Francisco Dantas parodia o romance de José Lins do Rego. Para Marchezan, há um amplo diálogo entre o romance de 1993 com o de 1943, motivado pela intenção de ironia por parte do autor sergipano. Esse diálogo, segundo o autor, é realizado a partir do contraste entre pares de personagens dos dois romances.

²³ José Paulo Paes aponta que *Coivara da memória* retoma dialogicamente três romances de José Lins do Rego: *Menino de engenho* (1932), *Doidinho* (1933) e *Fogo Morto* (1943) (PAES, 1995, p. 49).

Dantas, no bojo da sua paródia, por meio de seus desvalidos Coriolano, Felipe e Lampião, ironicamente, contrasta, de forma singular, as experiências vividas pelas personagens de José Lins – Amaro, Vitorino e Antonio Silvino -, circunscritas aos universos dos engenhos de Zé Paulino e Lula de Holanda, com as vividas pelas suas personagens, em ambientes diversos, que as obrigam a construir concepções mais dinâmicas do mundo (MARCHEZAN, 2003, p. 73)

O próprio Francisco J.C. Dantas, em entrevista concedida ao jornal *O Galo*, em outubro de 1999, admite o papel da influência de outros escritores e obras na elaboração de seus romances: “O fardo da influência tem de ser carregado” (*Apud.* MARCHEZAN, 2003, p. 68). O escritor sergipano volta a defender a retomada de outras obras em seu processo de criação literária quando afirma em ensaio publicado um ano depois no mesmo jornal que “a grande literatura é sempre reescrever e revisar” (*Idem*, p. 68).

A primeira semelhança decorre da comparação entre os personagens José Amaro e Coriolano. Ambos são seleiros, dedicam-se à produção de artigos de couro e também são inconformados com sua profissão. Há uma pequena distinção entre eles no fato de que o personagem Zé Amaro sempre foi seleiro, herdando o ofício de seu pai, ao passo que Coriolano desempenhou outras atividades antes de aprender a trabalhar com o couro: foi proprietário de uma botica e também de uma fabriqueta de bombons de mel de abelha. Ambos os personagens mantêm um forte vínculo com o passado, sempre a rememorem sua antiga terra ou algum de seus parentes que ficaram para trás, como nesta passagem d’*Os Desvalidos*: “Graças a Deus! Era tão moço, tão moderno e já se endireitara! Tinha futuro! Ia longe! O pai, que ainda era vivo, havia de ver pra que ele dava! Tempos bons, aqueles! Este Coriolano aqui de nome feito na praça! E um nome limpo!” (DANTAS, 1996, p. 27). O mesmo sentimento de nostalgia, de saudade de um tempo glorioso ou de um ente querido também está presente no excerto abaixo, que reproduz uma fala de mestre Zé Amaro.

Vim para aqui com meu pai que chegou corrido de Goiana. Coisa de um crime que ele nunca me contou. O velho não contava nada. Foi coisa de morte, esteve no júri. Era mestre de verdade. Só queria que o senhor visse como aquele homem trabalhava na sola. Uma peça dele foi dada pelo barão de Goiana ao imperador. (REGO, 2008, pp. 52-3)

Formalmente os dois romances apresentam um narrador em terceira pessoa, onisciente, como afirma Massaud Moisés: “o uso da terceira pessoa ou do escritor onisciente em princípio revela uma ampla cosmovisão, em que o ‘eu’ do romancista se projeta para fora de si no afã de captar o mundo como objeto” (MOISÉS, 1994, p. 284). No romance de

Francisco Dantas, o autor reitera várias vezes durante a narrativa o uso do discurso indireto livre e dos monólogos interiores, sobretudo em relação aos personagens Coriolano e Lampião, como pode ser percebido no seguinte trecho:

Toda parição é perigosa, e nela se ajuntam as forças inimigas, no bom entender do parteiro Virgulino, calejado de penar pela mulher algumas vezes mais morta do que viva. No ano trespassado mesmo – é outra vez a memória puxando pelo coitado – Santinha achou de perder água e ter a dor de parir no coice de um tiro de vermelho como o diabo! Dividido num repente entre o posto de chefe-de-guerra e a obrigação de marido parteiro, esse Virgulino, embora por um só momento, desmareou-se apavorado... (DANTAS, 1996, p. 188).

O recurso do discurso indireto livre, contudo, não é prerrogativa do romance de Francisco Dantas. Em *Fogo Morto* também aparece, embora não com a mesma frequência que no outro romance. Percebe-se que o discurso indireto livre possibilita uma análise mais aprofundada do personagem, de seus conflitos e angústias mais íntimos, como no trecho que segue. “A filha continuava chorando como se fosse uma menina. O que era que tinha aquela moça de trinta anos? Por que chorava sem que lhe batessem? (...) Sinhá, sua mulher, era a culpada de tudo” (REGO, 2008, pp. 55-7)

A decadência é outro ponto de contato entre as duas obras. Com efeito, os romances analisam variadas formas de decadência, que abrangem diversos personagens, nos mais distintos locais. Na obra de José Lins, o foco está na ruína do engenho Santa Fé, de propriedade do coronel Lula de Holanda. Manifesta-se ainda no declínio do ofício de seleiro do mestre Zé Amaro, pressionado pelo avanço da produção industrial de selas e arreios. “Estou perdendo o gosto pelo ofício. Já se foi o tempo em que dava gosto trabalhar numa sela. Hoje estão comprando tudo feito. E que porcarias se vendem por aí! Não é para me gabar. Não troco uma peça minha por muita preciosidade que vejo” (REGO, 2008, p. 50). Em *Os Desvalidos*, esse fato também está presente no ressentimento pela falta de prestígio de sua profissão e pelo fato de, apesar de ter tomado lições com o afamado mestre seleiro Isaías, Coriolano haver se tornado um simples tamanqueiro: “adeus Rio-das-Paridas... adeus agulha e linha-de-pau... adeus inhaca de sola... que eu Coriolano, não peguei lição com o mestre Isaías pra me acabar tamanqueiro” (DANTAS, 1996, p. 16)

José Paulo Paes, em ensaio intitulado *Gesta e antigesta*, afirma que *Os Desvalidos* revela a decadência de um modelo de produção tradicional e sua consequente substituição por outro, mais moderno e tecnologicamente superior. Para o poeta e crítico, o romance analisa “o

declínio da artesanaria com o advento da produção em série num processo paralelo ao da derrocada do engenho pelo surgimento da usina” (PAES, 1999, p. 59). Nota-se outra convergência entre as obras, pois ambas analisam literariamente dois fenômenos sócio-econômicos que, não obstante suas particularidades geográficas (a ruína do engenho deu-se na Zona da Mata, enquanto que a decadência dos antigos mestres seleiros, embora tenha ocorrido em todo o Nordeste, foi sentida com maior intensidade no Sertão), deixaram profundas marcas na estrutura social da região.

Esse processo de decadência que se abate sobre a região, abalando as estruturas econômicas tradicionais como o artesanato e o velho engenho de açúcar, representa um importante papel na dinâmica das duas obras, à medida que afeta o destino individual de seus personagens. O declínio do engenho produz senhores arruinados como o coronel Lula de Holanda, ao passo que a obsolescência do artesanato de couro conduz a um estado cada vez maior de empobrecimento de mestre Zé Amaro e Coriolano. É justamente essa repercussão dos processos econômicos e sociais na vida de cada personagem “que passa a merecer a atenção do ficcionista, o qual se aplica em desenvolver-lhe as repercussões humanas no registro por assim dizer elegíaco do romance da desilusão e do malogro” (Idem, p. 59)

Luís G. Marchezan, ao estudar comparativamente *Fogo Morto* e *Os Desvalidos* percebe que em ambos os romances a pobreza e a exploração são uma constante. Ressalta, contudo, que naquele os desvalidos estavam dentro do espaço do engenho, ou seja, no meio rural. Neste, os homens que sofrem e são explorados aparecem em todos os lugares e nas mais diversas posições sociais. Assim, a decadência assume no romance de Francisco Dantas uma dimensão de maior intensidade que na obra de José Lins do Rego. “Em *Fogo Morto*, a penúria está circunscrita aos trabalhadores dos engenhos. Em *Os Desvalidos*, ela não tem limites espaciais – todos vivem em penúria: botiqueiros, seleiros, roceiros, Lampião e os coronéis. Os recursos econômicos são poucos para todos” (MARCHEZAN, 2003, p.76).

Coriolano representa uma categoria de personagem comum na ficção brasileira das décadas de 30 e 40, de que já se falou anteriormente em relação a *Fogo Morto*: o herói fracassado. Com efeito, os revezes sofridos por Coriolano em suas empreitadas produziram na mente do seleiro uma convicção de seu fracasso e uma incerteza quanto ao futuro. Para o personagem resta apenas a lembrança dos bons tempos da botica, a saudade daquela distante e efêmera prosperidade. Coriolano isola-se em sua própria miséria, como forma de esconder a vergonha de sua sorte, remoendo na memória apenas recordações. Seu comportamento de isolamento, aliado a sua constante rememoração do passado próspero como boticário

constituem um traço importante do fracassado por excelência, a que José Paulo Paes chama pobre-diabo. “Aqui, importa apenas ressaltar que um dos traços da estrutura moral do pobre-diabo é, a par da sua impotência diante da ruína econômica em que se vai afundando, um apego grotesco aos fiapos de consideração social de que se ufanava outrora” (PAES, 1999, p. 58)

Outro traço comum na constituição do herói fracassado é o defeito físico, que em Coriolano está presente na erisipela a corroer-lhe a perna e a corcunda de nascença. “Meneia a perna encrencada em súbita leveza, como se a danada desistisse de doer” (DANTAS, 1996, p. 16). Vale lembrar que o mestre José Amaro, em *Fogo Morto*, também carrega um defeito físico, mancando de uma perna. “O mestre José Amaro, arrastando a perna torta, foi se chegando para a mesa posta, uma pobre mesa de pinho sem toalha” (REGO, 2008, p. 51).

Não parece mera coincidência o fato de os dois romances apresentarem seus personagens fracassados portadores de algum defeito físico ou acometidos de um problema de natureza psicológica. Afora o caso de José Amaro e Coriolano, vale ressaltar que no romance de José Lins do Rego o coronel Lula de Holanda sofre de ataques epiléticos, enquanto que n’*Os Desvalidos* tio Filipe possui uma obsessão doentia por objetos de metal, gastando tudo o que ganha com a compra dessas quinquilharias.

A questão do defeito físico é contundente no caso de Coriolano. Sua corcunda o obriga a olhar as pessoas de baixo para cima, em uma clara posição de inferioridade, além de ser uma fonte constante de pilhérias e zombarias, como do primeiro encontro do tamanqueiro com o bando de Lampião: “e lá se vem a cambada lhe apontando a cacunda, com um lote de dichotes bem de juntinho ao azarado” (DANTAS, 1996, p. 102). Soma-se a seu aspecto disforme, a pobreza que se abate sobre ele, minando aos poucos os resquícios de consideração social de que orgulhava de seus tempos de boticário, como pode ser percebido no trecho do romance citado a seguir.

O estafeta descia com o molhinho de cartas bem modesto, e diante dele sentado ali na calçada, preferiu sacudir a cobrança do imposto pelo buraco da janela do lado de onde vinha, do que caminhar mais três passadas e entregá-la na mão do pobre tamanqueiro. Tudo isso, minha gente, só por ter baixado de posição. (Idem, p. 24)

Essa recordação dos passageiros momentos de prosperidade aparece, para Coriolano, como uma espécie de fuga perante a dura realidade de miséria em que vive. Tempos de “nome

feito na praça”, de boa reputação e, sobretudo, de respeito, que ficaram no passado e são rememorados na mente do seleiro, constituindo um escape às dores e angústias do presente.

É oportuno ressaltar que o herói fracassado também aparece em *Fogo Morto*, como já abordado no segundo capítulo. Nesse aspecto, a figura que mais se aproxima de Coriolano no romance de José Lins do Rego é mestre José Amaro. Este não procura no passado refrigério para sua decadência e fracasso, mas recorrerá à admiração pelo cangaceiro Antônio Silvino. A frustração do personagem, contudo, superará o limite a que está disposto a suportar e culminará com seu suicídio, ao final do romance. A figura do coronel Lula de Holanda e sua inércia na condução dos negócios no engenho Santa Fé também se configura na caracterização do fracassado, tal como apontada por Mário de Andrade em ensaio supracitado.

Cabe analisar finalmente a abordagem feita sobre o cangaceiro nas duas obras. Inicialmente é oportuno ressaltar que em ambos os romances os personagens que representam os cangaceiros são homônimos aos seres históricos. Não somente eles, mas outros personagens históricos estão presentes nas obras. Com efeito, é possível encontrar datas, locais e pessoas que estão direta ou indiretamente ligados a Antônio Silvino e Lampião. Entretanto a forma como as obras retratam a figura do cangaceiro é distinta, com um claro aprofundamento da análise no romance de Francisco J. C. Dantas.

Para Marchezan, o personagem que representa Lampião n’ *Os Desvalidos* é uma figura “mais completa, humana” que a de Antônio Silvino, em *Fogo Morto* (2003, p. 76). O personagem homônimo do cangaceiro no romance de José Lins não possui a determinação e a complexidade do seu correspondente em Francisco Dantas. Na passagem da narrativa que corresponde à invasão do engenho Santa Fé, o personagem homônimo de Antônio Silvino tem sua influência neutralizada pela do poderoso coronel José Paulino. O cangaceiro invadira a propriedade na expectativa de roubar um suposto ouro que o velho Lula de Holanda escondia em sua casa. A presença do senhor de engenho, próspero e politicamente influente, em oposição ao decadente Lula de Holanda, aplaca a fúria do afamado cangaceiro, oferecendo dinheiro para o famigerado bandido. “- Capitão, me desculpe, mas esta história de ouro é conversa do povo. O meu vizinho não tem nada. Soube que o senhor estava aqui e aqui estou para receber as suas ordens. Se é dinheiro que quer, eu tenho pouco, mas posso servir” (REGO, 2008, p. 364)

N’ *Os Desvalidos*, Lampião é representado como um homem de pulso forte, determinado, que se divide entre as responsabilidades de chefe de bando e as obrigações de

marido exemplar. O lado humano do bandido é posto em relevo, bem como suas convicções em relação aos coronéis e à opinião pública formada sobre ele. O personagem ganha assim uma maior complexidade psicológica, uma existência mais real, portanto, como afirma Marchezan, mais completa. “Tirante a fama que tinha, assim tocado de perto, nem parecia o valentão que abria cofres, portas e sorrisos” (DANTAS, 1996, p. 112).

José Paulo Paes aponta uma condição paradoxal do cangaceiro na abordagem feita por Francisco J.C. Dantas n’*Os Desvalidos*. Lampião aparece simultaneamente como alguém que demonstra ódio pelos coronéis, a quem chama “raça refalsada que se esconde atrás do dinheiro” (DANTAS, 1996, p. 151), mas que espalha o terror na estalagem do Aribé, de propriedade de Coriolano, assassinando Zerramo, amigo do seleiro. O mesmo cangaceiro, que culpa os coronéis pelas desgraças abatidas em sua vida e na de seus irmãos, todos mortos em combate no cangaço, admite ter fortalecido o poder desses poderosos locais, à custa de acordos e “serviços” feitos em nome da “amizade” aos chefes políticos da região. “Desse modo, numa burrice filha da peste, fui adubando o poderio desses monarcas treitentos, que chupam o sangue da pobreza e nunca se aquietam, achando pouco a ruma de possuídos” (Idem, p. 151). Acentuando essa visão paradoxal do cangaceiro na narrativa, há ainda a fala de tio Filipe, a defender os cangaceiros, embora tenha que se considerar que seu discurso é proferido em momento anterior ao desfecho trágico do romance.

Cangaceiro também é gente, também tem coração. E muita vez até se esparrama em certas bondades. Diz o povo que Jesuíno Brilhante socorria a pobreza com uma canada de moedas. E Antônio Silvino, que já chegou depois de o mundo piorar muito, cansou de dar dote a moça desencabeçada. (...) E se diz que Lampião mesmo só bole com quem tem posses; só gosta de dinheiro avultado. (Idem, p. 175)

O mesmo discurso aparece no início do romance, como um lamento pela morte do cangaceiro, proferido pelo personagem Chico Gabiru. “Agora tudo muda para pior! Não há mais quem puna pelo pobre” (Idem, p. 14). Fica patente, pois, a contradição que permeia a figura do cangaceiro: temido pelas maldades e crimes que cometeu, alguns deles infligidos contra pobres sertanejos, o bandido é admirado por ser o único que pode desafiar o poder dos ricos, ainda que, comumente, não o faça.

Essa ambiguidade da figura de Lampião é acentuada pelo fato de o personagem ganhar na narrativa um caráter de vítima, de alguém traído pela confiança depositada naqueles que acreditava serem seus supostos amigos ou aliados. Dessa forma, os crimes cometidos pelo

bandido são atenuados, amenizados pela humanidade que reveste seu comportamento e atitudes, sobretudo em relação à esposa e aos irmãos assassinados no cangaço, além do reconhecimento dos erros que cometeu em nome da “amizade” dos coronéis.

Essa humanização não ocorre, porém, com a figura de Antônio Silvino, no romance *Fogo Morto*. O ataque ao engenho Santa Fé é sintomático para acentuar os aspectos negativos do cangaceiro, em detrimento dos positivos. Ao invadir de forma violenta a decadente propriedade, humilhando um senhor de engenho falido e agredindo Vitorino, o bando do cangaceiro comporta-se exatamente como uma horda de ladrões comuns, fato inclusive apontado na fala do primo do coronel José Paulino, citada anteriormente. A descaracterização do cangaceiro herói no romance culmina com a submissão de Antônio Silvino à proposta do rico proprietário do engenho Santa Rosa. A suposta imagem heróica do bandido dissolve-se, pois, restando apenas a de um homem oportunista e interessado em seu benefício próprio.

Também pode ser considerado um traço negativo o fato de Antônio Silvino não socorrer mestre José Amaro e o cego Torquato quando estes se encontravam presos. Apesar de terem auxiliado o cangaceiro com informações e outros serviços, os dois são libertados não pelo intermédio de Antônio Silvino, mas pela influência de José Paulino. Fica patente uma despreocupação do cangaceiro com o destino de seus coiteiros, uma indiferença para com os pobres sertanejos que o auxiliaram e que agora estavam expostos aos maus-tratos das tropas do Tenente Maurício.

Outro aspecto do romance de Francisco Dantas que valoriza a figura de Virgulino é a utilização do monólogo interior. Por meio desse recurso formal acentuam-se os aspectos humanos do cangaceiro, como o medo, a angústia e o desengano, tornando Lampião uma figura mais humana e menos lendária. O cangaceiro não é visto como um herói ou bandido, mas como um homem comum, que reconhece suas fraquezas e dores.

Finalmente pode-se concluir que o romance de Dantas, retomando temas já abordados em *Fogo Morto*, diferencia-se deste pela maior complexidade de seus personagens, pela análise psicológica realizada e por recursos formais como o discurso indireto livre e o monólogo interior, que permitem perscrutar a alma de personagens como Coriolano e Lampião, que assumem, dessa forma, maior complexidade que Zé Amaro e Antônio Silvino, personagens que são estabelecidos como paralelo com a narrativa evocada.

CONCLUSÃO

A análise comparativa entre *Fogo Morto* e *Os Desvalidos* realizada neste trabalho privilegiou os aspectos concernentes ao assunto das obras, notadamente a abordagem do cangaço. Obviamente por focalizar esse tema, a análise terminou por não debater assuntos de relevância nas obras, porém que fugiam dos interesses desse trabalho. Ressalte-se, a título de exemplo, o papel de *Fogo Morto* dentro da produção ficcional de José Lins do Rego. Enquanto alguns autores defendem a separação desse romance daqueles que constituem a etapa inicial da ficção do escritor paraibano, outros há que incluem as peripécias de Vitorino Papa-Rabo entre aquilo que se convencionou chamar de Ciclo da cana-de-açúcar, terminologia que, como foi abordado sucintamente, é controversa. Há ainda aqueles que consideram o romance uma síntese de tudo o que José Lins do Rego produziu até então, posição esta defendida por críticos como José Aderaldo Castelo.

Optou-se neste estudo por não adentrar em discussões sobre o papel de *Fogo Morto* na produção literária de José Lins do Rego, debate este que incorre em opiniões bem distintas. Contudo, a leitura da obra torna evidente a ligação do romance com as produções anteriores do escritor. A presença de personagens como José Paulino, que já aparecem no primeiro romance do escritor, sugere essa ligação. *Fogo Morto* mantém pontos de contato ainda com as obras do chamado Ciclo do misticismo e do cangaço, sobretudo pela abordagem que faz do cangaço.

Em relação ao romance de Francisco J.C. Dantas, é oportuna a visão de Luiz Gonzaga Marchezan, para quem *Os Desvalidos* constitui uma paródia de *Fogo Morto*. O ensaísta analisa comparativamente as duas obras para defender a tese de que a obra mais recente parodia o romance consagrado. Esse aspecto é apenas elencado nesse trabalho, sem um maior aprofundamento, visto que somente essa análise forneceria material para um trabalho completo, com o recurso da contribuição indispensável de teóricos como Mikhail Bakhtin, que em sua obra *Problemas na poética de Dostoiévski* apresenta os principais elementos da moderna paródia.

Paródia ou não de *Fogo Morto*, o fato é que o romance do escritor sergipano reúne elementos que o tornam uma obra dotada de seu próprio valor e personalidade. Francisco Dantas, ao realizar o diálogo com o romance de José Lins do Rego não apenas presta reconhecimento ao escritor paraibano, que colaborou decisivamente para a prosa regional, mas também insere elementos novos em sua obra, não se restringindo a uma mera repetição

dos aspectos formais ou temáticos da obra evocada. O próprio autor busca estabelecer pontos em sua obra que a diferenciam de *Fogo Morto*.

A linguagem de *Os Desvalidos* é o primeiro aspecto distintivo em relação ao romance de José Lins do Rego. Com efeito, no romance de Francisco Dantas, a linguagem dos personagens é dotada do vigor, da originalidade e da inovação que marcam a escrita do sergipano. Não que em *Fogo Morto* não haja vitalidade em sua linguagem, também permeada de termos regionais, mas no romance de 1993 há uma dose maior de termos regionalistas e uma conotação mais popular na fala dos personagens.

Ao falar dos personagens, não se pode obliterar a semelhança em sua construção em ambos os romances. Francisco Dantas, contudo, não se limitou a copiar caracteres dos tipos criados por José Lins do Rego, mas imprimiu sua marca em personagens como Coriolano, tio Filipe e Lampião. A partir de técnicas formais como o monólogo interior, o romancista sergipano concedeu maior complexidade aos personagens criados, que ganham, com isso, uma humanidade não alcançada por personagens centrais de *Fogo Morto* como mestre José Amaro e por Antônio Silvino. Este, como já abordado deste trabalho, é um títere do coronel José Paulino, deliberadamente subordinado ao dinheiro do poderoso fazendeiro. O Lampião que aparece em *Os Desvalidos* demonstra uma consciência de sua própria situação e um questionamento da relação do cangaceiro com os coronéis, em suma é dotado de uma maior complexidade que o cangaceiro ficcional de José Lins do Rego.

Em Coriolano e José Amaro também fica evidente a intenção de contrapor seus personagens aos de José Lins. O escritor sergipano aprofunda a análise do protagonista, que se torna um ser que questiona e reflete mais que o seleiro de *Fogo Morto*. O drama de Coriolano assume uma caracterização mais real que o de mestre Zé Amaro, à medida que o leitor penetra em seu íntimo por meio dos monólogos interiores, perscrutando o sofrimento do protagonista em meio aos fracassos e revezes de sua vida.

A proposta deste trabalho de realizar uma análise comparativa teve como objetivo demonstrar o fértil diálogo que textos literários de extração recente podem realizar com obras renomadas mais antigas e de que forma textos podem ser relidos e revivificados. Este procedimento não significa de forma alguma esgotamento da criatividade do escritor ou empobrecimento de sua obra. Pelo contrário, ao optar pela retomada de um texto consagrado pela crítica literária nacional como *Fogo Morto*, Francisco Dantas precisa imprimir um esforço ainda maior, para garantir que seu texto possua uma identidade própria e possa ser apreciado como uma obra autêntica e não mera paródia do romance consagrado.

Ao recuperar o cangaço, um tema tão recorrente na ficção nordestina das décadas de 30 e 40, o escritor sergipano não apenas reafirma a vitalidade do fenômeno para a produção literária regional como também demonstra que, a partir de uma proposta de diálogo com outra obra literária e utilizando temas amplamente utilizados pelos escritores nordestinos, é possível elaborar um romance dotado de qualidades estéticas marcantes.

REFERÊNCIAS

- ABDALA JR. Benjamin. **Os ritmos do tempo em torno do engenho**. In: REGO, José Lins do. *Fogo Morto*. 69ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- ALDÉ, Lorenzo. **A sedução dos bandidos**. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. n° 68 (março de 2011).
- AMORIM, José Edílson de. **Era uma vez no Nordeste (Ficção e representação regional)**. 1ª ed. Campina Grande: EDUFPG, 2008.
- ANDRADE, Mário de. **Aspectos da Literatura Brasileira**. 6ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2002.
- BARROSO, Gustavo. **À margem da história do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 41ª ed. São Paulo: Cultrix, 1994.
- _____. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BUENO, Luís. **Uma história do romance de 30**. Campinas: Edusp e Unicamp, 2006.
- CANDIDO, Antonio. **A Educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. **Brigada ligeira e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1978.
- _____. **Vaqueiros e Cantadores**. São Paulo: Global, 2005.
- CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião, o rei dos cangaceiros**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- DANTAS, Francisco J. C. **Os Desvalidos**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- FARIAS, Sônia Lúcia Ramalho de. **O Sertão de José Lins do Rego e Ariano Suassuna: espaço regional, messianismo e cangaço**. Recife. Editora Universitária da UFPE, 2006.
- GOMES, Heloísa Toller. **O poder rural na ficção**. São Paulo: Editora Ática, 1981.
- HOBSBAWM, Eric. **Bandidos**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

LONDRES, Maria José. **O sertanejo valente na literatura de cordel**. In SCHWARZ, Roberto (org). **Os pobres na literatura brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, p. 242

MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

MARCHEZAN, Luiz Gonzaga. **Os feitos dos desacreditados em Fogo Morto e Os desvalidos**. In ___ e TELAROLLI, Sylvia (orgs). *Faces do narrador*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2003.

NEWTON JÚNIOR, Carlos (org). **O cangaço na poesia brasileira**. São Paulo: Escrituras Editora, 2009.

PAES, José Paulo. **Transleituras**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

_____. **O lugar do outro**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PILAGALLO, Oscar. **A história do Brasil no século 20 (1920-1940)**. São Paulo: Publifolha, 2002

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Os cangaceiros**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

_____. **História do cangaço**. 2ª ed. São Paulo: Global Editora, 1986.

REGO, José Lins do. **Fogo Morto**. 67ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

_____. **Menino de engenho**. 62ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

SIQUEIRA, Ana Márcia Alves. **Gênese do herói bandido na literatura sertaneja**. In. Moara: Revista da Pós-Graduação em Letras da UFPA. Nº 31, janeiro-junho 2009.

TÁVORA, Franklin. **O Cabeleira**. Rio de Janeiro: Editora Três, 1973.

VILLAÇA, Antônio Carlos. **Fogo Morto**. In: REGO, José Lins do. *Fogo Morto*. 67ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

ZILLY, Berthold. **A guerra de Canudos e o imaginário da sociedade sertaneja em Os Sertões, de Euclides da Cunha: da crônica à ficção**. In CHIAPPINI, Ligia e AGUIAR, Flávio Wolf de (orgs). **Literatura e História na América Latina**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2001.